



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

**José Leonardo Cavalcanti Magalhães**

**ARQUITETURA DO CONTROLE DE ARMAS NO BRASIL:  
Um estudo criminológico sobre a atuação do Exército e da Polícia Federal  
no mercado da morte**

**Brasília**

**2024**

**JOSÉ LEONARDO CAVALCANTI MAGALHÃES**

**ARQUITETURA DO CONTROLE DE ARMAS NO BRASIL:  
Um estudo criminológico sobre a atuação do Exército e da Polícia Federal  
no mercado da morte**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília, na área de concentração “Direito, Estado e Constituição”, linha de pesquisa “Criminologia, Estudos Étnicos-raciais e de Gênero”.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Cristina Zackseski

**Brasília**

**2024**



**JOSÉ LEONARDO CAVALCANTI MAGALHÃES**

**ARQUITETURA DO CONTROLE DE ARMAS NO BRASIL:**

**Um estudo criminológico sobre a atuação do Exército e da Polícia Federal  
no mercado da morte**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília, na área de concentração “Direito, Estado e Constituição”, linha de pesquisa “Criminologia, Estudos Étnicos-raciais e de Gênero”.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Cristina Zackseski

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr<sup>a</sup> Cristina Zackseski (Presidente/Orientadora - UnB)**

---

**Prof. Dr<sup>o</sup> Daniel Ricardo de Castro Cerqueira (Primeiro Membro - IPEA)**

---

**Prof. Dr<sup>o</sup> Gabriel Ignacio Anitua (Segundo Membro - UBA)**

---

**Prof. Dr<sup>o</sup> Jose Geraldo de Sousa Junior (Terceiro Membro - UnB)**

## AGRADECIMENTOS

Estudos sobre segurança pública e mais especificamente sobre política de distribuição de armas são tímidos diante da quantidade de revólveres, pistolas e fuzis. Mas há um compromisso de pesquisadores que se debruçam e se especializam no tema. Formam uma irmandade, no melhor sentido da palavra, que troca informações e que, de alguma maneira, se protege. No meu caso, há um grupo informal composto por Arthur Trindade, Bruno Langeani e Roberto Uchoa, aos quais agradeço pelos caminhos abertos e, em alguns momentos, de maneira honrada da minha parte, traçados juntos.

Aos amores familiares e aos amigos – sem eles não teria graça – Manoel Magalhães, Maria da Conceição, Maria Mendes, Alice Montenegro, Carlos Agra (in memoriam), Erika Leal, Zuleika de Souza, Manoel Vital, Olga Beatriz, Ivan Iunes, José Vieira, Igor Silveira, Beth Mendes, Érica Montenegro, Mariana Mendes, Luiza e Luca Trezzi, deixo aqui mares e cerrados de gratidão. Durante o período que estudei armas e militares, trabalhei com repórteres do Correio, do Poder 360 e do SBT News. Produzi e editei reportagens que, de maneira crucial, estão aqui presentes. Com satisfação, agradeço a Ana Dubeux, Paulo Silva Pinto, César Camilo, Fernanda Bastos, Fernando Jordão, Gabriela Vinhal e Lis Cappi.

Ao longo deste projeto, jornalistas que se aproximaram da academia ou se aventuraram em livros deram conselhos e informações. São eles: Luiz Weber, Solano Nascimento, Luiz Azedo, Alethea Muniz, Eumano Silva e Valéria Velasco (in memoriam). Pelas mesmas razões, mas por contribuições de outros campos, cito José Geraldo, Gabriel Anitua, Manoel Fernandes, Evandro Lorens, Fábio Vasconcelos, Maíra Moraes, Cynthia Orengo, Marcelo Zago, Daniel Cerqueira, Ana Penido, Juliano Cortinhas, Samuel Alves, Mayra Goulart, Roberta Ramos, Antonio de Queiroz, Marcus Dantas, Karina Falcone, Francisco Leali, José Otávio, Francisco Osler e Menelick de Carvalho. Agradeço aos servidores da Faculdade de Direito, e deixo aqui a admiração por Euzilene Moraes.

Este trabalho recebeu a revisão gentil da historiadora Cristina Britto e foi algumas vezes confrontado com questões e argumentos dos geólogos Gustavo Mello e Weliton Borges, do publicitário Frederico Hudson e dos advogados Cassiano Negrão e Tatiana Muniz. Cursar a pós-graduação em Direito na UnB é um privilégio e um compromisso de fé e de responsabilidade. Respeito e defendo a universidade pública, e assim agradeço a integridade de Cristina Zackseski, pela generosidade acadêmica, pela honestidade intelectual e pela oportunidade. A todos que de alguma maneira trocaram impressões e ideias nos últimos dois anos, espero ter correspondido.

*“Se fabricamos armas, temos  
que fabricar conflitos”*

**José Saramago**, autor de “Alabardas, alabardas, espingardas, espingardas

## RESUMO

Esta dissertação aborda o controle de armas no Brasil, com base nas regras estabelecidas e nas autoridades investigadas de poder, como o Exército e a Polícia Federal. As duas instituições têm a cultura do segredo em comum, que compromete a transparência e a prestação de contas à sociedade. Sob a ótica da criminologia crítica, exploramos brechas da fiscalização, que levam à cooptação estatal e, em última instância, à corrupção. Avaliamos atores envolvidos nos processos decisórios, tanto do setor público quanto do privado. Destacamos a influência política sobre essas agências militares e policiais, que, historicamente, regulam aspectos importantes da vida social, especialmente em períodos autoritários da história brasileira. A pesquisa identificou fragilidades na fiscalização de armas das duas corporações, de maneira mais contundente no caso dos militares, mas não menos importante entre os policiais federais, dada a facilidade de captura por integrantes do próprio governo central e dos lobistas de empresas.

**palavras-chaves:** Arma; Controle; Exército; Polícia Federal; Criminologia; Segurança.

## ABSTRACT

This dissertation addresses gun control in Brazil, based on established rules and authorities vested with power, such as the Army and the Federal Police. The two institutions have a culture of secrecy in common, which compromises transparency and accountability to society. From the perspective of critical criminology, we explore loopholes in oversight, which lead to state capture and, ultimately, corruption. We evaluate actors involved in decision-making processes, both in the public and private sectors. We highlight the political influence on these military and police agencies, which, historically, regulate important aspects of social life, especially in authoritarian periods of Brazilian history. The research identified weaknesses in the weapons inspection of the two corporations, most strikingly in the case of the military, but no less important among federal police officers, given the ease of capture by members of the central government itself and corporate lobbyists.

**keywords:** Weapons; Control; Army; Federal Police; Criminology; Security.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1: Mensagem de Lula em homenagem aos 80 anos da Polícia Federal
- Figura 2: Triângulo de ferro
- Figura 3 - Gráfico do Trends referente à busca da palavra “arma” durante 2018
- Figura 4 - Gráfico do Trends referente à busca da palavra “arma” durante 2022
- Figura 5 - Imagem do Trends referente à busca da palavra “Roberto Jefferson” em 2022
- Figura 6 - Imagem do Trends referente à busca da palavra “Carla Zambelli” em 2022
- Figura 7 - Imagem do Trends referente à comparação de buscas de “Zambelli” e “Jefferson”
- Figura 8 - Postagem de Bolsonaro no Instagram sobre o Decreto dos CACs
- Figura 9- Postagem de Bolsonaro sobre o crescimento de registro de armas 2019
- Figura 10 - Postagem de Bolsonaro no Instagram sobre o Referendo de Armas de 2005

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 - Armas autorizadas pelo Exército para CACs de jan./2011 a dez./2022
- Tabela 2 - Armas autorizadas pela PF para “defesa pessoal” de jan./2011 a dez./2022
- Tabela 3 - Registros de certificados de CACs emitidos pelo Exército, jan./2011 a ago./2022
- Tabela 4 - As 10 superintendências que mais liberaram portes de armas de 2019 a 2022
- Tabela 5 - As 10 superintendências que mais negaram portes de armas de 2019 a 2022
- Tabela 6 – Ações de GLO por tipo (1992-2022)
- Tabela 7 – Decretos e portarias de Bolsonaro na política de armamento
- Tabela 8 – Perfil das armas apreendidas no DF, por tipo, de jan./2017 a dez./2022
- Tabela 9 - Perfil das 9mm apreendidas no DF, por marca, em 2022 (em %)
- Tabela 10 - Crimes associados à pistolas 9mm cometidos em 2022 no Distrito Federal
- Tabela 11 - Meio empregado nos feminicídios ocorridos no DF em 2022
- Tabela 12 - Meio empregado nos feminicídios ocorridos no DF em 2023
- Tabela 13-Valores de recompra de armas previstos na Portaria nº 34/4 - DG/DE da PF
- Tabela 14 - Recursos arrecadados pela PF e Exército com taxas relativas a armas em milhão
- Tabela 15 - Recursos arrecadados pela PF e Exército com taxas relativas a armas em milhão
- Tabela 16 - Registros de entidades de tiro concedidos pelo Exército de 2019 a 2022
- Tabela 17 - Perfil de quem se armou entre 2019 e 2022
- Tabela 18 - Os estados que mais se armaram de 2019 a 2022 na proporção com o eleitorado
- Tabela 19 - Armas vendidas por marca de 2019 a 2021 no Brasil
- Tabela 20 - Perfil das armas pesadas autorizadas para compra entre mai.2019 a ago.2021
- Tabela 21 - Postagens de Bolsonaro sobre armas com mais interações

## LISTA DE SIGLAS

ABIN - Agência Brasileira de Inteligência  
ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental  
ABRAJI - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo  
ANA - Agência Nacional de Águas  
BKA - *Bundeskriminalamt* (Alemanha)  
CACs - Caçadores, atiradores, colecionadores  
CAMEX - Câmara de Comércio Exterior  
CCJ - Comissão de Constituição e Justiça  
CGU - Controladoria Geral da União  
CIA - *Central Intelligence Agency* (EUA)  
CIFTA - Convenção Interamericana contra Tráfico de Armas  
CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil  
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito  
DARM - Divisão Nacional de Controle de Armas de Fogo  
DEA - *Drug Enforcement Administration* (EUA)  
DPF - Departamento de Polícia Federal  
DFPC - Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados  
DFSP - Departamento Federal de Segurança Pública  
DOU - Diário Oficial da União  
DRU - Desvinculação de Receitas da União  
FAB - Força Aérea Brasileira  
FBI - *Federal Bureau of Investigation* (EUA)  
FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública  
FGV - Fundação Getulio Vargas  
GECEX - Comitê Executivo de Gestão da Câmara do Comércio Exterior  
INFOSEG - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública  
INTERPOL – *International Criminal Police Organization*  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
ISP - Instituto de Segurança Pública  
LAI - Lei de Acesso à Informação  
MP - Ministério Público  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro



MJ - Ministério da Justiça  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
NRA - *National Rifle Association* (EUA)  
OEA - Organização dos Estados Americanos  
OMS - Organização Mundial da Saúde  
ONG - Organização não-Governamental  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PEC - Proposta de Emenda à Constituição  
PM - Polícia Militar  
PFL - Partido da Frente Liberal  
PL - Partido Liberal  
PT - Partido dos Trabalhadores  
QG - Quartel General do Exército  
SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública  
SIGMA - Sistema de Gerenciamento Militar de Armas  
SINARM - Sistema Nacional de Armas  
SisNAR - Sistema Nacional de Rastreamento de Produtos Controlados pelo Exército  
STF - Supremo Tribunal Federal  
STM - Superior Tribunal Militar  
SUS - Sistema Único de Saúde  
TCA - Tratado sobre o Comércio de Armas da ONU  
TCU - Tribunal de Contas da União  
TRE - Tribunal Regional Eleitoral  
USP - Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - O modelo do atoleiro e a distribuição das armas	25
CAPÍTULO II – A tropa paramilitar dos CACs e os portes da Polícia Federal	29
CAPÍTULO III – A espiral do segredo e a confiança nas corporações	35
CAPÍTULO IV – Assimetrias, discricionariedades e os registros para criminosos	40
CAPÍTULO V – Atos por decretos e portarias e a lógica do confronto militar	44
CAPÍTULO VI – O triângulo de ferro e os lobistas treinados pelo Estado	49
CAPÍTULO VII - O perfil de armas e os crimes associados	55
CAPÍTULO VIII - A dificuldade do governo Lula em recomprar as armas	60
CAPÍTULO IX - Os brinquedos de guerra e a burocracia envolvente	65
CAPÍTULO X - Os clubes de tiros e as pistas sobre quem se armou	69
CAPÍTULO XI – Os senhores da morte e o rompimento com a política	75
CAPÍTULO XII – A calibragem dos discursos, a defesa pessoal e a “liberdade”	84
CAPÍTULO XIII - O esteio para as forças de segurança e o baixo orçamento	89
CAPÍTULO XIV - Os evangélicos e a dificuldade eleitoral com as mulheres	93
CAPÍTULO XV - O rastilho dos discursos de ódio e a armadilha eleitoral	99
CAPÍTULO XVI - Weaponization, o celular como arma e a auto-incriminação	103
CAPÍTULO XVII - O impacto das armas nas 24.274 postagens nas redes sociais	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	119

## INTRODUÇÃO

Em linha reta, as edificações que levam os apelidos Forte Apache<sup>1</sup> e Máscara Negra estão a 5 km de distância uma da outra. Situam-se nos lados opostos do principal eixo que corta o Plano Piloto, em Brasília, e foram inauguradas no período mais agressivo da ditadura. A primeira possui nove conjuntos enfileirados dispostos a partir do bloco mais amplo, e abriga, desde 1971, o Quartel General do Exército. A segunda tem vidros escuros e colunas de cimento aparente, e, por 45 anos, de 1977 até 2022<sup>2</sup>, sediou a chefia da Polícia Federal.

Distintas no formato dos prédios, as corporações militar e policial têm em comum a tarefa<sup>3</sup> de controlar armas de fogo no Brasil, com domínio sobre autorizações de porte e posse para civis. Este trabalho tem a pretensão de expor – a partir da criminologia crítica e dos seus principais teóricos – a arquitetura de controle de armamentos leves<sup>4</sup>. A tarefa aqui é apresentar as regras estabelecidas e as autoridades investidas de poder, no caso o Exército e a Polícia Federal, duas instituições nas quais a cultura do segredo é intrínseca, ferindo a transparência e a prestação social de contas, como se verá adiante.

Trata-se de uma descrição do funcionamento do controle de armas, expondo obstáculos, gargalos e brechas da fiscalização, o que revela a própria captura dos agentes do Estado e, no limite, para a corrupção. Ao longo das próximas páginas serão apresentados os atores – dos setores públicos e privados – que atuam (ou atuaram) nos processos decisórios. Há uma generalidade nos conceitos de “controle social”, numa infinidade de interpretações em boa parte das vezes antagônicas, como mostra Wanda Capeller<sup>5</sup>, que sempre volta a

---

<sup>1</sup> O Quartel General do Exército ganhou protagonismo na arena política nos anos de 2022 e 2023. Não apenas pelos movimentos da burocracia interna, mas principalmente pelos acampamentos de apoiadores de Jair Bolsonaro localizados na área externa do QG. Os desdobramentos das ações e das investigações, mesmo que ainda em curso, estarão presentes neste trabalho.

<sup>2</sup> Em março de 2022, a sede da Polícia Federal foi transferida do Setor de Autarquias Sul, em Brasília, para o Setor Comercial Norte, onde ocupa três torres de um complexo distante 4 km da antiga sede.

<sup>3</sup> O controle de armas pelo Exército foi estabelecido na década de 1930, durante a Era Vargas. A Diretoria de Fiscalização e Produtos Controlados (DFPC) foi criada logo depois que a fabricação de armas e munições foi permitida no país. É o Exército que libera as autorizações de Caçadores, Atiradores e Colecionadores, os CACs. A Polícia Federal, por sua vez, assumiu a tarefa de gerenciamento em 1997 (Lei 9.437/96), com a criação do Sistema Nacional de Armas (Sinarm) – até então as autorizações eram dadas pelas secretarias de segurança nos estados. O banco de dados inicialmente foi abastecido por tais órgãos, o que acabou ocasionando problemas com a qualidade das informações das polícias civis enviadas para a sede da Polícia Federal, em Brasília. Apenas em 2003, toda a parte de manutenção e registros relativa a armas para defesa pessoal passa em definitivo para a Polícia Federal, incluindo as autorizações.

<sup>4</sup> Segundo definição da organização *Small Arms Survey*, incluem revólveres, pistolas, rifles, carabinas e metralhadoras de menor calibre. Disponível em: <http://www.smallarmssurvey.org/weapons-and-markets/products/small-arms.html>. Acesso em: 10 jun. 2024.

<sup>5</sup> “El pensamiento sociopolítico y jurídico moderno ha destacado, desde sus orígenes, esta doble dimensión constitutiva del control social: la dimensión top-down, que se refiere al ejercicio del poder estatal y/o

Howard S. Becker, como de resto boa parte dos pesquisadores. Assim, aqui trataremos do “controle social” formal, através de instituições especializadas, como, no caso das armas no Brasil, pelo Exército e pela Polícia Federal.

O “controle social”, dessa maneira, se desdobra com a crítica à falta de transparência nas ações das corporações responsáveis por fiscalizar as armas, pela dominação política – e dos políticos – das agências<sup>6</sup> militar e policial, que, não por coincidência, regulam armamentos mas sempre foram marcadas por controlar (ou pelo menos tentar) aspectos importantes da vida social, principalmente em períodos autoritários da história recente brasileira. Mas não apenas nesses espaços de tempo, pois. O controle estabelece etiquetas e, em vários casos, é estimulado pelas cruzadas morais, que, com armamentos e munições, se misturou em maior ou menor grau nos discursos de políticos conservadores ligados à bancada da bala diretamente, mas também à defesa de temas religiosos e do agronegócio.

A teoria da rotulagem (*labeling approach*) examinou não só os desequilíbrios sociais, mas especialmente as formas obscuras e sinuosas do seu controle, que não correspondem à imagem consensual que a sociedade democrática moderna procura dar dos seus modos de sociabilidade. Por exemplo, “empreendedores morais”, com as suas cruzadas morais, identificam e definem certos grupos sociais ou indivíduos como desviantes, desenvolvendo leis e normas estigmatizantes para eles. Nessa perspectiva, o controle social é considerado um fenômeno resultante das relações de poder existentes entre grupos sociais (Capeller, 2023, p. 117, tradução deste autor).<sup>7</sup>

Tratar de armas, assim como os temas ligados à violência, é dar dimensão sobre os estudos, ampliando o debate sobre a sociedade brasileira e, no cenário mais atual, estabelecer diálogos e interpretações sobre a polarização de campos ideológicos. Há, porém, um velho impasse na política de armamentos e, por extensão, na governança de segurança pública. A fiscalização e o controle são feitos por duas instituições que não têm relação entre si e trabalham em diversas atividades-fim. Enquanto o Exército trata de questões amplas sobre defesa terrestre do país e o respeito aos princípios constitucionais, a Polícia Federal, entre

---

institucional sobre la sociedad, y la dimensión bottom-up, que traduce la capacidad social de revertir el control social a través de su propia dialéctica” (Capeller, 2023 p. 99).

<sup>6</sup> Mais adiante será discutido o caráter das agências reguladoras, mas é possível adiantar um debate sobre o papel do Exército e da Polícia Federal na fiscalização de armas. Na prática as duas corporações funcionam como agências, mas sem duas principais características: quarentenas e mandatos dos integrantes, características que dificultam a captura por atores externos, como lobistas, empresários e políticos.

<sup>7</sup> No original: “La teoría del etiquetamiento (*labeling approach*) ha examinado no solo los desajustes sociales, sino en especial las formas oscuras y sinuosas de su control, que no se corresponden con la imagen consensuada que la sociedad democrática moderna pretende dar de sus modos de sociabilidad. Por ejemplo, los “empresarios morales”, con sus cruzadas morales, identifican y definen como desviados a determinados grupos sociales o individuos, elaborando para ellos leyes y normas estigmatizantes. Desde esta perspectiva, el control social se considera un fenómeno resultante de las relaciones de poder que existen entre los grupos sociales”.

uma série de atribuições, apura infrações cometidas contra o Estado, além de reprimir o tráfico de drogas, por exemplo.

Os dados aqui apresentados representam uma tentativa de preencher parte de lacuna nos campos da criminologia, principalmente no debate sobre o poder do controle e na apresentação de informações sobre armas liberadas e a correlação entre mercado – incluindo o lobby desenvolvido nas esferas de poder – e mortes ocasionadas por tal política. A brecha no marco dos estudos desta ciência no Brasil veiculada ao direito dá a falsa sensação de que não existe um problema. “Se não pergunto por algo, é porque creio que funciona bem” (Zaffaroni, 2013, p. 136).

Se este trabalho é referenciado em autores da criminologia – e em estudos interdisciplinares, a ciência mesmo quando falou de armas não falou sobre armamentos propriamente, pelo menos não tratou de maneira mais direta sobre a importância do controle<sup>8</sup>, sobre uma cadeia de comando, sobre as decisões. A própria ação mais direta do Exército brasileiro só começou a ser descortinada a partir da urgência de estabelecer limites a desmandos de militares em outras áreas no país, como na saúde, durante a pandemia, por exemplo. A Polícia Federal, por sua vez, nunca passou por qualquer escrutínio sobre o tema de fiscalização de armamentos.

Os números deste trabalho foram obtidos a partir de pelo menos 30 pedidos de dados via Lei de Acesso à Informação (LAI)<sup>9</sup> ao longo dos três últimos anos. Servem em boa parte para contar como duas instituições, o Exército e a Polícia Federal, foram capturadas durante o governo Bolsonaro (2019-2022). Uma nota: aqui, no início desta leitura, é possível inverter a afirmação, pois é razoável se perguntar se não foram as corporações que capturaram a máquina administrativa. Ao final deste trabalho há uma expectativa do autor em responder tal questão, sobre quem capturou quem, incluindo neste rol a burocracia do Executivo, do Legislativo e os lobistas.

De um modo ou de outro, o Exército e a Polícia Federal foram as pedras de toque às avessas, que operaram uma política armamentista com reflexos dramáticos na segurança pública brasileira. Os dados se derramam ao longo dos 17 capítulos. Montam um mosaico de

---

<sup>8</sup> O tema das armas pouco a pouco vai se destacando em citações de criminólogos como um problema somado a tantos outros, mas mesmo assim de maneira incipiente e sem pesquisas específicas. “Desigualdade, políticas antidrogas falhas, racismo, disponibilidade de armas e cultura machista compõem o cenário para a América Latina que coloca-se assustadoramente com altas taxas de homicídios, e encarceramento em massa” (Calazans; Castro; Piñeiro, 2018, p. 12).

<sup>9</sup> A Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e é aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

duas instituições que, em boa parte das vezes, desconsideraram números e informações para a construção das próprias políticas públicas.

Por mais que a LAI tenha sido uma parceira na produção deste trabalho, há um confronto permanente com os números fornecidos pela burocracia, seguindo o que Becker chama de “círculo de interdependências”<sup>10</sup>. Contas também são perigosas. Precisam de ancoragens para que não sirvam a falsos argumentos. E uma das formas de caminhar é fazer uma curadoria de dados, todos aqui referenciados<sup>11</sup> numa plataforma própria.

Ninguém aceitará nossa ideia se os dados que oferecemos como evidências não forem convincentes, se o nosso argumento sobre o que os dados mostram, aquilo de que eles são evidências, não convencer as pessoas de que eles sustentam nossa ideia tal como dizemos que o fazem (Becker, 2022, p. 20).

A checagem permanente dos dados aqui apresentados pode ser verificada em vários momentos. É o caso de uma das principais contas deste trabalho: a liberação de 1.800 armas por dia em 2022. A escalada da distribuição de armamentos vem sendo acompanhada por este autor desde os governos Dilma Rousseff/Michel Temer, mas foi impulsionada sem precedentes na gestão seguinte. Para chegar ao total de armas liberadas ao longo de todos esses anos foi necessário somar todos os armamentos liberados em dois sistemas distintos do Exército e da Polícia Federal, além da busca de compras e aquisições de armamentos por forças de segurança publicadas no Diário Oficial da União. O risco de dados sobrepostos ou subnotificados esteve sempre à espreita, portanto. Foi preciso então uma recheagem das informações apresentadas pelas duas corporações.

Computar dados sobre a política de armas no Brasil é um exercício de paciência. Foi assim na comparação do número de CACs autorizados com os integrantes da ativa das Forças Armadas e das polícias. Aqui também ocorreu uma dupla investigação, subtraindo o número de militares e de policiais da conta geral fornecida inicialmente pelo Exército ainda em agosto de 2021, no início desta pesquisa. O fetiche por números é algo perigoso, e a única forma de escapar da sedução barata é buscar amarrações teóricas.

A progressão de atiradores e armas esteve longe de ser o único efeito da ação desenfreada de um governo. Há uma espécie de ciranda macabra em que vários elementos

---

<sup>10</sup> Segundo Becker, “para os cientistas, a ideia na maior parte das vezes pertence a um sistema mais geral de ideias ou conceitos que chamamos de teoria. O apoio que os dados dão a uma ideia transforma-a em evidência” (2022, p. 20).

<sup>11</sup> Os dados aqui apresentados estão contidos na ferramenta Pinpoint. Disponível em: [https://journaliststudio.google.com/pinpoint/search?collection=91122d4d18839c98&utm\\_source=collection\\_publish\\_link](https://journaliststudio.google.com/pinpoint/search?collection=91122d4d18839c98&utm_source=collection_publish_link). Acesso em: 03 fev. 2023.

passaram por uma espécie de dissecação a partir da criminologia, dado o caráter interdisciplinar da ciência. Nesta entrada no mercado da morte, há os ganhos de lobistas e empresas – associadas a políticos em boa parte das vezes –, a mudança no perfil de armamentos apreendidos<sup>12</sup>, os crimes associados a modelos de pistolas mais vendidas, o crescimento de clubes de tiros e até mesmo os recordes de arrecadação de taxas da burocracia federal no Exército e na Polícia Federal.

Como a política de armamentos entrou mais fortemente na polarização política, onde tópicos se misturam sem maior profundidade, avaliar tal tema é ainda mais intrincado. Mas há um detalhe a ser considerado, pois o jogo da política sempre envolveu aspectos da segurança pública. A estridência não é uma novidade para pesquisadores, pois o debate passou ao largo mesmo em momentos decisivos da história, como no referendo de 2005<sup>13</sup>. “Poucos eleitores conheciam o teor do Estatuto do Desarmamento, os limites e as condições que impunha para o porte e registro de armas, sendo levados a crer que votavam pela liberdade de comércio de armas ou sua proibição” (Zackseski, 2006, p. 23). A confusão se amplia a partir da própria desinformação.

Tudo se acentuou nos anos recentes. Políticos em postos centrais tentaram e ainda tentam separar a sociedade entre mocinhos e bandidos, justificando a liberação de armas para aqueles que se consideram pertencentes ao primeiro grupo. Neste sentido, vale lembrar a advertência de Gabriel Ignacio Anitua: “No tema do porte de armas por particulares é que se evidencia o pensamento excludente da direita. Isso encontra-se igualmente relacionado à questão das armas como direito para a defesa das pessoas ‘honradas’” (Anitua, 2006, p. 775). É uma retroalimentação que militares e policiais aceitaram e estimularam, e que tem como pano de fundo um mercado exponencial. O então presidente se aproveitou do frágil controle do Exército e da Polícia Federal para também, neste campo, tentar dividir um país.<sup>14</sup>

Há, portanto, uma recôndita justificativa na seleção daqueles que vão receber a autorização de armas do Estado. “Só mediante uma radical separação entre o ‘eles’ – os maus, os perigosos – e o ‘nós’ – os bons, os honrados – pode explicar alguma das propostas

---

<sup>12</sup> O perfil de armas apreendidas mudou em quatro anos. Até 2019, os revólveres eram o armamento ilegal mais encontrado com criminosos em operações das polícias do Rio e do Distrito Federal. Tal proporção já mostrava mudanças em 2021 nos dois estados. Dados levantados por este autor no Distrito Federal, e que serão apresentados a seguir, revelam como a política do Planalto alterou o perfil das armas apreendidas, aumentando o calibre e o poder de fogo dos armamentos em circulação. Os números apontam para uma interferência da política armamentista na segurança pública.

<sup>13</sup> O referendo tratou da proibição da comercialização de armas de fogo e munições em 23 de dezembro de 2005. A decisão foi a de não aprovar o artigo 35 do Estatuto do Desarmamento, o que manteve a comercialização dos armamentos dentro de regras rígidas para concessão do porte e da posse.

<sup>14</sup> No caso das armas, como veremos, o então presidente só conseguiu parte do objetivo, ao contrário de outros pontos e debates onde obteve maior sucesso na polarização mais efetiva.

paradoxais feitas pelos pensadores de direita” (Anitua, 2006, p. 775). O paradoxo está justamente no tipo de comércio, legal e ilegal.

A proposta de controlar a posse ilegal de armas é compartilhada pela maioria dos criminólogos de direita, que demonstra profunda recusa de limites à posse de armas por pessoas ‘que obedecem à lei’, já que considera que essas são fundamentais para a autodefesa (Anitua, 2006, p. 775).

A busca por autores da criminologia crítica para ancorar esta pesquisa foi iniciada, ainda em 2021, a partir de uma provocação de Zaffaroni. Em *A questão criminal*, o jurista argentino, ao citar a teoria do etiquetamento de Becker – e os responsáveis do poder que decidem a legislação penal e orientam a seleção das pessoas a criminalizar – cita produtores e mercadores de armas como livres de qualquer imputação. “Os fabricantes e vendedores de armas (não) são etiquetados como cúmplices de homicídios, embora cooperem necessariamente com eles, nem sequer quando as vendem aos dois lados em guerra ou a narcotraficantes em luta” (Zaffaroni, 2013, p. 140).

No início de dezembro de 2023, na etapa final deste trabalho, um grupo de freiras dominicanas processou a fabricante de armas Smith & Wesson em um tribunal de Las Vegas<sup>15</sup>, nos Estados Unidos. No dia anterior, um atirador havia matado três pessoas no campus da Universidade de Nevada<sup>16</sup>. O processo, mesmo um tanto embaralhado, reforça a perspectiva de responsabilização de diretores de empresas de armamentos<sup>17</sup>:

A ação das dominicanas segue uma linha de formulação político-moral que vem propugnando por fim à violência com medidas que valorizem a cultura de paz. Cidades norte-americanas entram na Justiça para receber gastos com danos provocados por armamentos.<sup>18</sup>

---

<sup>15</sup> STOCKMAN, Dan. Group of nuns sue gunmaker Smith & Wesson over assault weapons. Catholic News Service, 13 de dezembro de 2023. Disponível em : <https://www.americamagazine.org/faith/2023/12/13/sisters-lawsuit-gun-violence-smith-wesson-246705>. Acesso em: 20 dez. 2023.

<sup>16</sup> MOSSBURG, Cheri. Ataque a tiros na Universidade de Nevada deixa ao menos 3 mortos. CNN Brasil, 06 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ataque-a-tiros-universidade-de-nevada-las-vegas/>. Acesso: 27 mar. 2024.

<sup>17</sup> “Assim como as empresas farmacêuticas sendo julgadas depois de anos de lucros com a venda de opioides perigosos, o conselho da Smith & Wesson ignora a exposição potencialmente arruinante que a empresa enfrenta por seu marketing e venda de armas projetadas especificamente para matanças”, disse o advogado Jeffrey Norton, que se associou ao processo das feiras.

<sup>18</sup> Sousa Júnior, José Geraldo de. Comércio de armas e cultura de paz: quando lucrar se torna cumplicidade. Jornal Brasil Popular/DF, em 18 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.brasilpopular.com/comercio-de-armas-e-cultura-de-paz-quando-lucrar-se-torna-cumplicidade/>. Acessado em: 15 jan. 2024.



Desde o final dos anos 1990 que grupos da sociedade despertaram para a possibilidade de processar a indústria das armas nos Estados Unidos. Uma ação foi iniciada por cidades como Nova Orleans. Mas não é uma tarefa simples, afinal os juízes consideram os assassinos os únicos culpados. Não deixa, entretanto, de ser uma boa oportunidade para pensar sobre os meandros e as motivações da indústria armamentista.

Numa perspectiva mais ampla, além das próprias empresas, não seria tão inusitado imaginar a co-responsabilização dos próprios atores do Estado, a cadeia de comando. Numa teia de normas, um presidente poderia assumir o risco ao publicar decretos e portarias – sem a devida chancela do Congresso – flexibilizando o acesso às armas. Por sua vez, o Exército e a Polícia Federal também podem ter sido, no mínimo, omissos ao não cumprir o papel eficiente de controladores. Assim como as empresas também seriam culpadas, a administração pública poderia entrar em tal rol.<sup>19</sup>

Zaffaroni desenvolveu o conceito de co-culpabilidade desta maneira:

A teoria defende que o Estado deve ser corresponsável pelo delito, pois não ofereceu condições de aprimoramento cultural e econômico ao agente, que se restou marginalizado, uma vez que a sociedade, muitas vezes, é desorganizada, discriminatória e excludente (Zaffaroni, 1999, p. 140).

Assim, é possível, sem adulterar o conceito original de Zaffaroni, pensar o Estado como corresponsável também por delitos de armamentistas ao estimular a compra de armas por meio de normas oficiais e quebrar a fiscalização. Um trabalho efetivo de técnicos do TCU, divulgado em março de 2024, poderia ser usado por exemplo para responsabilizar militares<sup>20</sup> pela quantidade de liberação de armas sem critérios, mas como se verá, por mais detalhado nas recomendações, o texto sobre autorizações de CACs condenados pela Justiça, não apresentou sugestões para punir “controladores” muito menos a cadeia de comando.

No caso da Polícia Federal tal argumento pode ser dividido entre antes e após a eleição de Bolsonaro. A corporação policial, como se verá, em vários momentos testou regras, como foi o caso do período da campanha do desarmamento, quando as normas para análise de revólveres e pistolas entregues pelo cidadão teve de ser reavaliada. Mas depois da

---

<sup>19</sup> Este tema voltará a ser abordado nas considerações finais deste texto, numa tentativa de abrir o debate sobre responsabilidades das empresas e dos agentes públicos.

<sup>20</sup> Relatório sobre liberação de armas pelo Exército a condenados não deve responsabilizar militares. SBT News, 05 de março de 2024. Disponível em: <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/brasil/relatorio-sobre-liberacao-de-armas-pelo-exercito-a-condenados-nao-dev-e-responsabilizar-militares>. Acesso em: 13 mar. 2024.

eleição do capitão reformado, a Polícia Federal teve um papel conivente com a política armamentista, principalmente nos dois últimos anos da gestão.

Além da quantidade de armas liberadas em quatro anos, é preciso avaliar a consequência da ação da liberação de armas nas políticas de segurança pública, no discurso agressivo de um grupo político, no lucro de lobistas e empresários e nas vítimas dos armamentos. Uma arma pode durar mais de 50 anos com uma mínima manutenção, o que mostra que crimes associados a armamentos comprados ao longo dos últimos anos podem se acumular e mudar de forma constante ao longo de cinco décadas.

A pretensão deste texto é tratar sobre instituições, crimes e segurança pública, o que nos leva a pensar sobre a própria democracia. Um elemento importante que estava implícito nas decisões e nos discursos do núcleo bolsonarista e passou a ser avistado em partes ao longo do mandato do capitão reformado no Palácio do Planalto foi revelado de maneira mais nítida com os depoimentos do principal ajudante de ordens do então presidente, o tenente-coronel Mauro Cid, acusado de participação na trama golpista e na invasão das sedes dos Três Poderes, em Brasília, em janeiro de 2023.

Em delação premiada, homologada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Cid disse que um grupo de aliados bolsonaristas defendeu a ação de CACs<sup>21</sup>. O elemento revelado mostra assim que uma política restritiva de acesso a armas não é apenas importante para controlar crimes comuns mas também para garantir a própria liberdade eleitoral. A partir daqui uma série de debates pode ser iniciada, como o poder de mando sobre as Forças Armadas e a Polícia Federal e sobre a decisão de armar um grupo específico da população.

Neste texto, estaremos diante da distribuição de armas legais e os efeitos. A CPI do Tráfico 2005-2006 é citada pela importância mas principalmente pelo mapeamento feito em relação às armas nacionais legalizadas – que serão confrontadas com a permissividade dos anos 2009-2022 –, mas o enfoque principal está nos riscos do acesso oficial, na fácil distribuição. É mais do que óbvio que o tráfico de armas e o crime organizado devem estar como preocupação principal das autoridades de segurança, mas também é corrente a necessidade de entender como uma política armamentista estimulada por um poder central abala toda uma estrutura de combate ao crime.

---

<sup>21</sup> Cid ainda afirmou “que o segundo grupo de 'radicais' era a favor de um braço armado; que gostariam de alguma forma incentivar um golpe de estado; que queria que ele [Bolsonaro] assinasse o decreto; que acreditavam que quando o presidente desse a ordem, ele teria o apoio do povo e dos CACs”, Cf reportagem disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/02/20/cid-disse-a-Polícia-Federal-que-grupo-de-radica-is-ligado-a-bolsonaro-era-a-favor-de-braco-armado-em-plano-golpista.ghtml>. Acesso em: 12 fev. 2024.

O projeto inicial desta dissertação foi se encaixando às circunstâncias políticas do Brasil nos três anos de pesquisa, desde o processo de seleção e, com ele, a apresentação do projeto. Se o início se deu durante o governo de Bolsonaro, incluindo as investigações preliminares para a seleção do mestrado, ainda em 2020, os últimos movimentos de escrita ocorreram no segundo ano do terceiro mandato de Lula. Um ponto, assim, é que a progressão armamentista do capitão reformado foi interrompida no Executivo – mas nem por isso esquecida por grupos conservadores no Legislativo –, o que abriu uma série de questões sobre o controle de armas leves sem o peso da diretriz de armar a população de qualquer maneira, sem base em evidências e dados.

Tal fato, a derrota de Bolsonaro em 2022, entretanto, não mudou o objetivo principal da pesquisa: o debate sobre os riscos da captura de gestores públicos pelo poder central e, mais grave, sobre os efeitos da política de distribuição de armamentos. Mas há outro ponto. Esta investigação começou com o objetivo de avaliar o controle do Exército sobre as armas. Com o desenvolvimento do trabalho, porém, ficou impossível não citar ou mesmo ampliar a participação da Polícia Federal, que, em escala levemente menor, liberou revólveres e pistolas de maneira inédita na história recente do país. Com o total de armamentos distribuídos, a polícia passou de coadjuvante para o papel principal, ao lado do Exército.

Incluir a Polícia Federal neste texto foi uma decisão arriscada, contudo. Por dois motivos. Primeiro o próprio tempo da pesquisa, afinal desde o primeiro momento a atenção esteve voltada às Forças Armadas. E de alguma forma o trabalho já havia sido iniciado ainda em 2018 durante uma pós-graduação em Economia e Gestão na Fundação Getulio Vargas (FGV), quando escrevi o texto “Mercadores da morte, uma descrição do lobby armado no Brasil”, que tratava da atuação dos militares no mercado de armas. Mesmo incipiente, aquela investigação apontou caminhos para entender o universo fardado. A atividade jornalística também me levou nos primeiros dois anos do governo Bolsonaro a buscar dados sobre a presença de integrantes das Forças na Esplanada, informações básicas para contar e explicar em parte a própria gestão do capitão reformado no Planalto.

Assim, como se vê, falar do Exército parecia um pouco mais confortável. Além disso, e aqui o segundo motivo, a literatura sobre os militares é ampla, feita por autores brasileiros e estrangeiros como Alain Rouquié, Adriana Marques, Celso Castro, Héctor Saint-Pierre e Samuel Alves Soares, entre tantos outros, incluindo os próprios servidores da instituição, que se aventuraram em definir papéis e traços históricos. Sobre a Polícia Federal há um deserto de estudos – desbravado por poucos, mais recentemente por Priscila Brandão, Lucas Pilau, Arthur Trindade, Cristina Zackseski e Bruno Amaral Machado, e, no início dos anos 2000,

por Jorge Zaverucha –, o que torna mais difícil entender o processo decisório da corporação, que desde a fundação se relacionou com a política, seja a protagonizada por militares, nos anos 1960, 1970 e 1980, seja por civis, neste caso mais diretamente por eles (delegados e agentes) mesmo como congressistas, secretários de governo e até mesmo ministros, a partir da década de 1990. As fragilidades institucionais estão portanto detalhadas aqui.

Os temas relativos às instituições, políticas governamentais e organizações na área de segurança nacional não têm despertado o mesmo interesse analítico nos cientistas sociais, pelo menos no caso do Brasil, que outras questões sociais e políticas. As razões são várias, mas estão associadas ao contexto progresso recente de autoritarismo militar e ao otimismo liberal que costuma grassar em situações de mudança, como aquela representada pelo fim dos regimes de exceção, de que poderíamos também eliminar essas instituições de nossas estruturas políticas (Cepik, 2003, p. 9).

O risco, como mostrava Cepik no início dos anos 2000, é que o tema pudesse ser esquecido e relegado aos próprios operadores ou simpatizantes, resultando em análises enviesadas. De alguma maneira, ao longo dos últimos anos, a lacuna nos estudos sobre as Forças Armadas foi razoavelmente preenchida, como citado aqui, o que não ocorreu de maneira mais ampla com a Polícia Federal. No caso das armas, a falta de um debate mais contundente sobre os papéis de militares e de policiais levou o Brasil a uma fragilidade institucional, incluindo a própria percepção dos integrantes das corporações, deixando um caminho aberto para políticas públicas de ocasião.

O desafio aqui foi contemplar os dois universos, o militar e o policial, ao longo deste texto, seja por referências teóricas (incluindo a adequação do *ethos* da Polícia Federal a partir de outras corporações) seja pela análise da atividade com dados e entrevistas. Se uma pesquisa consistente não deve levar em conta aspectos circunstanciais de mudanças de regras e autores, ao mesmo tempo deve ficar atenta a alterações significativas. Assim, o papel do Supremo não apenas serviu para frear a sanha armamentista, mas também para mudar parte do eixo da própria descrição do lobby. O modelo do “Triângulo de ferro” (Capítulo 6) adaptado pelo autor desta pesquisa precisou ser alterado duas vezes ao longo deste projeto. Primeiro para incluir a Polícia Federal. Depois para demonstrar a participação do STF como elemento fundamental na cartografia política nacional.

Uma parte circunstancial deste texto foi sendo construída ao longo dos artigos preparados para as disciplinas do mestrado<sup>22</sup> na Faculdade de Direito da UnB, um centro de

---

<sup>22</sup> Ao longo deste texto estão contidos trechos e citações de autores estudados nos cursos de “Criminologia e cinema” (ministrados pela minha orientadora Cristina Zackseski e Evandro Pisa Duarte); “Dimensão

estudos de excelência na capital do país, com todas simbologias e circunstâncias para a pesquisa sobre o poder central de decisão política. Os artigos para as aulas trouxeram, além dos autores já citados, nomes como Bourdieu, Elias, Luhmann, Garland, Arendt, Fragoso, Kalil, Garapon e Han entre outros brasileiros e estrangeiros necessários para ancoragens teóricas clássicas mas também visões recentes sobre os movimentos da direita global. As referências aqui, portanto, se apresentam em diferentes tópicos, que, ao final, ancoram o debate sobre a arquitetura do controle de instituições a partir da perspectiva criminológica.

Em vários trechos dos capítulos abre-se um debate sobre o comando da fiscalização e liberação das armas. Se o Exército e a Polícia Federal se mostram frágeis para cumprir o papel, a alternativa seria a criação de uma agência, como defendem grupos de políticos e até mesmo policiais federais e alguns pouco militares? Não é uma equação simples. E aqui não existe a pretensão de resolvê-la. Mas tal discussão, como se verá, estará sempre exposta, afinal é o controle, os mandos do poder e a fragilidade das instituições diante de capturas do governo e do mercado o que se explora nesta pesquisa.

---

histórico-sociológico do constitucionalismo” (Cristiano Paixão e José Otávio Guimarães); “Sociologia da violência” (Arthur Trindade Maranhão Costa); “Direito e inteligência artificial (Fernanda Lage); “Filosofia política e direito constitucional” (Menelick de Carvalho Netto) e “Prática do ensino da formação em direito” (Alexandre Bernardino Costa).

## CAPÍTULO I - O modelo do atoleiro e a distribuição das armas

Em momentos diferentes da história brasileira, o Exército e a Polícia Federal assumiram o controle de armas sem um preparo adequado. Tal função, mesmo durante o atual período democrático, passou poucas vezes por análises de impacto, de riscos ou mesmo reavaliações. Controlar armas e atiradores levou a força militar e a corporação policial, em escala ligeiramente menor, a um papel pouco eficiente ao longo do tempo. Entre 2019 e 2022, principalmente, militares e policiais ficaram a reboque de iniciativas de personagens governamentais, que, com uma política armamentista agressiva, se utilizaram das organizações e dos subsistemas sem comunicação<sup>23</sup> para distribuir armas.

Dados obtidos pelo autor desta pesquisa com base na Lei de Acesso à Informação revelam a ampliação do arsenal por parte do Exército (**Tabela 1**) e da Polícia Federal (**Tabela 2**) ao longo de quatro anos. Uma escalada frágil, amarrada por decretos, sem qualquer debate mais aprofundado pelo Legislativo e com intervenções pontuais do Judiciário. É possível, com conceitos e autores da criminologia crítica, avaliar os discursos dos políticos que sustentaram tal política, aprofundar o debate sobre o número de armas liberadas e mostrar a atuação dos empresários e dos militares. Os números mostram uma participação mais efetiva do Exército, mas, como se vê, não menos importante da Polícia Federal.

**Tabela 1 - Armas autorizadas pelo Exército para CACs de jan./2011 a dez./2022**

<b>Ano</b>	<b>Total</b>
2011	13.041
2012	13.049
2013	12.375
2014	14.122
2015	10.558
2016	20.451
2017	32.607
2018	59.439
2019	78.335
2020	137.851
2021	257.539
2022	431.131

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Exército obtidos por meio da LAI

<sup>23</sup> No Brasil, existem duas formas para o acesso a armas: pelo Sinarm, no qual a autorização é concedida pela Polícia Federal; e pelo Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma), coordenado pelo Exército. No Sinarm é possível requisitar a posse de arma e o porte para defesa pessoal; já no Sigma, é preciso solicitar o registro como CAC (Caçador, Atirador e Colecionador).

Tabela 2 - Armas autorizadas pela PF para “defesa pessoal” de jan./2011 a dez./2022

<b>Ano</b>	<b>Total</b>
2011	24.486
2012	37.114
2013	34.454
2014	39.943
2015	49.885
2016	44.912
2017	45.485
2018	51.027
2019	94.064
2020	177.782
2021	113.168
2022	230.112

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Exército obtidos por meio da LAI

A política de distribuição de armas elaborada por decretos e portarias foi assumida pelos integrantes das forças militar e policial sem maiores questionamentos, e equipou, pelo menos em parte e a partir do Exército, uma tropa paramilitar chamada de CACs. O apoio de oficiais ligados ao então presidente se consolidou ao longo dos quatro anos de mandato e permaneceu mesmo depois da derrota do ex-capitão nas urnas. Os militares foram responsáveis pela liberação de 904.854 armas em quatro anos para os CACs.

A relação entre Bolsonaro, militares e CACs mostra como a política armamentista se apoiou no Exército, pois além do montante de armas liberadas, o que estava em jogo também era a liberação do tamanho dos calibres, como os de fuzis, por exemplo. A presença desse grupo de pessoas, portanto, estava nos discursos do capitão reformado e nas decisões de governo. Mas isso não exclui a participação ativa da Polícia Federal, subordinada ao Ministério da Justiça, que também incrementou a distribuição de armas a civis com o argumento de necessidade de “defesa pessoal” e teve como chefes, durante o governo, um ex-juiz, um servidor da Advocacia Geral da União e um delegado federal.

A Polícia Federal permitiu o registro de posse e porte de mais de 629.239 novos armamentos no período. Em termos proporcionais, de 2018 a 2022, enquanto os policiais elevaram a autorização para armamentos em 350%, os militares chegaram a 625%. Em 1º de janeiro de 2019, 302 armas eram liberadas por dia, se somados os números do Exército e da Polícia Federal. Quatro anos depois, ao deixar o Palácio do Planalto, em 31 de dezembro de

2022, o capitão reformado alcançou a marca de 1.811 armamentos distribuídos a cada 24h. A política armamentista deliberada levou a uma progressão de 500% a mais de revólveres, pistolas e fuzis no mercado brasileiro, tudo a partir da chancela de servidores.

Os três personagens que comandaram a pasta da Justiça de 2019 a 2022 são relevantes na história política recente. Sérgio Moro<sup>24</sup>, ex-juiz da Lava-Jato, a operação mais controversa da história do sistema judiciário, foi ministro de janeiro de 2019 a abril de 2020, período inicial do incremento da distribuição de armas pela Polícia Federal.

André Mendonça<sup>25</sup>, o ex-servidor da Advocacia Geral da União, comandou a pasta de abril de 2020 a março de 2021, quando indicado ao STF. De 2020 a 2021, quase 300 mil armas foram liberadas pela polícia. Por fim, Anderson Torres<sup>26</sup>, o delegado da PF, foi ministro de março de 2021 a dezembro de 2022, ano em que a distribuição de armamentos para “defesa pessoal” chegou ao maior patamar. Nenhum dos três ministros parecia ter uma predileção pelas armas. Em audiência na Comissão de Segurança da Câmara, em maio de 2019, Sérgio Moro falou sobre o Decreto nº 9.785/2019<sup>27</sup>, publicado na véspera<sup>28</sup>.

Foi decisão tomada pelo presidente em atendimento ao resultado das eleições e existe toda uma pretensão de várias pessoas que entendem que tem um direito, isso está sendo preservado. Mas não significa a delegação (da segurança pública) ao cidadão, tanto que estamos trabalhando firmes para debelar esses problemas. (Moro, 2019)<sup>29</sup>

Na sabatina do Senado que confirmou o seu nome ao STF, Mendonça disse que não poderia entrar em detalhes sobre a política de armamentos do antigo chefe e por ele

<sup>24</sup> Apesar das negativas recorrentes de não-envolvimento político durante o período da magistratura, Moro largou o cargo para assumir o comando do ministério da Justiça. Ao se desentender com o então presidente, deixou a Esplanada e, dois anos depois, acabou eleito senador pelo Paraná, eleição que foi questionada no TRE do Paraná e, na sequência, no TSE.

<sup>25</sup> Mendonça assume a cadeira do STF em 16 de dezembro de 2021 por indicação do chefe do Executivo, que no início do mandato prometeu uma cadeira da corte para um ministro “terrivelmente evangélico”.

<sup>26</sup> Filiado ao partido União Brasil, Torres chegou a ensaiar uma candidatura ao Senado pelo Distrito Federal, mas acabou desistindo e permaneceu no cargo de ministro da Justiça até o final de 2022. No início de 2023, voltou para a secretaria de Segurança no GDF e acabou preso por suposto envolvimento nos atos golpistas de 8 de janeiro daquele ano.

<sup>27</sup> Cf. texto do decreto disponível em: [<sup>28</sup> PRAZERES, Leandro. Moro diz que decreto do porte de armas não é medida de segurança pública. UOL, 8 mai. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/05/08/moro-decreto-bolsonaro-porte-armas.htm>. Acesso em: 30 mai. 2023..](https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=9785&ano=2019&ato=20cUzZ65keZpWT3b4#:~:text=Regulamenta%20a%20Lei%20n%C2%BA%2010.826,de%20Gerenciamento%20Militar%20de%20Armas. Acesso em: 20 abri. 2024.</a></p>
</div>
<div data-bbox=)

<sup>29</sup> Ibid.



chancelada sob pena de se tornar impedido na Corte Superior<sup>30</sup>. “Sobre a política de desarmamento, logicamente que há espaço para posse e para porte de armas. A questão que deve ser debatida é quais os limites, até que ponto e até que extensão”. (Mendonça, 2021)<sup>31</sup>

Torres, por sua vez, em entrevista ao Correio Braziliense<sup>32</sup> em 30 de abril de 2021, disse que era a favor do “cidadão de bem” poder ter o direito de ter uma arma em casa, mas disse não saber se tal ação iria diminuir a violência no Brasil. “Isso é um estudo que a gente precisa fazer, precisa analisar as estatísticas”.<sup>33</sup> (Torres, 2021)

Em *A mentira na política – considerações sobre os documentos do Pentágono*<sup>34</sup>, Hannah Arendt faz uma referência ao “modelo do atoleiro” para analisar o que causou o revés da intervenção dos Estados Unidos no Vietnã nas décadas de 1950 e 1970. Tal modelo se explica pela aceleração de ações mesmo quando tudo já parece perdido, ou melhor, mergulhado na lama, sem chances de avanços ou recuos. A cada novo arranque, mais o veículo afunda, dificultando ainda mais a possibilidade de deixar o atoleiro.

Mas o que causou a desastrosa derrota da intervenção armada e da política norte-americana não foi, na verdade, o atoleiro (a política de ‘mais um degrau’ – cada novo degrau prometendo o sucesso que o degrau anterior também prometera e deixara inexplicavelmente de cumprir), mas o desprezo teimoso e deliberado de todos os fatos históricos, políticos e geográficos (Arendt, 2017, p. 37).

No Brasil dos anos 2000 já existiam elementos suficientes para limitar a distribuição de armas para a população civil. Pesquisas e ações governamentais mais efetivas contra a violência revelavam a relação entre o aumento do número de armas e o crescimento de crimes. Uma das análises de impacto mais importantes — mas desconsiderada no jogo entre o controle do Estado e a atuação dos lobistas — está na relação entre o acesso às armas de pequeno porte e a alta do número de homicídios em determinadas regiões do país. É o modelo do atoleiro na versão brasileira, protagonizada por militares e policiais, que desconsideraram pesquisas e história.

---

<sup>30</sup> MATTOS, Marcela e BARBIÉRI, Luiz Felipe. Mendonça diz que há espaço para porte e posse de armas, mas não opina sobre decretos de Bolsonaro. G1 em 1 de dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/12/01/mendonca-diz-que-ha-espaco-para-regular-posse-e-porte-de-armas-mas-nao-opina-sobre-decretos-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 10 mai. 2023.

<sup>31</sup> Ibid.

<sup>32</sup> Dubeux, Ana *et al.* Ministro da Justiça: "Cidadão de bem tem que ter o direito de ter arma de fogo em casa". Correio Braziliense em 30 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/04/4921467-ministro-da-justica-cidadao-de-bem-tem-que-ter-o-direito-de-ter-arma-de-fogo-em-casa.html>. Acesso em: 22 mai. 2023.

<sup>33</sup> Ibid.

<sup>34</sup> Um dos estudos apresentados em *Crises da República* (Arendt, 2017).

## CAPÍTULO II – A tropa paramilitar dos CACs e os portes da Polícia Federal

*O mapa das armas de fogo nas microrregiões brasileiras*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA (Cerqueira, 2013), revela que o Estatuto de Desarmamento<sup>2</sup>, de 2003, produziu efeitos positivos no Brasil na relação entre a queda na difusão de revólveres e pistolas e a redução da taxa de homicídios. O estudo mostra que a cada 1% no aumento da difusão de armas há uma elevação em até 2% da taxa de homicídio. A multiplicação de armamentos não apresenta qualquer efeito sobre a redução de crimes contra a propriedade, desmontando de vez a ideia difundida sem bases ou evidências de que é possível defender um imóvel quando o dono está armado.<sup>35</sup>

O trabalho de Daniel Cerqueira traça o aumento dos assassinatos no Brasil entre os anos 1990 e 2000 e mostra que o Estatuto do Desarmamento ajudou a estabilizar a quantidade de homicídios em subgrupos populacionais. Revela também o aumento em 44% dos crimes caseiros, cometidos por pessoas íntimas da vítima — o que parece uma contradição, apenas reforça a inutilidade do porte e posse de armas para proteger o “cidadão de bem” do bandido. Um trabalho atual de Cerqueira em parceria com pesquisadores do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)<sup>36</sup>, já no final da gestão Bolsonaro, mostrou que a relação de mais armas menos crimes é falsa, expondo a falta de critérios na liberação de armamentos.

No caso dos CACs, o Exército liberou registros a mais para 263 mil pessoas de 2019 a 2022 (**Tabela 3**). Ainda em agosto de 2021, o número total dessa tropa já havia ultrapassado o total de servidores da ativa nas Forças Armadas. A soma de todos atiradores, caçadores e colecionadores registrados no Brasil chegava à época a 409.689, ultrapassando os 356.281 militares na ativa do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, segundo o Ministério da Defesa via LAI. Os CACs podiam ser comparados também ao efetivo das PMs nos estados brasileiros – 416.923, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De 2019 a 2020 os registros de CACs dispararam, numa demonstração do que viria. Se em 2018 foram inscritos 47.361, nos dois anos seguintes a soma dos números chegou a 178.721. Os primeiros oito meses de 2021 já representam mais de 91% de 2020, indicando

---

<sup>35</sup> No capítulo 8 serão apresentadas pesquisas que desmontaram, ao longo dos últimos 20 anos, os mitos da eficácia de se ter uma arma para garantir a segurança.

<sup>36</sup> Um trabalho produzido pelos pesquisadores Daniel Cerqueira, Gabriel Lins, Túlio Kahn e Samira Bueno — publicado em setembro de 2022 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública — fez uma relação entre armas de fogo e os homicídios, e desmontou o discurso de que o acesso aos armamentos diminuiu o número de mortes. Com um modelo que agrega variáveis como mudanças na dinâmica demográfica, a dinâmica do crime organizado e as políticas efetivas de segurança pública, os pesquisadores mostraram, a partir de um cálculo aproximado, que, se não houvesse o aumento de armas de fogo em circulação de 2019 em diante, teria havido 6.379 homicídios a menos (FBSP, 2022).

um novo recorde até o final de dezembro, o que se confirmou (196.640). Em 10 anos, de 2012 a 2022, o crescimento foi de 5.013%.

Na Polícia Federal é possível avaliar o grau de comprometimento da corporação com a política armamentista pelo número de portes liberados de 2019 a 2022. Nesse período, a PF entregou 15.801 portes de armas (**Tabelas 4 e 5**). O aumento ocorreu nos três primeiros anos de governo, quando houve um incremento em 60% dessas autorizações. O porte, ao contrário da posse (que permite ao indivíduo manter o armamento no interior da casa ou do trabalho), autoriza a pessoa a andar armada sem restrições. É o tipo de liberação que deveria ser mais cuidadosa, mas que chegou a quase 5 mil em 2021 em todo o país. Apenas no estado do Rio Grande do Sul foram 1.590 autorizações.

Tabela 3 - Registros de certificados de CACs emitidos pelo Exército, jan./2011 a ago./2022

<b>Ano</b>	<b>Total</b>
2011	8.137
2012	6.226
2013	7.175
2014	4.874
2015	6.975
2016	20.238
2017	32.970
2018	47361
2019	73.788
2020	104.933
2021	198.640
2022	318.360

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Exército obtidos por meio da LAI

Dos pouco mais de 15 mil portes entregues no país, a superintendência do Distrito Federal foi a que mais aumentou as autorizações de porte proporcional em quatro anos: 3.500%. A Polícia Federal de São Paulo, mesmo envolvendo um estado mais populoso do país, liberou 675 portes. O crescimento do número de portes pode e deve ser interpretado como um reflexo da política armamentista. O poder central não apenas flexibilizou a legislação de armas mas influenciou que instituições sob o comando do Poder Executivo exercessem tal política.

O que se percebe é o alto grau de discricionariedade dos integrantes da Polícia Federal na liberação de portes de armas. Se o Rio Grande do Sul liberou desde o início um número

alto de portes – por mais que seja possível notar uma elevação de 33% nos anos 2019 e 2021 -, outras superintendências estaduais acabaram servindo de esteio mais amplo para a alta das autorizações. As negativas de portes mostram que houve uma elevação exponencial na procura por acesso a armas em todos os estados, tirando o Rio Grande do Sul<sup>37</sup>, que, um caso à parte de estudo, sempre manteve altos índices de aprovação e rejeição de portes.

---

<sup>37</sup>A cultura armamentista do Rio Grande do Sul é histórica, assim deve ser analisada de maneira separada. A sede da Taurus, a maior empresa de armas do Brasil, por exemplo, está instalada em São Leopoldo (RS). A empresa, ao longo dos anos, doou dinheiro para campanhas de políticos de todas as colorações partidárias.

Tabela 4 - As 10 superintendências que mais liberaram portes de armas de 2019 e 2022

<b>Estado</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>Total</b>
RS	1.194	1.393	1.590	831	4.258
ES	219	488	478	335	1.520
DF	21	265	240	783	1.309
MS	215	211	347	191	964
PR	166	255	171	91	683
SP	98	134	246	197	669
AL	64	121	203	149	537
SC	93	141	149	117	500
GO	47	135	167	131	482
SE	634	106	227	68	464

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Polícia Federal obtidos por meio da LAI

Tabela 5 - As 10 superintendências que mais negaram portes de armas de 2019 a 2022

<b>Estado</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
RS	2099	1445	1798	963
DF	314	420	777	2.396
SP	876	498	869	600
ES	395	544	919	472
MG	666	517	687	196
RJ	447	450	574	963
GO	358	362	455	155
PE	360	208	527	217
PR	308	358	411	209
MS	355	220	275	221

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Polícia Federal obtidos por meio da LAI

A superintendência do Rio não está entre os 10 primeiros que mais liberaram os portes, mas aparece em 6º lugar no quesito das negativas. Por causa do maior controle no estado, a Polícia Federal acredita que atiradores tentassem garantir o porte (ou a posse) no

Espírito Santo. Uma nota: entre os estados no Sudeste foi no Espírito Santo que Bolsonaro obteve uma maior diferença de Lula no 2º turno de 2022: 16 pontos.<sup>38</sup>

A questão a se discutir aqui é que existe uma relação entre o eleitorado conservador e as armas. Mas uma maior liberação de armamentos pode não ter implicado no motivo para a decisão do voto. E aí chegamos no ponto a ser avaliado nos capítulos seguintes: não necessariamente o discurso das armas ampliou o número de apoios. Pode ter significado apenas a pregação para convertidos. O eleitorado capixaba, para continuar no exemplo anterior, deu mais votos a José Serra (PSDB) do que a Dilma, em 2010; mais a Geraldo Alckmin do que a Dilma em 2014; e mais a Bolsonaro do que a Fernando Haddad, em 2018.

Aqui vale antecipar um ponto que será retomado: a fragilidade e o adesismo “apartidário” das instituições no controle de armas pode ser verificada nas liberações de portes. Numa conta simples para se chegar às 15 mil autorizações em quatro anos seriam necessárias 900 liberações trimestrais. Mas, no último trimestre de 2022, com a expectativa da vitória de Lula, as unidades da Polícia Federal nos estados liberaram apenas 83 portes em todo o país.

De alguma maneira é como se a Polícia Federal retomasse o prumo na fiscalização de armas. A história da captura do Exército e da Polícia Federal pelo poder central, mesmo com um desfecho desabonador para as duas instituições, não deve ser resumida. Se os militares não abriram nenhum flanco de resistência, policiais tentaram alguma reação. Dois documentos liberados via LAI que previam “trâmite sigiloso” mostram a ação de parte dos policiais federais.

No Ofício Circular nº 6, do chefe da Divisão Nacional de Controle de Armas de Fogo (DARM), da Polícia Federal, para as delegacias descentralizadas, de maio de 2019, há uma crítica a parte dos decretos que derrubaram o Estatuto do Desarmamento: “Questão relevante é a consequência, na prática, (...) para os casos previstos na Lei nº 10.826/03”. O documento ainda questiona “como poderia um cidadão possuir ou portar uma arma sem os documentos previstos em lei, que são o Certificado de Registro de Arma de Fogo e o Porte de Arma de Fogo?”. Outro documento, uma minuta de setembro de 2020, deixa claro que a equipe da DARM foi contrária à Portaria 62/2020 do Exército, que dificultava a identificação de armamentos e munições. Sem sucesso. Apenas em setembro de 2021, o ministro do STF Alexandre de Moraes suspendeu o texto por considerar que o “Estado, ao deixar de exercer a competência constitucional para o controle e a fiscalização de armas, favorece o incremento

---

<sup>38</sup> A relação entre votos e eleitores será abordada mais detalhadamente no capítulo sobre o perfil dos CACs que se armaram entre 2019 e 2022.

de riscos contrários ao exercício de outras competências constitucionais, em especial a garantia da segurança pública”.<sup>39</sup>

Por fim, a equipe responsável pela repressão ao tráfico de armas redigiu nota técnica contrária ao fim de uma alíquota<sup>40</sup> de 150% para exportação de armas e munições nas Américas do Sul e Central, incluindo os países do Caribe:

Se a Polícia Federal, órgão de controle de armas de uso civil no país e responsável por combater o tráfico de armas, sequer possui acesso aos sistemas mínimos de controle e rastreamento administrados pelo Exército Brasileiro aos quais deveria ter, e diante da possibilidade dos órgãos de segurança pública não terem condições hábeis de monitorar se referidas exportações estão ou não impactando nos índices e apreensões nacionais, não seria adequada e oportuna a extinção do imposto de exportação.<sup>41</sup>

A ação para a derrubada do imposto, que será detalhada nos próximos capítulos, foi produzida por um lobby eficiente da Taurus e da CBC, empresas-irmãs que fabricam armas e munições.

---

<sup>39</sup> Cf. texto disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=473161&ori=1>. Acesso em: 04 mar. 2024.

<sup>40</sup> A nota técnica da PF foi assinada pelo responsável pela divisão de repressão ao tráfico de armas, delegado Marcus Vinícius Dantas. Cf. Gaspar, Malu. Defesa e PF passaram por cima de nota técnica sobre tráfico de armas para zerar taxa de exportação. O Globo, 21 fev. 2022. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/malu-gaspar/post/defesa-e-pf-passaram-por-cima-de-nota-tecnica-sobre-trafico-de-armas-para-zerar-taxa-de-exportacao.html>. Acesso em: 10 out. 2023.

<sup>41</sup> Ibid.

### CAPÍTULO III – A espiral do segredo e a confiança nas corporações

Se havia um ponto comum nas pesquisas de opinião no Brasil até o final de 2020 era o grau de confiança do Exército e da Polícia Federal entre a população brasileira<sup>42</sup>. Um levantamento<sup>43</sup> do início dos anos 2000 revelou que as instituições se mostravam confiáveis para 74,7% e 75,5%, respectivamente. Os percentuais positivos para policiais federais e militares mudaram pouco ao longo dos anos. Pesquisas Ipec (ex-Ibope) anuais mostram pequenas variações dos índices, mas sempre acima dos 62%, chegando a picos de confiança de 74%.<sup>44</sup>

A imagem positiva das duas instituições contrasta com a própria transparência e com a espiral do segredo, que no caso da política de armamentos acabou mais evidente. Conflitos e desencaixes entre as duas corporações estão presentes na própria criação. No caso do Exército, a fundação remete a 1822, com a Independência do Brasil. A formação da Polícia Federal, por sua vez, é divergente, como avalia Priscila Brandão no artigo “Homens cordiais, filhotes da ditadura: uma leitura da escalada do poder dos delegados da Polícia Federal na virada do século XX para o XXI”.<sup>45</sup>

Tudo começou em 2000, com um questionamento sobre a origem da Polícia Federal, em artigo elaborado por José Hahn sobre a fundação do órgão (HAHN, 2000, p. 22). Coincidentemente estávamos no auge da tensão entre militares e delegados federais. Foi então encomendada uma pesquisa para recuperar os dados relacionados à origem da Polícia Federal, divulgados em 2004 em um livro caprichoso do ponto de vista estético, mas pífio do ponto de vista editorial e historiográfico (D. Polícia Federal, 2004). Conforme visto, a Polícia Federal, enquanto instituição responsável por atuar em todo o território nacional, foi um projeto da ditadura que não guarda qualquer continuidade institucional com o DFSP, de quem a Polícia Federal se pretende uma derivação. Ou seja, após essa questionável “revisão

---

<sup>42</sup> A confiança nas instituições atinge o maior grau em 2020. Depois começa a cair. Com os ataques golpistas às sedes dos Três Poderes em Brasília, em 8 de janeiro de 2023, pesquisas de opinião como a Datafolha detectaram um esvaziamento da confiança no Exército. O fenômeno, entretanto, é complexo, pois os números mostravam um desencanto justamente entre eleitores identificados com Bolsonaro, que consideraram que os militares não agiram de maneira adequada ao impedir a eleição e a posse de Lula. Tal análise, sobre a eventual perda de credibilidade geral dos militares, necessita de mais tempo e elementos, afinal é preciso considerar o envolvimento de integrantes da Força no próprio governo.

<sup>43</sup> 11% dos brasileiros confiam em políticos, diz pesquisa. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/so-11-dos-brasileiros-confiam-em-politicos-diz-pesquisa/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

<sup>44</sup> Cf. dados no repositório Índice de Confiança Social 2023. Disponível em: [https://www.ipec-inteligencia.com.br/Repository/Files/2223/230196\\_ICS\\_INDICE\\_CONFIANCA\\_SOCIAL\\_2\\_023.pdf](https://www.ipec-inteligencia.com.br/Repository/Files/2223/230196_ICS_INDICE_CONFIANCA_SOCIAL_2_023.pdf). Acesso em: 20 dez. 2023.

<sup>45</sup> Existem várias leituras sobre a origem da Polícia Federal que são atribuídas ao período anterior à própria República, como se houvesse uma linha de continuidade entre a Polícia da Corte, a Polícia do Distrito Federal (do Rio de Janeiro) e a atual Polícia Federal (BRANDÃO, 2019, p. 287).



histórica”, em 2014 a Polícia Federal comemorou 70 anos, não 50 (Brandão, 2019, p. 49).

Para Brandão, a estrutura atual da Polícia Federal só se consolidou depois do golpe de 1964. Oficialmente, entretanto, a Polícia Federal prefere ter sua criação atrelada a Getúlio Vargas, em 1944, do que a Castelo Branco, em 1964. As divergências num primeiro momento podem até parecer um assunto de menor importância, mas mostram como ainda são frágeis as pesquisas acadêmicas sobre a Polícia Federal como instituição, mais ainda no que diz respeito ao controle de armas. Em 28 de março de 2024, o presidente Lula divulgou mensagem nas redes sociais para exaltar o aniversário da Polícia Federal (**Figura 1**). Monumentos turísticos em Brasília, Curitiba, Manaus e Rio de Janeiro (Cristo Redentor) receberam iluminação especial para homenagear os 80 anos da corporação<sup>46</sup>. A instituição ganhou definitivamente uma data para chamar de sua, por mais latentes que fossem as divergências históricas.

Figura 1: Mensagem de Lula em homenagem aos 80 anos da Polícia Federal



Fonte: Perfil oficial do Presidente Lula na rede X (antigo Twitter)

<sup>46</sup> MAIA, Elijonas. Cristo Redentor terá projeção em homenagem à Polícia Federal nesta segunda. CNN, 31 de março de 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/cristo-redentor-tera-projecao-em-homenagem-a-policia-federal-nesta-segunda/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

Mesmo que os policiais tentassem se livrar da influência militarizada do órgão, permaneceram sendo comandados por generais, coroneis, tenentes e ex-militares até 1995, quando os nomes escolhidos para chefiar a corporação passaram a ser efetivamente delegados. Se de alguma forma o vínculo com o formato de organização militar começou a ser perdido, o espírito de corpo ganhou cada vez mais força a partir das associações da Polícia Federal.

Tais entidades sindicais brigam historicamente entre si por salários<sup>47</sup> e posições hierárquicas, mas também quando o assunto é a defesa de candidatos a governos estaduais ou ao Palácio do Planalto, como ficou claro na eleição de 2022, quando delegados e peritos criminais se afastaram em parte de Bolsonaro, mas, as demais categorias, como agentes e escrivães mais ligados ao político<sup>48</sup>, passaram a defender o então presidente de maneira estridente.

“As organizações originam-se de processos históricos específicos e pela diferenciação funcional”, escreve Bruno Amaral Machado ao citar Niklas Luhmann no livro *Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões* (Machado, 2014, p. 24). O que se trata aqui, a partir do conceito de diferenciação funcional, é o modo personalista de cada corporação, com *ethos* próprios, que se caracterizam pela própria história das organizações, mas que passam por treinamentos e capacitações, interferindo nos processos.

De alguma maneira, a Polícia Federal conseguiu distanciamento dos militares a partir de investigações mais sofisticadas e com espelhos nas ações do FBI e da DEA, nos EUA, e a BKA, da Alemanha. Como revela uma resposta da própria corporação a este autor, a polícia brasileira elenca como um dos primeiros cursos, ainda 1988, no governo de José Sarney, que se espremeu entre o último presidente do período militar, João Figueiredo (1979-1985), e “o caçador de marajás” Fernando Collor (1990-1992).

Sem apresentar maiores dados sobre cursos até 2023, a Polícia Federal enviou uma lista dos eventos ocorridos naquele ano, quando se mostrou mais aberta ao intercâmbio com uma miríade de corporações e órgãos internacionais: Espanha (21), EUA (8), Colômbia (6),

---

<sup>47</sup> Duas greves mais recentes na Polícia Federal ocorreram em 2004 e 2012. Nas duas, agentes, escrivães e papiloscopistas pediam reajuste de salários mais próximos aos delegados. “Além das greves, as disputas internas são permeadas por debates sobre a reforma da segurança pública, girando em torno principalmente de temas como a “carreira única”, a “desmilitarização” e o “inquérito policial” (SILVA, 2018, apud PILAU, 2024 ). Se os delegados criticam os colegas inferiores na hierarquia da corporação como servidores incapazes de comandar investigações ou mesmo a instituição administrativamente, os agentes e os integrantes das demais categorias atacam os “chefes dos inqueritos” por não terem experiência policial na prática. (SILVA, 2018).

<sup>48</sup> Cf. reportagem disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/08/5031913-Polícia-Federal-vive-guerra-interna-entre-delegados-de-alas-petista-e-bolsonarista.html>. Acesso em: 10 mai. 2023.

Rússia (6), Argentina (3), Alemanha (2), França (2), Itália (2), Holanda (2), Nicarágua (2), China (2), Bolívia (2), além de Guatemala, Arábia Saudita, Áustria, Botswana, El Salvador, Índia, Israel, Japão, México, Peru, Tailândia e Guatemala (todos 1).

Com base em escolhas institucionais, a Polícia Federal, a partir da segunda metade da década dos anos 2000, priorizou para o público operações contra políticos, principalmente no segundo governo Lula (2007-2010). Operações como as do Mensalão e da Lava-Jato serviram para consolidar a imagem da corporação e, mesmo com algum desgaste posterior das operações<sup>49</sup>, o ônus recaiu sobre o Ministério Público anos depois. Com a força, os delegados avançaram até mesmo sobre o poder de fechar delação premiadas<sup>50</sup>, o que abriu uma briga de instituições, mais especificamente das associações da Polícia Federal e de procuradores.

Machado aponta que a “complexidade dos processos não é irrelevante para a análise organizacional” (Machado, 2014, p. 34). Mesmo com tal enredamento, o que se vê é uma seletividade do Exército e da Polícia Federal na liberação de armamentos que na prática funciona como algo meramente burocrático, posto que o que está em jogo – ou pelo menos esteve – é apenas o caminho para facilitar a distribuição de armas, longe de qualquer consideração sobre riscos à segurança pública. Tal “missão” avançou sobre o Estatuto do Desarmamento<sup>51</sup>, uma lei criada para conter o avanço de ações armamentista incentivadas por lobistas e políticos<sup>52</sup> que defendem a quebra do controle.

Buscar Luhmann para diferenciar organizações como o Exército e a Polícia Federal é uma tentativa de trazer elementos teóricos para avaliar como a política armamentista funcionou de maneira eficiente para um grupo. Com base na “teoria dos sistemas”<sup>53</sup>, com ligações entre atores e instituições, é possível avaliar o afastamento (ou desligamento) do Executivo na comunicação política com os demais atores do poder central. A operação para desmontar do Estatuto do Desarmamento, mesmo estando presente nos discursos de

---

<sup>49</sup> Com o vazamento de conversas de procuradores, a operação foi engolida no meio político, mas pesquisa Genial/Quaest mostrou em março de 2024 o apoio à investigação. Cf. nota disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2024/03/de-lula-e-temer-a-cabral-e-aecio-veja-como-os-brasileiros-a-valiam-investigacoes-da-lava-jato-contracada-politico.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2024.

<sup>50</sup> Cf. reportagem em: <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/politica/delegados-da-Policia-Federal-relatam-a-aliados-de-lewandowski-incomodo-com-falta-de-espaco-na-justica>. Acesso em: 19 jan. 2024.

<sup>51</sup> Estatuto do Desarmamento é uma lei federal (nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003), gestada inicialmente no projeto de lei do Senado nº 292/199. Na Câmara, foi aprovado o PL nº 1555/2003. Passou a ser lei em 23 de dezembro de 2003, depois de sancionada por Luiz Inácio Lula da Silva. Cf. texto integral em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.826.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.826.htm). Acesso em: 20 jan. 2024.

<sup>52</sup> Aqui o espectro de atuação da “bancada da bala” avançou a partir do Congresso até as assembleias estaduais e câmaras municipais.

<sup>53</sup> Para Luhmann, a sociedade forma um grande sistema composto por partes como cultura, governo, economia, legislativo, cada um com lógicas e operações específicas. Tais partes, apesar de autônomas e auto reguladas, se comunicam, mesmo com regras e operações próprias.

campanha, ficou longe dos debates na arena política<sup>54</sup> depois da posse do capitão reformado do Exército. O governo liberou armas e munições por decretos e portarias, sem o diálogo com o Congresso, o fórum adequado para as mudanças.

Constituição, contrariamente ao que parece à primeira vista, é uma reação à diferenciação entre direito e política, ou dito com uma ênfase ainda maior, à total separação de ambos os sistemas de funções e à consequente necessidade de uma religação entre eles (Luhmann, 1990, p. 48).<sup>55</sup>

No caso das armas, não houve “religação” a partir da legislação. O que prevaleceu nos quatro anos de governo foi o não-entendimento político e uma ação deliberada do Executivo. Foram mais de 40 publicações que afrouxaram o controle de armas e munições de 2019 a 2022: 17 decretos, 19 portarias (a maior parte do Comando do Exército), quatro instruções normativas da Polícia Federal e duas resoluções da Câmara de Comércio Exterior (Camex).<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> Ao contrário da máxima tresloucada bolsonarista de “atuar dentro das quatro linhas da Constituição”, nenhuma das alterações da política armamentista do ex-capitão ocorreu por projetos debatidos no Congresso, desmontando o Estatuto do Desarmamento por decretos e portarias.

<sup>55</sup> A tradução da obra foi realizada a partir do original *Verfassung als evolutionäre Errungenschaft*. In: *Rechthistorisches Journal*. Vol. IX, 1990, pp. 176 a 220), cotejada com a tradução italiana de F. Fiore (“La costituzione come acquisizione evolutiva”). In: ZAGREBELSKY, Gustavo. PORTINARO, Pier Paolo. LUTHER, Jörg. *O Futuro Della Costituzione*. Torino: Einaudi, 1996), por Menelick de Carvalho Netto, Giancarlo Corsi e Raffaele De Giorgi. Disponível em [A justiça constitucional e meios aptos de sua efetivação. Hans Kelsen: fronteiras de violação constitucional. | Revista Fronteiras Interdisciplinares do Direito \(pucsp.br\)](#): . Acesso em 9 dez. 2013]

<sup>56</sup> Cf. referência disponível em: <https://www.sbtnews.com.br/noticia/governo/235058-com-decreto-lula-tenta-frear-politica-armamentista-de-bolsonaro>. Acesso: 05 jan. 2023.

## CAPÍTULO IV – Assimetrias, discricionariedades e os registros para criminosos

A investigação sobre fraudes na liberação de armas e autorizações para atiradores por parte do Exército é feita pela Polícia Federal – por tratar-se de um crime de Estado, a atribuição da apuração é da polícia<sup>57</sup>. A assimetria, assim, torna-se ainda mais simbólica, dada a falta de filtros dos militares na autorização para os CACs, como se verá.

O que se trata aqui é o modo personalista de cada corporação, com *ethos* próprios, que se caracterizam pela história das organizações e por capacitações e treinamentos específicos, o que interfere nos processos (Machado, 2014). O que se vê é uma seletividade do Exército e da Polícia Federal na liberação de armamentos que na prática avança para além do meramente burocrático, posto que o que está em jogo – ou pelo menos esteve – é o caminho para facilitar a distribuição de armas, longe de qualquer consideração sobre riscos à segurança pública.

As características dissonantes das duas corporações, que reproduzem idiosincrasias entre os componentes e uma falta de comunicação entre os sistemas, mostram uma desconexão das atividades-fim da Polícia Federal e do Exército com o controle de armamentos. Tal incongruência é apresentada nos conceitos de Luhmann a partir da busca dos grupos por uma linguagem extremamente técnica de códigos próprios e ordenados, mas com meios de comunicação distantes na tarefa de fiscalizar as armas.

Para avaliar as características da Polícia Federal e do Exército vale buscar o modelo “principal-agente”, que trata da influência dos poderes democráticos constituídos sobre as modernas burocracia. Machado, ao falar do sistema de Justiça, e das atribuições do Ministério Público e das polícias civis, aborda a discricionariedade como elemento positivo para que os burocratas mantenham distância saudável do sistema da política.

O uso do modelo para a análise da polícia no Brasil pode levar à compreensão que tradicionalmente as forças policiais estiveram vinculadas aos governos (federal e estadual). O direcionamento da atuação policial estaria, assim, em razão da hierarquia, a cargo das lideranças políticas e chefias das respectivas organizações. Porém a discricionariedade de fato da Polícia coloca em xeque a interpretação simplista que pode apontar controles facilmente implementáveis sobre a polícia (Machado, 2014, p. 59).

---

<sup>57</sup> STUCALUC, Camila. SBT News, 2 jan. 2023. Disponível em: <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/brasil/237375-grupo-responsavel-por-fraude-em-registro-de-cacs-e-alvo-da-pf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

De fato, na Polícia Federal dos anos 2019-2022 parte das ações fugiu ao alcance do governo federal, mas não no tema das armas, posto o crescimento considerável nas autorizações para novos armamentos. Assim, é como se a corporação conseguisse em alguns campos manter a discricionariedade, mas, com a quantidade de atividades-fim, uma fatia acabasse comprometida com o projeto armamentista.

No Exército, o governo conseguiu capturar não apenas os integrantes da Diretoria de Fiscalização e Produtos Controlados (DFPC), responsável pelo controle direto de armamentos, mas uma fatia maior dos militares, incluindo integrantes da Marinha e da Aeronáutica, mesmo que, nas últimas duas forças, de maneira mais discreta – aqui falando de ocupação de cargos no governo. Entre pesquisadores há um consenso de que o Planalto conquistou facilmente os militares por oferecer o que eles sempre buscaram: privilégios e regalias, vide a manutenção de aposentadorias especiais e postos na Esplanada.<sup>58</sup>

Um levantamento do TCU<sup>59</sup>, a partir de dados iniciais e reportagens<sup>60</sup> produzidas pelo autor desta dissertação<sup>61</sup>, revelou que o então presidente mais que dobrou o contingente militar no governo nos primeiros 18 meses. A contagem revela que houve um incremento de 3.200 militares de 2016 até 2020. No último ano de mandato do então presidente Michel Temer (MDB), a conta de militares em cargos civis no Executivo chegava a 2.765. No primeiro ano de Bolsonaro, já aumentava para 3.515 integrantes das Forças em órgãos federais. E alcançou 6.157 em julho de 2020 – incluindo 11 ministros com origem na caserna.

Mas tal movimento também ocorreu na Polícia Federal, principalmente no Ministério da Justiça. No trabalho intitulado “O poder político na Polícia Federal: entre a burocracia estatal e a política partidária (2002-2022)”, Lucas Pilau mostra como agentes e delegados se espalharam pelo Ministério da Justiça ao longo dos anos, tendo a maior movimentação justamente na gestão do capitão reformado – descontando “alojados” na Secretaria de Segurança de Grandes Eventos no primeiro governo Dilma Rousseff.<sup>62</sup>

---

<sup>58</sup> Em julho de 2020, o Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou levantamento que mostrava a presença de 6.157 militares no governo. A contagem revelou um incremento de 3.200 militares de 2016 até a data do levantamento (Cavalcanti; Victor, 2020).

<sup>59</sup> Cf. levantamento disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/07/Levantamento-do-quadro-de-militares-1.pdf>

<sup>60</sup> Cf. Levantamento disponível: <https://static.poder360.com.br/2020/06/tcu-militarizacao.pdf>

<sup>61</sup> Cf. CAVALCANTI, Leonardo; VICTOR, Nathan. Bolsonaro mais que dobrou o contingente de militares no governo, aponta TCU. Poder 360, 17 jul. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-mais-que-dobrou-contingente-de-militares-no-governo-aponta-tcu/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

<sup>62</sup> Ao todo, no governo Bolsonaro, 130 agentes da Polícia Federal foram cedidos ao Ministério da Justiça. No governo Dilma, o número chegou a 133, mas 34 deles estavam abrigados na Secretaria de Segurança de Grandes Eventos, um órgão extraordinário por causa da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil.



Vale considerar que, mesmo buscando no discurso o profissionalismo, tanto a cúpula do Exército quanto a da Polícia Federal não conseguiram estabelecer o “insulamento” em relação ao mundo da política, como outras organizações avançaram em outros momentos, a exemplo do Ministério Público<sup>63</sup> (Machado, 2014, p. 35). Tirando as missões de paz – como as feitas no Haiti –, os militares brasileiros não vão para o campo de batalha desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Parte das ações do Exército se deu em território nacional, a partir de ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLOs). De junho de 1992 a dezembro de 2021, conforme mostra a última atualização de dados do Exército, os militares atuaram em 145 missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)<sup>64</sup> – dessas, 23 estiveram relacionadas a apoios contra “violência urbana”<sup>65</sup>. Como a categoria “outros” não especifica o teor das ações é possível pensar que o número dessa categoria pode ser ainda maior.

Tabela 6 – Ações de GLO por tipo (1992-2022)

<b>Eventos</b>	<b>Greve PM</b>	<b>Eleições</b>	<b>Violência urbana</b>	<b>Outros</b>
26,9%	17,9%	16,6%	15,9%	26,9%

Fonte: Site do Ministério da Defesa acessado em 3 de maio de 2024

Longe de guerras reais, militares brasileiros buscaram inimigos internos<sup>66</sup> na ditadura, os “comunistas”, e nos anos recentes parte deles avançou contra o “não-patriota”, aquele

<sup>63</sup> Mesmo que a escolha do Procurador Geral da República seja do presidente, a pressão da categoria em vários momentos afastou o eleito dos ditames do Planalto. Na Polícia Federal, no momento em que o Ministro da Justiça é um delegado, a relação se estabelece de maneira mais próxima. Isso explica o cenário da distribuição de armas na gestão de Anderson Torres.

<sup>64</sup> Cf. dados registro divulgado pelo Ministério da Defesa disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exercicios\\_e\\_operacoes/glo/2-tabelas-glo\\_atualizada\\_em\\_jan\\_22.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/2-tabelas-glo_atualizada_em_jan_22.pdf). Acesso em: 30 out. 2023.

<sup>65</sup> Em 8 de janeiro de 2023, a decretação de uma GLO para conter os atos golpistas contra os prédios dos Três Poderes chegou a ser cogitada por integrantes do governo Luiz Inácio Lula da Silva, mas acabou descartada por eventualmente oferecer poder aos militares no enfrentamento da crise provocada pelos atos de vandalismo. O detalhe foi o envolvimento de oficiais da reserva diretamente envolvidos nos atos. Até 30 de janeiro, seis investigações envolvendo militares haviam sido abertas.

<sup>66</sup> No artigo A mentira na política, Hannah Arendt avalia como o Pentágono tentou enganar os próprios norte-americanos. “A questão crucial não é apenas que a política da mentira quase nunca visava o inimigo (esta é uma das razões porque os documentos não revelam segredos militares, que poderiam ser enquadrados no Ato da Espionagem), mas estava destinada principalmente, senão exclusivamente, ao consumo doméstico, à propaganda caseira, e especialmente a enganar o Congresso” (ARENDR, 2017, p. 240).

brasileiro capaz de defender a vacinação obrigatória e acreditar na lisura das urnas eletrônicas. Os exemplos mostram a insistência dos militares pelo “poder moderador”, fincada em bases históricas, principalmente nos países da América Latina:

A militarização dos sistemas políticos latino-americanos. Em 1954, de 20 países latino-americanos, 13 eram governados por militares. Em 1980, dois terços da população total da América considerada latina viviam em países de regimes militares ou sob domínio militar. (Rouquié, 1984, p. 13).

A intrincada relação histórica dos militares em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento torna mais emblemático o controle sobre os armamentos. A ausência de transparência do Exército assim é ainda mais efetiva na governança. Na prática, o Exército tem o poder discricionário de selecionar o perfil das pessoas que podem ter acesso a armamentos, mas ao mesmo tempo não conseguiu se mostrar eficiente em relação aos próprios cadastros e dados na autorização para atiradores e na liberação de armas.

Os integrantes da DFPC não conseguiam apresentar informações básicas sobre a origem, o gênero, a idade ou mesmo a renda salarial – e os quantitativos por profissão – dos CACs<sup>67</sup>. A parte mais importante de uma política estabelecida por um grupo ligado a lobistas de armas encontra fiscalizadores despreparados para o controle, pois. O desencaixe entre a política do Planalto e a burocracia é o que sobra, facilitando a política armamentista.

A dificuldade do Exército era ainda maior quando o assunto estava na verificação dos antecedentes dos interessados em ter acesso a armas. Em julho de 2022, a Força emitia 795 concessões diárias para caçadores, atiradores e colecionadores. O número total desse grupo ultrapassou os 700 mil no período. Os próprios militares admitiram<sup>68</sup> oficialmente, ainda em

---

<sup>67</sup> Em 24 de março de 2022, como resposta a um pedido de informações solicitado pela presente pesquisa, o Exército considerou: a) quanto ao Estado, os Certificados de Registro (CR) dos Caçadores, Atiradores Desportivos e Colecionadores (CAC) são vinculados às Regiões Militares (RM) e não aos Estados, motivo pelo qual inviabiliza a extração dos dados do CR de CAC por Estado; b) quanto ao gênero e idade no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA) não há registro de gênero e idade, tendo em vista a não exigência destas informações no requerimento (Anexo B da Portaria nº 150 do COLOG, de 5 de dezembro de 2019), que trata da concessão de CR para atividades de CAC. Portanto, não é possível realizar esse levantamento; c) quanto à profissão, o preenchimento deste campo é realizado manualmente pelo interessado. Assim, podem ocorrer erros de digitação e ortografia, o que impossibilita a exatidão na extração automática do quantitativo de CR por cada profissão. Cabe registrar que o pedido relativo ao quantitativo detalhado por tipo profissão solicitado foge do escopo da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI), pois se configura um pedido de produção de informação, e para responder a esse tipo de demanda seria necessária grande mobilização do corpo técnico para interpretação, análise e consolidação de informações.

<sup>68</sup> Em resposta a um pedido de informações feito por esse pesquisador via email, o Exército – responsável pelos registros de CACs e armas – admitiu no dia 30 de agosto de 2022 que "não há realização de pesquisas em bancos de dados nacionais de antecedentes". Segundo os militares, está em curso "uma integração de dados entre o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA) e o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Infoseg), onde serão verificadas as informações necessárias para o processo". O órgão não informou a data em que isso deve ocorrer.



2022, não ter como comprovar a memória criminal de quem busca armamentos. O argumento é não ter acesso ao Infoseg, gerenciado pela Polícia Federal.

O Infoseg é uma rede organizada pelo Ministério da Justiça com informações nacionais sobre indivíduos criminalmente identificados, armas de fogo, veículos e empresas. O banco é utilizado pela Polícia Federal para liberar o acesso a armas, cruzando informações interestaduais sobre antecedentes. Sem acesso ao sistema, o Exército apenas atestava a veracidade dos documentos apresentados, mas não era capaz de identificar a ocorrência de registros criminais em regiões militares (estados) distintas.

O relatório preparado pelo TCU ao longo de 2023/2024 mostrou que o Exército concedeu registros para condenados por tráfico de drogas, homicídio e lesão corporal, por exemplo. De 2019 a 2022, 5,2 mil pessoas em cumprimento de pena conseguiram obter, renovar ou mesmo seguir com os registros. Desse número, 1,5 mil já tinham processos de execução penal ativos. Os demais foram condenados depois do pedido de registro aos militares. Outras 2,6 mil pessoas tinham mandados de prisão em aberto.<sup>69</sup>

Mesmo tendo acesso ao Infoseg, a Polícia Federal também avançou na liberação de armas, embora esse trabalho esteja longe da atividade-fim da corporação – as investigações de crimes contra o Estado brasileiro. A ação de liberar armas é uma tarefa administrativa, vista como burocrática por delegados e agentes. Não é a única. A organização também absorveu outras tarefas “estranhas”, distantes da atividade-fim, como emissão de passaporte e controle de produtos químicos e fiscalização de empresas de segurança. Tais trabalhos rendem recursos, a partir das taxas de registros e multas, mas não agradam parte dos policiais, como mostram entrevistas trazidas por Zackseski, Machado e Costa.

Todas essas questões são também, de certo modo, recorrentes nas falas dos policiais federais, sobretudo daqueles cujos perfil profissional e natureza do trabalho desempenhado dentro da instituição têm foco mais “policial” e “investigativo” e menos “administrativo” (Zackseski; Machado e Costa, 2016, p. 110).

---

<sup>69</sup> Lorrán, Tácio; Valfré, Vinícius. Cacs – Exército liberou armas para 52 mil condenados por tráfico de drogas e outros crimes. Estadão, 04 mar. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/cacs-exercito-liberou-armas-para-52-mil-condenados-por-trafico-de-drogas-e-outros-crimes/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

## CAPÍTULO V – Atos por decretos e portarias e a lógica do confronto militar

O argumento dos defensores de que a atividade de controle deveria permanecer com a Polícia Federal está no acesso a bancos para investigações e inquéritos. Os críticos, entretanto, avaliam que as informações continuariam à disposição da corporação, sem necessidade de assumir a tarefa administrativa de fiscalização e controle. De mais a mais, os policiais lotados nos setores de registros e autorizações de armas nas superintendências não recebem treinamento prévio para executar a função.

Mesmo com todas as dificuldades, em 11 anos, de 2011 a 2022, o total de armas autorizadas pela Polícia Federal saltou de 24.486 para 230.112, sem que houvesse um incremento de servidores no setor para autorização de posse e porte<sup>70</sup> na corporação. A disparada das liberações se consolidou no governo Bolsonaro. Se em 2018, último ano do governo Dilma Rousseff/Michel Temer<sup>71</sup>, foram autorizadas 51.027 novos armamentos para defesa pessoal, em 2019 tal número saltou para 94.064.

Um dos únicos pontos em comum entre a Polícia Federal e o Exército está no segredo intrínseco das duas corporações, seja a partir das investigações, seja a partir da política de Defesa. Assim, buscar elementos para pesquisas é uma tarefa complexa, com pedidos a partir da LAI, cujas respostas, em parte das vezes, são apresentadas de maneira incompleta<sup>72</sup>, principalmente quando se tenta descortinar por exemplo a ação de lobistas e de funcionários públicos envolvidos diretamente no negócio das armas. A especialização de grupos também serve para a proteção e manutenção de segredos, com lógicas internas.

Tal enfoque mostra que as decisões desses grupos organizacionais agregam ou são respostas ao próprio processo de desenvolvimento dessas organizações<sup>73</sup>. Determinadas

---

<sup>70</sup> A posse existe quando a pessoa tem em sua residência ou local de trabalho uma arma de fogo que pode ser utilizada para defesa pessoal. Já o porte permite que a pessoa circule em áreas públicas com a arma que possui. Portanto, para existir o porte é necessário primeiro ter a posse de uma arma de fogo (SANTOS, 2021, p. 18).

<sup>71</sup> É importante considerar que o aumento da distribuição de armas por parte do Exército (ainda não no caso da Polícia Federal) começa a partir de 2016, início da gestão Temer, após a queda de Dilma.

<sup>72</sup> Ao buscar nomes dos lobistas em atuação no Brasil, este pesquisador precisou entrar numa disputa jurídica com o Exército, que se negou a dar acesso a informações. Os militares se recusaram por três vezes a fornecer a lista dos representantes das companhias de armamentos e munições que frequentaram a DFPC. O primeiro pedido via Lei de Acesso à Informação (LAI) foi feito em 11 de agosto de 2021. Com as negativas da Força, foi necessário recorrer à Controladoria Geral da União (CGU), que estabeleceu prazo para que o Exército fornecesse os dados. Nas negativas anteriores, os militares alegaram que o pedido esbarrava na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Após a determinação da CGU, a Força divulgou uma lista com os nomes das empresas em 11 de novembro daquele ano.

<sup>73</sup> Machado (2014, p. 110) explica que “o ponto central da teoria sistêmica é a diferenciação dos sistemas sociais autopoieticos na sociedade contemporânea. A política, a economia, o direito, a religião e a moral funcionam a partir de códigos e programas próprios. O processo de diferenciação funcional está associado à criação de organizações especializadas, tais como universidades, bancos e igrejas; (Kuhlmann, 2007: 666-672). Assim, as

organizações assim podem ter respostas esperadas a partir da própria identidade, código e especialização. Na Polícia Federal e no Exército, mesmo sendo forças de segurança, o *ethos* passou com o tempo a ser diverso. Tratamos de um conjunto de costumes, comportamento, valores e ideias próprias. Se os militares em algum momento podem se aproximar de PMs<sup>74</sup>, o que é questionável até mesmo quando atuam em tarefas de segurança pública<sup>75</sup>, estão um pouco mais distantes no tempo e no espaço de agentes e delegados.

A lógica militar, mesmo durante as atividades de GLOs, é de confronto e de guerra ao crime, algo que acaba sendo mimetizado pelas PMs<sup>76</sup>, mas não pela Polícia Federal, cada vez mais voltada para investigações e, assim, para ações controladas de prisões, buscas e apreensões. Uma outra distinção entre as corporações está no modelo “hierarquia e disciplina” das Forças Armadas. “O modelo não prevê as situações de discricionariedade, baseando-se numa cadeia de comando bem definida” (COSTA, 2021, p. 6).

A partir de Luhmann, segundo Machado no livro *Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões*, é possível trabalhar a definição de valores para avaliar os mitos organizacionais.

Em geral, a validade dos valores é pressuposta nas comunicações (Luhmann, 2010: 285). Os valores podem se manifestar na forma de mitos, atuando como premissa decisória: ou seja, relacionam-se à cultura organizacional e à forma de comunicação das organizações. A peculiaridade da cultura (ou culturas) organizacional remete a sua história. Assim, reprimem-se eventuais desvios da cultura organizacional (Luhmann, 2010: 285-286). Finalmente uma última questão refere-se à identidade organizacional, tema importante para a compreensão das premissas decisórias (Machado, 2014, p. 98).

---

organizações acabam assumindo códigos e programas dos sistemas funcionais, conformando certa identidade organizacional”.

<sup>74</sup> No artigo “A Polícia Militar e seus dilemas identitários”, o sociólogo Arthur Trindade M. Costa aponta como a militarização da PM construiu parte do *ethos* da corporação, a partir de treinamentos e hierarquia. Segundo o autor, “a militarização das polícias é, antes de tudo, um processo de construção de identidades profissionais. Isso implica o pertencimento a um grupo de organizações que compartilham crenças, valores e saberes militares. Desta forma, a militarização diz respeito ao grau de identificação das polícias com o campo militar. Ela é, portanto, um gradiente, no qual as polícias podem se identificar em muitos ou poucos aspectos com as organizações militares, notadamente os Exércitos” (Costa, 2021, p. 4).

<sup>75</sup> No livro “Forças Armadas na Segurança Pública”, Celso Castro e os demais autores avaliam diferenças táticas do Exército e da PM nos centros urbanos. De acordo com os autores, “quando as forças armadas adentram o terreno, utilizam o princípio de operações de massa, atuando com um contingente grande se comparado ao da polícia, dissuadindo a ação de potenciais agressores” (Castro, 2023, p. 18).

<sup>76</sup> Para Costa, a Polícia Militar de alguns estados registra números elevados de mortes de civis, que são reportadas como atos de resistência. “Em alguns casos, parece haver uma política deliberada de confrontos. Além disso, não são apenas as unidades especializadas que se engajam em confrontos, pois os confrontos acontecem próximos a escolas, moradias e aglomerações, resultando em elevado número de mortes por balas perdidas” (Costa, 2021, p. 5).

É necessário avaliar não apenas o processo decisório do Exército e da Polícia Federal na liberação de revólveres e pistolas mas também os pedidos indeferidos. É uma investigação um tanto mais árdua, pois se os militares não têm dados mais completos sobre o perfil dos CACs, por exemplo, imagine se conseguiriam oferecer informações sobre quem não conseguiu o armamento. E de fato o Exército atestou, em novembro de 2023, via LAI, que não tem tais dados, a Polícia Federal por sua vez apenas apresentou em relação aos pedidos de porte, mais restritos do que o de posse, como apresentado nos capítulos anteriores.

A Constituição para Luhmann funciona como uma unidade de acoplagem entre o direito e a política, sistemas distintos, que funcionam de modo binário. No direito, o legal e o ilegal, no caso da política, o poder e a ausência dele. Em meio à complexidade da sociedade, o texto constitucional trabalha como mediador para que os sistemas prestem serviços um ao outro. Ao tratar a política de armamentos por decretos e portarias, o capitão reformado desconsiderou o Estatuto do Desarmamento (**Tabela 7**), favorecendo uma política de facilitação na compra de armas, desprezando, inclusive, a rejeição da população<sup>77</sup>. A edição de quatro decretos principais acabou impondo uma legislação própria, ainda em 2019 – ao longo dos três anos seguintes, os textos sofreram modificações<sup>78</sup>. Na essência, flexibilizaram o acesso a armamentos e munições – aumentando a permissão para compra, por exemplo –, além de facilitar as autorizações para os atiradores<sup>79</sup>.

Tabela 7 – Decretos e portarias na política de armamentos

<b>Conteúdo</b>	<b>Norma</b>	<b>Quem editou?</b>
Aumento em 4x a potência dos calibres permitidos para civis (inclusão de 9 mm, 40SW, 37, etc)	Portaria 1.222/2019	Comando do Exército

<sup>77</sup> De acordo com pesquisa realizada pela Datafolha, 7 em cada 10 brasileiros rejeitam ideia de que armas trazem mais segurança. Cf. reportagem disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/datafolha-7-em-cada-10-rejeitam-ideia-de-que-armas-trazem-mais-seguranca.shtml>. Acesso em: 29 mai. 2023.

<sup>78</sup> Cf. a atulização de 2021 em <https://www.poder360.com.br/brasil/bolsonaro-edita-4-decretos-que-ampliam-acesso-a-armas-e-municoes/>

<sup>79</sup> Apenas no final de setembro de 2022, o STF diminuiu a extensão dos decretos do governo Bolsonaro, depois de uma farra na distribuição de armamentos, que vinha sendo blindada por um ministro, Nunes Marques, indicado para o cargo por Bolsonaro. Cf. MAIA, Flávia. STF forma maioria para manter suspensão de decretos que flexibilizam porte de armas. Jota, 20 set. 2022. Disponível em: <https://www.jota.info/stf/do-supremo/stf-forma-maioria-para-manter-suspensao-de-decretos-que-flexibilizam-portal-de-armas-20092022>. Acesso em: 10 fev. 2023.

	Decreto 10.627/2021	Presidência, MJSP e MD
Liberação de quebra-chamas, miras telescópicas, holográficas, irrigadores de alta capacidade e retirada deles da lista de PCE	Decreto 10.627/2021	Presidência, MJSP e MD
Liberação de fuzis para CACs	Portaria 136/2019	Comando Logístico do Exército
Novas quantidades absurdas de armas para CACs (60 para atiradores/ 30 para caçadores/5 para cada tipo de colecionador)	Decreto 9.846/2019	Presidência e Casa Civil
1000 munições para cada arma de calibre permitido 1.000 munições para cada arma de calibre estriado/ 10 kg de pólvora para cada CAC	Decreto 9.846/2019	Presidência e Casa Civil
Porte de arma curta para CAC	Decreto 9.846/2019	Presidência e Casa Civil
Compra de arma sem justificativa de necessidade (até 6 armas por cidadão)	Decretos 9.845/2019 e 9.847/2019	Presidência e Casa Civil
Validade de registro de arma por 10 anos (ao invés de 5)	Decretos 9.845/2019 e 9.847/2019	Presidência e Casa Civil

Fonte: Reprodução adaptada a partir de tabela divulgada pelo Instituto Sou da Paz

Em *A contribuição do direito administrativo enfocado da ótica do administrado: para uma reflexão acerca dos fundamentos do controle de constitucionalidade das Leis no Brasil. Um pequeno exercício de Teoria da Constituição*, Menelick de Carvalho Netto conta que o direito administrativo envolve a própria democracia. E isso implica que a administração seja séria, coerente e se submeta a normas para corrigir excessos e o próprio domínio do Estado.

A ótica do administrado, do cidadão, requer que enfoquemos a esfera pública como algo bem mais amplo do que o mero Estado que se encontra, sem dúvida, em seu centro, mas que inequivocamente não a esgota e que é passível, a todo momento, de ser privatizado pela própria Administração. A periferia da esfera pública, a cidadania e a sua parcela organizada e às vezes denominada pelo terceiro setor, constitucionalmente dotada de instrumentos processuais de controle dessa esfera, têm necessariamente que ser levada em conta (Carvalho Netto, 2001, p. 68).

Estabelecer uma política de armamentos por decretos e portarias distanciou, como se vê, o Congresso e, assim, a própria sociedade. A instância regulamentar passou ao largo da política e da vida do cidadão. É o Estado quem controla. Isso explica também a dificuldade de se desmontar as políticas de armamentos mesmo com o fim do governo<sup>80</sup>. As decisões da administração estabelecidas sem o verdadeiro debate público é o abuso, o despotismo<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> Em 2 de janeiro de 2023, o presidente Lula editou decreto que revogou série de normas do governo Bolsonaro que facilitavam e ampliavam o acesso da população a armas de fogo e munição. O texto foi publicado no Diário Oficial da União (DOU). Entre os principais pontos: 1. Suspendeu novos registros de armas por caçadores, atiradores e colecionadores (CACs) e por - particulares; 2. Reduziu os limites para compra de armas e munição de uso permitido; 3. Suspendeu novos registros de clubes e escolas de tiro; 4. Suspendeu a concessão de novos registros para CACs; 5. Criou grupo de trabalho para propor nova regulamentação para o Estatuto do Desarmamento, de 2003. (DOU, 2023, Seção: 1 - Extra A | p. 1)

<sup>81</sup> “Neste país, falarmos de Constituição, de constitucionalismo ou de constitucionalidade nos remete muito mais, é claro, às ideias de constante alteração da Constituição, de excesso de medidas provisórias, de fraqueza institucional e inoperância do Legislativo e do Judiciário, de abusos do Executivo, de apatia e descrença populares, enfim, de um processo de acentuada anomia no mais alto nível normativo de nosso ordenamento” (MENEZES, 2001, p. 20).

## CAPÍTULO VI – O triângulo de ferro e os lobistas treinados pelo Estado

O controle de armas começou a ser definido de maneira estruturada pelos governos apenas a partir do início do século XX. A preocupação principal estava nas revoltas políticas, e, de certa forma, se evocava o monopólio estatal da violência. Assim era possível coibir a ação de grupos opositoristas com o argumento weberiano de que, se a coerção da violência é competência de agentes do Estado e não de agentes da sociedade, é necessário um controle sobre os armamentos. Como lembra Luciano Bueno em “Controle de armas: um estudo comparativo de políticas”, era uma tentativa de conter a ação simultânea de comunistas e anarquistas na Grã Bretanha, nos Estados Unidos e no Canadá (Bueno, 2001, p. 14).

No Brasil, o debate sobre o controle de armas guarda uma desproporcionalidade entre a força das empresas e a participação da sociedade. Vide por exemplo relação das companhias com os políticos<sup>82</sup>. Durante um governo favorável a armamentos tal fórmula fica ainda mais evidente. Se o lobby tupiniquim ainda está distante do empoderamento da *National Rifle Association* (NRA)<sup>83</sup>, que atua desde 1871<sup>84</sup> nos Estados Unidos, algumas bases foram estruturadas na gestão Bolsonaro.

Por mais que poucas e pequenas organizações não-governamentais brasileiras<sup>85</sup> atuem de maneira eficiente contra o comércio de armas, a força do lobby se revela ao longo dos últimos 30 anos no país, e mostrou a cara com a participação direta de políticos em defesa da indústria.

Spitzer (1995, p. 16) defende que o tipo de assuntos aos quais se aplicam as teorias de políticas de regulação social apresentam as seguintes características nas quais o controle de armas cai bem: a) intensa polarização entre grupos extremistas e relutância em ceder ou assumir compromissos; b) dificuldade em mobilizar a opinião pública; c) partidos que usam a polarização decorrente para atrair votos; d) autonomia dos estados e governos locais para fixação das políticas; e) política dominada pelo Congresso que em geral tem uma baixa taxa de inovação e forte associação com o status quo; f) envolvimento presidencial, mas com caráter simbólico; g) agências com pequena autoridade cuja ação é dominada por interesses de políticos, grupos

---

<sup>82</sup> CAVALCANTI, Leonardo. Mourão visita a fábrica da Taurus. Sbt News, 04 Fev. 2022 Disponível em: <https://www.sbtnews.com.br/noticia/brasil/195963-mourao-visita-fabrica-da-taurus-e-ganha-arma-sem-disparador>. Acesso em: 10 jun. 2023.

<sup>83</sup> De acordo com HURST (1994, p. 189), a “NRA se tornou um ícone da ‘cultura das armas’ e numa das principais forças políticas americanas que se opõem a qualquer forma de controle que vise limitar a disponibilidade e o acesso a armas por civis”.

<sup>84</sup> As empresas militares privadas também se organizam a partir de um grupo de lobby eficiente, formado por líderes do ramo em torno da International Peace Operations Association (IPOA).

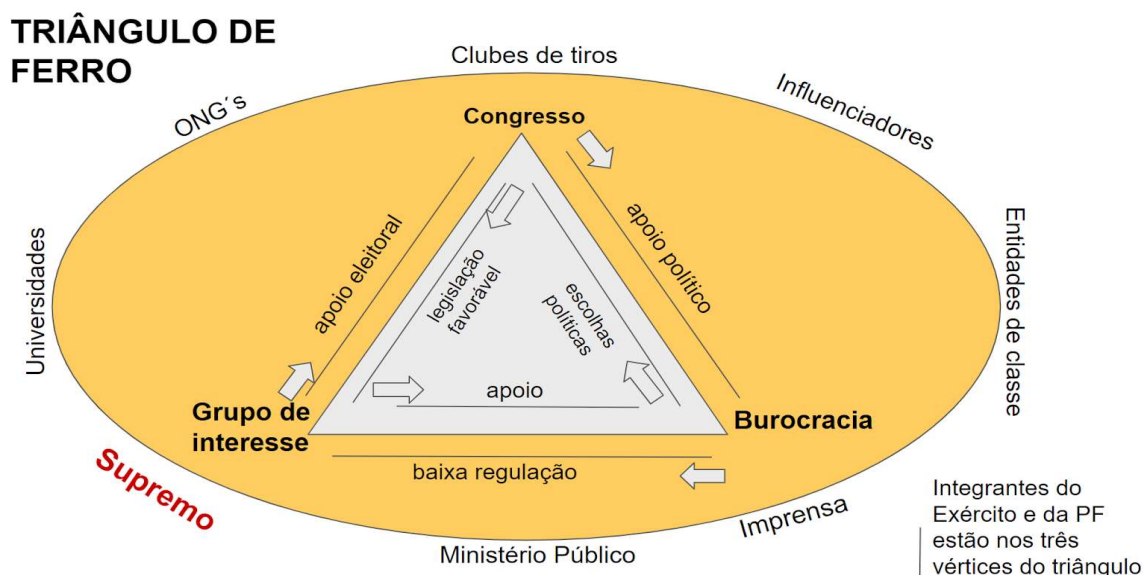
<sup>85</sup> Nos últimos 40 anos, além de núcleos universitários de estudos da violência, pode-se destacar a atuação dos institutos Viva Rio, Sou da Paz, Igarapé, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Conectas Direitos Humanos.

econômicos e pelo próprio governo; h) deliberação de Cortes Supremas que ocasionalmente intervêm para definir o assunto (Bueno, 2001, p. 24).

Pelo menos cinco das sete características acima, estabelecidas em 1995, podem ser aplicadas ao Brasil dos anos 2020. A principal delas é a fragilidade das agências de controle, no caso das armas no Brasil, emuladas pelo Exército e pela Polícia Federal. E se as duas corporações por motivos distintos se revelaram ineficientes na fiscalização de atiradores e armamentos, o mesmo não se pode dizer na organização dos militares reformados e dos policiais aposentados no lobby do mercado das armas.

Como se vê na **Figura 2** abaixo, a partir de representação e atualização do “Triângulo de ferro”<sup>86</sup>, as duas instituições atuam nos três vértices (Burocracia, Congresso e Grupos de interesse) a partir do enredamento de apoios cruzados, onde atores do centros se fortalecem na troca de recursos, de diretrizes, de verbas e de favores. Ao grupo de interesse das armas, como de resto de qualquer atividade, o que importa é a baixa regulação e legislação favorável.

Figura 2: Triângulo de ferro



Fonte: Elaboração própria a partir do modelo original de Hecló

Em livre adaptação deste autor, no centro do círculo está o triângulo de ferro. Em volta, outros atores relevantes no debate das armas. No comércio de armamentos, os militares

<sup>86</sup> Nos EUA, segundo conceito de Gordan Adams, o triângulo de ferro compreende a relação de formulação de políticas entre os comitês do Congresso, a burocracia e os grupos de interesse.



e os policiais estão no vértice “Burocracia” – DFPC, no caso do Exército, e DARM, na Polícia Federal. Mas não apenas nessas duas unidades, posto que se espalham no Poder Executivo, como demonstrado no capítulo anterior.

No vértice “Congresso”, o número de integrantes de forças militares dobrou<sup>87</sup> em 2018, ano da campanha vitoriosa de Bolsonaro à Presidência. Na Polícia Federal, o fenômeno se repete. Naquele ano, 38 servidores da corporação se candidataram à Câmara dos Deputados, seis foram eleitos<sup>88</sup> – entre eles Eduardo Bolsonaro, escrivão de polícia, parlamentar desde 2015 e filho do ex-presidente.

Por fim, no “Grupo de interesse”, o que se vê é a atuação de integrantes reformados e aposentados do Exército e da Polícia Federal como lobistas de armas<sup>89</sup>. Segundo Hugh Heclo (1992), a teoria não explica todo o processo decisório e exclui parte dos atores. Assim, na regulação das armas é preciso puxar outros integrantes. Neste caso, vale listar pelo menos mais sete atores: clubes de tiros, organizações governamentais (pró e contra armas), universidades, imprensa, Ministério Público, entidades de classe<sup>90</sup>, influenciadores e o Supremo, que, como demonstrado ao longo deste texto teve uma participação ativa para frear em parte a ação governamental dos anos 2019-2022.

Até 2018, os representantes dos clubes de tiros<sup>91</sup> eram mais periféricos<sup>92</sup> nesse jogo, mas começaram a ganhar força com a eleição. Aqui, os militares têm atuação dupla, afinal a liberação para registro dos comércios é feita também pelo Exército; e, quando na aposentadoria, parte deles busca o mercado privado. Um levantamento da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) identificou pelo menos dois Policiais Federais

---

<sup>87</sup> PEREZ, Fabíola; FILHO, Herculano; NEVES, Rafael. Fugitivos de Mossoró são presos após 50 dias a 1.600 km de presídio. Uol, 04 abr. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/08/militares-eleitos-2018-camara-senado-assembleia-legislativa.htm>. Neste caso, o cálculo considerou militares das Forças Armadas, reformados, PMs e bombeiros. Acesso em: 04 abr. 2024.

<sup>88</sup> A pesquisa de Lucas Pilau mostra que, em 2002, 12 agentes da Polícia Federal se lançaram como candidatos, sendo um eleito. A partir de 2014, a taxa de sucesso aumenta, com cinco eleitos, se mantendo nas eleições seguintes.

<sup>89</sup> Militares brasileiros atuam como lobistas para multinacionais de armas. Poder 360, 11 out. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/militares-brasileiros-atuam-como-lobistas-para-multinacionais-de-armas/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

<sup>90</sup> Advogado leva colete com símbolo de 'Justiceiro' e gera bate-boca na OAB-DF. Uol, 01 jun. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/06/15/oab-distrito-federal-colete-a-prova-de-bala-s.htm>. Acesso em: 30 jan. 2023.

<sup>91</sup> Nos capítulos seguintes voltaremos a falar dos clubes de tiros como indicativos para identificar quem estava se armando no país.

<sup>92</sup> Antes de 2019, eles conseguiram mudanças nos regulamentos da DFPC para transportes de armamentos. No governo Bolsonaro, o grupo ganhou força. Ver reportagem do SBT News em: <https://www.sbtnews.com.br/noticia/governo/192879-numero-de-clubes-de-tiros-dobrou-em-tres-anos-de-governo-bolsonaro>

e dois militares candidatos ao Legislativo em 2022 e donos de clubes de tiros<sup>93</sup>. A conta é restrita por considerar apenas os policiais federais e militares que se dedicam a atividades ligadas ao comércio de armas e à política. Mas é um indicativo da triangulação do lobby.

Ao somar os três grupos localizados nos vértices com os atores que envolvem o triângulo, nota-se um desequilíbrio em favor da indústria e do comércio de armas. É significativo que os militares e os policiais liberem as armas (a oferta) e autorizem os atiradores-compradores (a demanda). E, para fechar o ciclo, passem a ser, quando na reserva ou aposentadoria, representantes de empresas de armas e munições – conhecidos por “mercadores da morte” dentro dos próprios quartéis e delegacias –, donos de estandes de tiros ou dirigentes de clubes. É um negócio rentável e considerado natural para ex-integrantes de forças de segurança.

O fenômeno de agentes treinados pelo Estado – com todos os custos e energia envolvidos – que depois passam a atuar na iniciativa privada não é novo ou uma exclusividade brasileira. Companhias do Vale do Silício, nos Estados Unidos, contrataram (e contratam) ex-agentes do governo recém-saídos do FBI, do Serviço Secreto, da CIA, da Agência de Combate às Drogas e do Serviço de Inspeção Postal daquele país para atuarem no desenvolvimento tecnológico dos produtos (Glenny, 2011). Mas, lá como cá, a principal missão desses contratados é abrir portas nos poderes públicos.

A procura por esse “grupo especial de trabalhadores” explica as razões de o lobby dos armamentos buscar representações políticas para garantir o controle da violência, interagindo com parlamentares a partir de financiamentos de campanha, dando sustentação a governos – e sendo usados por eles, como num jogo de ganha-ganha. Tudo facilitado pela ausência de regras na DFPC e, por tabela, pela falta de reação efetiva da Polícia Federal.

A diretoria do Exército não segue princípios de autonomia e independência de agência reguladora tradicional, abrindo espaços para captura pelo mercado e pelos poderes Executivo e Legislativo – a Polícia Federal tampouco<sup>94</sup>. Não há mandatos fixos dos dirigentes, quarentenas e a natureza própria do serviço público.

Por mais que faltem estudos específicos sobre a taxa de sucesso da bancada da bala, vitórias aqui e ali mostram um alto grau de organização, como por exemplo nos estertores do ano legislativo de 2023, quando a Câmara derrubou a cobrança do imposto seletivo de armas

---

<sup>93</sup> Cf. dados em: <https://journaliststudio.google.com/u/0/pinpoint/search?collection=f1670ec267bfe220>. Acesso em: 13 nov. 2023.

<sup>94</sup> Na Polícia Federal a quarentena só é exigida para diretores pelo prazo de 6 meses. Cf. legislação disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/etica-publica/servicos-e-m-destaque/consulta-sobre-conflito-de-interesses>. Acesso em: 2 abr. 2023.

na reforma tributária. O item foi eliminado no último destaque levantado pelo PL, partido de Bolsonaro, na Proposta de Emenda à Constituição (PEC). A intenção era que tal cobrança desestimulasse o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente<sup>95</sup>.

Durante o governo um grupo mais estruturado, dentro e fora do Congresso, entrou em ação: o Proarmas, fundado em 2020, que no início atuou nos gabinetes do Senado, a partir de elaboração de pareceres e emendas<sup>96</sup>. A ação avançou principalmente no Ministério da Justiça e nas polícias Federal e Rodoviária Federal, com pressão para restringir o controle na circulação de CACs com armamentos nas estradas.

O presidente do grupo, o advogado Marcos Pollon, acabou se elegendo deputado federal em 2022 pelo PL do Mato Grosso do Sul, com 103 mil votos – foi o mais votado no estado. Recebeu o apoio do presidente e do filho Eduardo, além de candidatos aos governos estaduais, como Onix Lorenzoni. Ao todo, 23 candidatos apoiados pelo Proarmas foram eleitos para o Congresso naquele ano.<sup>97</sup>

---

<sup>95</sup> SOARES, Gabriela. Câmara derruba imposto mais alto para armas na Reforma Tributária. Uol, 15 dez. 2023. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/camara-derruba-imposto-mais-alto-para-armas-na-reforma-tributaria/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

<sup>96</sup> LOPES, Raquel (13 de junho de 2022). Grupo pró-armas se espalha na política e atua dentro de gabinete de senadores. Folha de S.Paulo. Consultado em 15 de abril de 2024.

<sup>97</sup> SILVA, José Benedito. Grupo Pró -armas elege 23 parlamentares e forma a bancada dos CACs. Disponível em: [https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/grupo-pro-armas-elege-23-parlamentares-e-forma-bancada-dos-cacs#google\\_vignette](https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/grupo-pro-armas-elege-23-parlamentares-e-forma-bancada-dos-cacs#google_vignette)

## CAPÍTULO VII - O perfil de armas e os crimes associados no Distrito Federal

Um levantamento a partir da LAI revela como a política movida por decretos e portarias alterou o perfil das armas apreendidas no Distrito Federal<sup>98</sup>, aumentando o calibre e o poder de fogo dos armamentos em circulação. Os dados, mesmo iniciais, já apontam para uma interferência direta na segurança pública. Até 2018 havia uma relação de dois revólveres apreendidos para cada pistola no DF. No final de 2022, a arma mais apreendida pelos policiais passou a ser a pistola.

Entre as pistolas, o modelo com o maior percentual nos registros foi a nove milímetros (9mm). Antes de 2019 a arma era considerada restrita para integrantes das forças de segurança. Com os decretos, passou a ser autorizada para civis. Em 2022, ocorreram 340 apreensões desse modelo (45% de todas as pistolas apreendidas naquele ano), contra 41, em 2019, um aumento de 729%.

A avaliação na mudança no perfil das armas apreendidas é necessária para a gestão da própria política de segurança. Um projétil de revólver calibre 38 atinge com precisão um alvo a 50 metros de distância. O alcance efetivo de uma pistola 9mm é de no mínimo 100 metros. A bala disparada por um fuzil ultrapassa com eficiência e força os 600 metros – e pode chegar a 3.000 metros.

O incremento do poder de fogo de armas em circulação em determinadas regiões do Brasil desestabiliza políticas de segurança pública e de saúde, pois impacta no cotidiano de comunidades – a chance de sobrevivência passa a ser menor, incluindo as vítimas de balas perdidas, pois o tamanho dos calibres está associada à energia acumulada – e mesmo na defesa de policiais contra criminosos.

Na verdade, a quantidade de energia transferida pelo projétil é um factor importante que contribui para a gravidade da ferida, normalmente subdividida em lesões de baixa ou alta energia. (Moriscot, A., Miyabara, E.H., Langeani, B. *et al*, 2021, p. 4)

No artigo *Firearms-related skeletal muscle trauma: pathophysiology and novel approaches for regeneration*, publicado em jornal associado à Nature, biomédicos e estudiosos de políticas públicas de segurança apontam que, no Brasil, só os ferimentos causados por armas de fogo custam cerca de US\$ 10 bilhões por ano para o sistema de saúde

---

<sup>98</sup> No segundo turno de 2018, Bolsonaro recebeu 69,99% dos votos válidos no Distrito Federal contra Fernando Haddad. Quatro anos depois, contra Lula, esse percentual caiu para 58,81%.

e para a segurança, com custos indiretos com a perda de mão de obra e policiamento, por exemplo (Moriscot, A., Miyabara, E.H., Langeani, B. *et al*, 2021, p. 4). Há um alerta no texto de que os ferimentos por arma de fogo têm aumentado no mundo.

No Distrito Federal não houve apenas aumento de apreensões de pistolas mas também de fuzis. Em 2019, marco da ação armamentista, policiais civis identificaram dois desses armamentos<sup>99</sup> como ilegais. Em 2020, cinco – um ano depois, outros cinco. Em 2022, o número chegou a oito – ou seja, um fuzil foi apreendido a cada 45 dias (**Tabela 8**). Ainda no primeiro ano do governo, o Exército publicou portaria prevendo a liberação de fuzis para os CACs. Na sequência, um decreto deu a chance para o grupo comprar até 30 dessas armas.

Em relação às pistolas, o detalhamento das apreensões das 9mm no Distrito Federal em 2022 mostra que, das marcas identificadas, 72% delas eram nacionais, da fabricante Taurus (Tabela 9), uma empresa com sede em São Leopoldo (RS). Ao todo, em 2022, foram apreendidas 214 pistolas 9mm da marca Taurus. Em segundo lugar vem, com 46 armas (15%), a Czech Arms Factory, a CZ, da República Checa. Em terceiro lugar, aparece a austríaca *Glock*, com 22 pistolas (7%) recolhidas pelos policiais do DF. As demais fábricas – as alemãs SIG (4), Heckler (1) e Mauser (1); as italianas Beretta (3) e Tanfoglio (2); as norte-americanas Browning (4) e Smith & Wesson (1); e a argentina Bersa (1) aparecem com 17 apreensões (6%).

Tabela 8 – Perfil das armas apreendidas no DF, por tipo, de jan./2017 a dez/2022

<b>Tipo</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Revólver	1.211	898	774	788	724	673
Pistola	662	489	409	580	687	754
Fuzil	2	3	2	5	5	8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do GDF obtidos por meio da LAI

<sup>99</sup> Em agosto daquele ano, a compra de fuzis começou a ser liberada por causa de nova classificação. O poder de fogos de armamentos comprados por civis aumentou em até quatro vezes. O texto inclui o fuzil T4, utilizado até então por militares e produzido pela empresa Taurus no Brasil.

Tabela 9 - Perfil das 9mm apreendidas no DF, por marca, em 2022 (em %)

Marca	Taurus	CZ	Glock	SIG	Browning	Beretta	Tanflogio	Heckler	Mauser
%	72	15	7	1,3	1,3	1	0,7	0,4	0,4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do GDF obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação

Aqui não cabe mais o argumento de que o contrabando e o tráfico de armas estrangeiras alimentam o crime, afinal a maior parte das armas é brasileira<sup>100</sup>. Vale considerar também que tal alegação pode, em muitos casos, nem mesmo se aplicar a armamentos de fábricas internacionais, que também podem ter origem no mercado legal, compradas em maior parte por integrantes de forças de segurança.

Os dados colhidos por este autor no Distrito Federal, coincidem, quase 20 anos depois, com os levantados pela CPI do Tráfico de Armas (**Tabela 10**), instaurada em março de 2005 e que avançou até 2006. Numa das primeiras investigações mais sistemática sobre armamentos no Brasil, a comissão apontou na sua conclusão que:

A análise das informações correspondentes a quase 150 mil armas apreendidas na ilegalidade nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e no Distrito Federal, revelam a verdadeira identidade do armamento geralmente usado pelos criminosos no Brasil: a imensa maioria das armas apreendidas é de fabricação nacional, com predominância esmagadora dos revólveres calibre .38, e não armamento pesado, como se costuma supor. E, em percentual importante (que chega a 37% no caso do DF) estão registradas, isto é, foram legalmente compradas, demonstrando que a maioria das armas usadas pelos bandidos são armas de origem legal. (**Sou da Paz, 2006**)<sup>101</sup>

Ao constatar o quadro das apreensões com “a esmagadora maioria de fabricantes nacionais”, os integrantes da sub-relatoria de “Indústria, Comércio e CACs”, da CPI do Tráfico de Armas, criticam “lojistas inescrupulosos, empresas de segurança privada sem controle adequado e, o mais grave, das forças de segurança pública, principalmente da PM e do Exército”<sup>102</sup>

De volta aos anos 2019-2022, houve uma mudança no perfil das marcas das 9mm apreendidas. Antes do governo Bolsonaro, em 2018, as da Taurus representavam 37% das

<sup>100</sup> Mais à frente falaremos do “efeito bumerangue” das importações de armas compradas legalmente no mercado nacional que retornam ao Brasil em esquemas criminosos com números de identificação raspados.

<sup>101</sup>Relatório da CPI do Tráfico de Armas, 2006, p. 340. Disponível em: [https://soudapaz.org/wp-content/uploads/2019/11/relatorio\\_sub\\_relatoria\\_de\\_industria\\_comercio\\_e\\_cac.pdf](https://soudapaz.org/wp-content/uploads/2019/11/relatorio_sub_relatoria_de_industria_comercio_e_cac.pdf). Acesso em: 2 abri. 2024.

<sup>102</sup> Relatório da CPI do Tráfico de Armas, p. 346. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/52-legislatura/cpiarmas/Relatorio%20Final%20Aprovado.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

apreensões. A *Glock*, ganhadora de parte das licitações das secretarias de segurança, cresceu em números absolutos, mas caiu em percentual, antes representava 22% – a austríaca agora perdeu a segunda posição para a checa CZ.

A partir da LAI também foi possível identificar parte dos crimes associados às pistolas 9mm apreendidas em 2022 no DF (**Tabela 10**).

<b>Tipo de crime</b>	<b>Quantidade</b>
Posse ou porte ilegal de armas de fogo	102
Disparo de armas de fogo	40
Lesão corporal	24
Tráfico	18
Ameaça	15
Roubo ou furto	13
Morte por intervenção de agente de Estado	13
Maria da Penha	12
Injúria	11
Homicídio	10
Porte de munição	10
Embriaguez ao volante	9
Desobediência	7
Suicídio	5
Vias de fato	5
Tentativa de homicídio	4
Desacato	3
Receptação	3
Falsa identidade	2
Extorsão	2
Crime contra a fauna	1
Resistência	1
Usurpação da função pública	1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do GDF, obtidos por meio da LAI, e de uma base do Instituto Sou da Paz

Os dados, mesmo sem uma padronização mais efetiva, servem para dar uma mostra do tamanho do problema que a liberação das pistolas 9mm causam à sociedade e às políticas de segurança.

Se a maior parte dos crimes está associada à posse ou porte ilegal de arma de fogo, vale considerar as apreensões de pistolas envolvendo violência doméstica. Uma das maiores preocupações de criminólogos quando se debate a distribuição de armas são os crimes de natureza passional, cometidos entre conhecidos (Kahn, 2002, posição. 1844). Relatório de monitoramento dos feminicídios do DF produzido pela Secretaria de Segurança mostra, em 2022, a morte de 18 mulheres por esse tipo de crime, de janeiro a dezembro (**Tabela 11**). As armas de fogo naquele ano não apareciam como o meio empregado (**Tabela 12**).

Tabela 11 - Meio empregado nos feminicídios ocorridos no DF em 2022

<b>Meio</b>	<b>Arma branca</b>	<b>Agressão física</b>	<b>Asfixia</b>	<b>Objeto contundente</b>
Nº absolutos	7	6	2	2
Percentual	39%	33%	11%	11%

Fonte: Relatório de monitoramento dos feminicídios no Distrito Federal

Tabela 12 - Meio empregado nos feminicídios ocorridos no DF em 2023

<b>Meio</b>	<b>Arma branca</b>	<b>Arma de fogo</b>	<b>Asfixia</b>	<b>Nci</b>	<b>Agressão Física</b>	<b>Fogo</b>
Nº absolutos	19	6	5	2	1	1
Percentual	56%	18%	15%	6%	3%	3%

Fonte: Relatório de monitoramento dos feminicídios no Distrito Federal

Assim, o meio mais empregado nos assassinatos de mulheres em 2022 era a faca, por exemplo. Em 2023, os números sofrem variações, indicando uma elevação considerável não apenas no total de mortes, mas nas ocorrências envolvendo armas de fogo, que ultrapassam a agressão física e a asfixia (**Tabela 12**).



Das armas de fogo identificadas nos feminicídios, 67% (4) estavam em situação regular em 2023. No ano anterior, a arma apreendida com o atirador estava legalizada. A expansão dos feminicídios cometidos com armas ainda não mostra uma tendência dada a ausência de números em anos anteriores coletados pela Secretaria de Segurança do DF, mas é importante registrar mais uma vez a vida útil de uma arma, mais de 50 anos, e a ausência de uma política de devolução de pistolas e revólveres a partir de 2022. A dinâmica dos crimes tende a mudar com o passar dos anos.

## CAPÍTULO VIII - A dificuldade do governo Lula em recomprar as armas

Logo no início do governo Lula, em 2023, o então ministro da Justiça Flávio Dino chegou a anunciar R\$ 100 milhões para recompra de armamentos liberados para CACs de 2019 a 2022 pelo Exército. O valor era três vezes menor do que o empregado nos 2000 num programa posto em prática no primeiro governo do petista, em 2003. O dinheiro, portanto, passaria longe de ser suficiente para financiar a devolução de todo o armamento comprado legalmente durante a gestão de Bolsonaro: menos de 20 mil armas poderiam ser recompradas, isso considerando um preço médio de R\$ 5 mil por arma.

De 2019 a 2022, foram adquiridas 939 mil armas por CACs, entre revólveres, pistolas e fuzis. Uma das armas mais compradas no período foi justamente a pistola 9mm, que voltou a ser restrita a partir das regras do governo Lula. Números oficiais apontam pelo menos 378 mil dessas armas foram autorizadas pelo Exército neste período<sup>103</sup> – não estão computados aqui eventuais pistolas não cadastradas por CACs. Na prática, com o valor previsto, o governo não conseguiria recomprar nem 5% do total das 9mm vendidas nos últimos anos. Sem maiores detalhes sobre o plano – e também sem recursos suficientes – a ideia de Dino ficou no papel – ou melhor, nas declarações do ministro.

O Brasil já teve tal experiência, no início dos anos 2000, mas há poucos dados sobre a eficácia da ação. Um dos trabalhos sobre uma possível relação entre taxas de óbitos por armas de fogo e a política de buy-back foi feito no Estado do Paraná por três pesquisadores e publicado na revista “Estudos Econômicos da USP”<sup>104</sup>. A pesquisa mostra que a política, pelo menos a curto prazo, não contribuiu para a redução dos crimes (Scorzafave; Soares; Dorigan, 2015). Entre os motivos para o fracasso, os autores apontam:

- A pequena escala da campanha ante o estoque de armas;
- A entrega de armas obsoletas e sem condições para uso;
- O fato de criminosos não entregarem suas armas; e

---

<sup>103</sup> MARTINS, Leonardo. Calibre restrito por Bolsonaro é a arma mais recadastrada por CACs. Disponível em: [https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/12/19/calibre-9mm-restrito-recadastramento-cac.htm#:~:text=O%20calibre%209%20mil%C3%ADmetros%20foi,de%20Jair%20Bolsonaro%20\(PL\).](https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/12/19/calibre-9mm-restrito-recadastramento-cac.htm#:~:text=O%20calibre%209%20mil%C3%ADmetros%20foi,de%20Jair%20Bolsonaro%20(PL).)

<sup>104</sup> O Estatuto de Desarmamento estabeleceu a campanha nacional de entrega de armas, deixando a regulamentação sobre valores a serem pagos por arma a partir de portarias. Na época, em 2004, o bônus variava de R\$100 a R\$300, a depender do calibre da arma. Cálculos de dos pesquisadores mostram que 446.855 armas em todo o país foram devolvidas. “Destas, 23.233 foram recolhidas no Paraná. Considerando uma média de R\$ 200 por arma recolhida, estima-se que a campanha nacional tenha custado aos cofres públicos aproximadamente R\$ 90 milhões (nota deste autor: em valores corrigidos de outubro de 2005 a janeiro de 2024, o governo desembolsou cerca de R\$ 300 milhões)” (Scorzafave; Soares; Dorigan, 2015, p. 478).

- O alcance limitado da campanha no recolhimento de armas não legalizadas.

No livro “Cidades blindadas”, Kahn cita os resultados de programas *gun buyback* em três cidades norte-americanas na década de 1990.

Em 1991, a cidade de Saint Louis conseguiu comprar 7.500 armas, e, em 1994, mais 1.200. Em 1992 Seattle adotou um programa semelhante. Em nenhum dos três programas houve uma redução dos homicídios, assaltos ou ferimentos por arma de fogo (Kahn, 2002, p. 2116).

Ao citar Lawrence Sherman, pioneiro do policiamento baseado em evidências, Kahn descreve as razões do fracasso dos programas dos EUA:

- Acabaram por atrair armas de áreas distantes dos centros;
- Atraíram armas guardadas em casa e não utilizadas nas ruas; e
- Financiaram a recompra de armas ainda mais pesadas.

No primeiro programa de recompra do governo Lula, em 2004, policiais federais relataram a tentativa de venda de armas artesanais, num dos casos clássicos de tentativa de burla das normas. Uma ação efetiva precisa de regras claras, transparência e prestação de contas à sociedade, além de uma campanha efetiva de comunicação (Langeani, 2022, p. 12). Também é preciso ter pontos de entregas seguros – em 2004, no início, armas chegaram a ser entregues em igrejas – e estabelecer os destinos, como destruição.

O impacto do desarmamento civil reside não apenas nas armas que remove, mas também no seu simbolismo, proclamando que o papel de abordar o conflito da sociedade depende do reconhecimento da responsabilidade social. Alguns pesquisadores avaliam que o que está em jogo não é apenas o valor do reembolso, mas a mobilização da comunidade para pressionar por medidas de controle de armas (Langeani, 2022, p. 12)

A Portaria nº 364/2004 – DG/DE Polícia Federal, publicada em 15 de julho de 2004 no Diário Oficial da União - Seção 1, estabelecia que: cada Unidade Gestora de Polícia Federal, com autonomia de execução orçamentária e financeira, poderá efetuar o pagamento de indenização. E apresentava os valores de reembolso a partir dos modelos das armas (**Tabela 13**).

Tabela 13-Valores de recompra de armas previstos na Portaria nº 34/2004 - DG/DE da Polícia Federal com atualização\*

<b>Tipo de arma (calibre)</b>	<b>Valor à época (jan.2004)</b>	<b>Valor atualizado (jan.2024)</b>
Revólver .22	R\$ 100	R\$ 382
Revólver .32	R\$ 100	R\$ 382
Revólver .38	R\$ 100	R\$ 382
Revólver 357 Magnum	R\$ 200	R\$ 764
Revólver 44 Magnum	R\$ 200	R\$ 744
Pistola .22	R\$ 100	R\$ 382
Pistola 6,35	R\$ 100	R\$ 382
Pistola .7,65	R\$ 100	R\$ 382
Pistola .380	R\$ 100	R\$ 382
Pistola .9mm	R\$ 300	R\$ 1.146
Pistola .40	R\$ 300	R\$ 1.146
Pistola .357	R\$ 300	R\$ 1.146
Pistola .45	R\$ 300	R\$ 1.146
Espingarda .12	R\$ 100	R\$ 382
Espingarda .32	R\$ 100	R\$ 382
Carabinas (todas)	R\$ 200	R\$ 764
Fuzis (todos)	R\$ 300	R\$ 1.146
Outras armas	de R\$ 100 a R\$ 300	de R\$ 382 a R\$ 1.146

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Polícia Federal.

\* Valores corrigidos com a “calculadora cidadã” do Banco Central. Disponível em:  
<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/>

Durante a campanha do desarmamento, entre julho de 2004 e outubro de 2005, cerca de 470 mil armas foram entregues, segundo números do Instituto Sou da Paz<sup>105</sup>, que segundo a ONG se materializou na segunda maior campanha de recolhimento de armas do mundo.

Aqui vale lembrar, a título de comparação, o número de armas autorizadas pelo Exército e pela Polícia Federal de 2019 a 2022: 1,5 milhão de armamentos. São armas que não foram devolvidas em nenhum momento, o que provoca a pergunta sobre a chance que um programa de recompra poderia ter de sucesso com o fim do governo Bolsonaro. Mesmo com dados negativos em relação ao programa de gun *buyback*, Kahn fazia, ainda em 2002, um alerta sobre a possibilidade de sucesso do programa brasileiro:

A proposta concilia proibição e recompra; é uma proposta nacional e não local, de modo que é indiferente de onde as armas estejam atraídas e, com o valor pago, qualquer que seja ele, não será possível adquirir armas legais no mercado, uma vez que o comércio estará igualmente proibido<sup>106</sup>. Não se pode inferir a priori que a recompra será mal sucedida, caso implementada (Kahn, 2002, posição 2120).

A ausência de um plano de recompra no governo Lula-3 sem maiores debates é um vácuo claro na tentativa de recuperar as armas distribuídas ao longo do quadriênio 2019/2022, por mais que se possa considerar as medidas restritivas de comércio. Não se sabe por exemplo de uma campanha para devolução de revólveres ou pistolas mais efetiva, o que se tem é um programa no Ministério da Justiça, o Desarma, com valores desatualizados de recompra. Um dos gargalos é a falta de informação do cidadão que pode entregar armas guardadas em casa a qualquer momento<sup>107</sup>. Parte da população fica com armamentos de familiares falecidos, dando chances para roubos ou furtos nas residências.

Sobre o tema, uma pesquisa citada por Langeani no livro “Arma de fogo no Brasil, gatilho para a violência” foi feita por pelos professores Cook e Ludwig e publicada no *National Bureau of Economic Research*<sup>108</sup> analisou dados de roubos de casas nos EUA.

<sup>105</sup> Cf. o relatório Implantação do Estatuto do Desarmamento: do papel para a prática. Disponível em em: [https://soudapaz.org/wp-content/uploads/2019/11/integra\\_implementa\\_o\\_do\\_estatuto\\_do\\_desarmamento\\_do\\_papel\\_para\\_a\\_pratica\\_1.pdf](https://soudapaz.org/wp-content/uploads/2019/11/integra_implementa_o_do_estatuto_do_desarmamento_do_papel_para_a_pratica_1.pdf). Acesso em 14 fev. 2024.

<sup>106</sup> Como se sabe o comércio no Brasil continuou a ser permitido. No referendo de 2005, mais de 60% da população brasileira votou pela continuidade da venda legal de armas. As restrições impostas pelo Estatuto do Desarmamento, entretanto, levaram a uma queda na compra de armas.

<sup>107</sup> A entrega de armas pode ser feita por qualquer pessoa acima de 18 anos, sem que haja responsabilização criminal. É necessário emitir guia de trânsito, por meio da internet, que permite o deslocamento até a unidade que receberá o objeto. Estão autorizados a receber as armas de fogo as polícias Federal, Rodoviária Federal, Militar e Civil, além do Corpo de Bombeiros Militar e da Guarda Municipal. Após a entrega, é emitido um protocolo de indenização. Com o papel, é possível fazer o saque em qualquer posto de autoatendimento do Banco do Brasil. O valor vai de R\$ 150 e R\$ 450.

<sup>108</sup> “The effects of gun prevalence on burglary: deterrence vs inducement” (Cook e Ludwig, 2002, pp. 6-23)

A ideia do trabalho foi buscar entender qual o efeito da arma em casa. Se ela afugenta o criminoso ou se, ao contrário, tem o efeito de atrair. O resultado encontrado é que a presença da arma não só não tem o poder de afastar o crime, como eleva a chance deste roubo. Um aumento de 10% na posse de arma em casa está associado a um aumento nas taxas de furto/roubo de residência entre 3% e 7 %, sem grandes variações se a família está ou não na casa no momento do crime. A justificativa para o dado é que armas são objetos financeiramente valiosos e fáceis de serem negociados no mercado criminal (Langeani, 2021, p. 76).

A questão é que os governos deveriam insistir nos programas de recompra diante da distribuição abrupta de armas nos últimos anos, mesmo que possa não ter demanda. O “Desarma” estimula pessoas que já estão inclinadas a se desfazer das armas a vendê-las para o Estado, mesmo com o incentivo mais baixo. No caso de um programa específico de recompra é preciso mais investimento para atingir CACs detentores de armas mais pesadas, que, com as restrições e taxas de novos registros, devem se tornar mais caras ao dono. O incentivo assim deve estar mais próximo dos valores de mercado para chances de sucesso.

A intenção deste autor não é citar casos de violência para justificar argumentos, mas não deixa de ser emblemático que, em meados de fevereiro de 2024, um CAC tenha sido roubado em casa na Zona Leste de São Paulo. Os bandidos levaram seis fuzis, quatro pistolas, um revólver, munições e um colete à prova de balas.

## CAPÍTULO IX - Os brinquedos de guerra e a burocracia envolvente

Entregar a segurança, tanto externa quanto interna, ao cálculo econômico privado econômico privado e à busca por lucro pelas empresas (militares) particulares parece problemático em termos de direito constitucional. Mas não apenas isso – tal como é o caso atualmente –, esse fato representa uma clara ameaça à democracia (Uessler, 2008, p. 13).

Em *Guerra como prestação de serviços: a destruição da democracia pelas empresas militares privadas*, o economista alemão Rolf Uessler trata da dependência das Forças Armadas de países desenvolvidos de empresas privadas para o combate de campo. Mas aqui e ali o autor mostra como as relações militares/mercado mudam a própria distribuição de armas leves no mundo ou mesmo como as companhias têm baixos custos na contratação de ex-servidores militares.

O Estado precisa recrutar 100 mil homens, testar aptidões (...). Esses custos não existem para as empresas: elas podem aproveitar as aptidões públicas prévias e adquirir o especialista já pronto. Se essas empresas tivessem que ressarcir as formações prévias ao Estado, o seu custo benefício cairia de maneira calamitosa (Uessler, 2008, p. 64).

Oficiais do Exército brasileiro com pretensões acadêmicas-teóricas costumam citar o livro "O soldado e o Estado", de Samuel P. Huntington, como o modelo a ser seguido na relação entre civis e militares. Huntington defende que o controle civil sobre tarefas militares torna-se eficiente à medida que a sociedade (e os próprios) políticos apoiam o profissionalismo das Forças Armadas. Na prática o que os tais oficiais poderiam dizer seria: atenção com nosso treinamento e nossos brinquedinhos de guerra, no mais, cuidem do resto.

A Polícia Federal, por sua vez, entrou a reboque neste jogo, e de alguma maneira acabou capturada nos anos 2019-2022. No caso da corporação policial o que se percebe é a expectativa de poder pelo controle de armas, um dos mais cobiçados dentro da estrutura hierárquica de qualquer governo.

A burocracia na política de armas para quem a administrativa é envolvente – pela alta dose de poder envolvida – e, além de tudo, dá lucro para a burocracia das duas corporações. Durante os anos de 2021 e de 2022, os recursos arrecadados pela Polícia Federal e pelo Exército para os registros de armas chegaram a R\$ 210 milhões. As métricas, obtidas a partir da LAI, referem-se ao final do governo, período que ocorreu uma alta na liberação de registros de armas e de autorizações para os CACs.

Os recursos arrecadados foram maiores, por exemplo, do que os investimentos totais da Polícia Federal em 2022 (R\$ 92 milhões) e do que programas do Exército como o Sistema Astros (R\$ 50,5 milhões) – de mísseis e de foguetes guiados – ou a Capacitação Profissional da Força (R\$ 80 milhões). O dinheiro arrecadado explica a disputa entre as duas corporações pelo controle dos registros durante a história recente da política brasileira.

Os militares arrecadaram R\$ 154,5 milhões em dois anos, de 2021 a 2022, com o registro de armas e CACs. O valor é quase três vezes maior do que o embolsado pela Polícia Federal para autorizar posse e porte de armamentos – no período, a corporação recebeu R\$ 55 milhões. O Exército informou que os recursos arrecadados com as taxas recolhidas para o processamento das solicitações de CACs são destinadas ao custeio e investimentos da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC), “estando sujeitas às Desvinculações de Receitas da União (DRU), no percentual de 30%”.

Na Polícia Federal, segundo resposta oficial dos policiais obtida pela LAI, os recursos vão para o Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades fim da Polícia Federal. “Esclarece-se que incide sobre os valores a DRU – Desvinculação de Receitas da União, no montante de 30%, para livre aplicação pela União.” Na prática não funcionou assim. No papel, delegados conseguiram inserir um artigo em 2008 no Decreto nº 5123/04, e repetido no Decreto nº 9487/19<sup>109</sup>, durante o governo Bolsonaro, pelos quais as taxas deveriam ser revertidas para a prevenção e controle de armas e para o combate ao tráfico de armamentos.

Os valores de arrecadação do Exército com o registro de CACs correspondem apenas aos últimos dois anos<sup>110</sup> do governo, mas é possível verificar o crescimento dos recursos com a liberação amplificada de armas. De 2021 a 2022, o dinheiro recebido com as taxas pagas pelos CACs subiu 55% (**Tabela 14**).

---

<sup>109</sup> **Art. 55.** Os recursos arrecadados em razão das taxas e das sanções pecuniárias de caráter administrativo previstas neste Decreto serão aplicados nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 10.826, de 2003.

**Art. 56.** As receitas destinadas ao Sinarm serão recolhidas ao Banco do Brasil S.A., na conta Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal, e serão alocadas para o reaparelhamento, a manutenção e o custeio das atividades de controle e de fiscalização da circulação de armas de fogo e de repressão ao seu tráfico ilícito, de competência da Polícia Federal.

<sup>110</sup> O Exército afirma que os dados sobre arrecadação com registros de armas só começaram a ser computados em junho de 2020 pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados.



Tabela 14 - Recursos arrecadados pela PF e pelo Exército com taxas relativas a armas (em milhão)

Ano	2203*	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
PF	R\$ 6,7	R\$25,2	R\$ 29,7	R\$ 25,9	R\$ 17,6	R\$ 19,6	R\$ 18,7	R\$ 19,8	R\$ 11,7
ExB	X	R\$ 93,9	R\$ 60,5	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação

Na gestão de Bolsonaro, a Polícia Federal arrecadou 40% a mais se comparado aos quatro anos anteriores à chegada do capitão reformado ao Planalto<sup>111</sup>. Os números do primeiro semestre de 2023 mostram que as medidas do presidente eleito Lula produziram impactos. Nos seis primeiros meses, a Polícia Federal obteve R\$ 2 milhões com o registro de armas (apenas um dos serviços, que ainda conta com expedição de porte e renovação). O dinheiro contrasta com o dos três anos anteriores. Em 2021, por exemplo, a Polícia Federal recebeu R\$ 18 milhões com o trabalho.

O montante dos recursos arrecadados com as armas antecipa um debate sobre a criação de agência para controle de armamentos. Os R\$ 200 milhões em taxas poderiam servir como parte de orçamento próprio de uma agência<sup>112</sup>. Estruturar tal mecanismo de controle civil com o lobby das empresas gostando do jogo até aqui – e a insistência da Polícia Federal e do Exército em brigar pelo controle – é a principal dificuldade.

Um outro dado que mostra a força do lobby combinada com a ausência de uma política interministerial de controle levou a burocracia da Esplanada a esquecer uma ação que poderia dificultar o tráfico de armas. A resolução que revogou a alíquota de 150% do imposto sobre exportação de armamentos, adotada no governo bolsonarista, continuava valendo 15 meses depois do início do governo Lula. Isso tudo apesar de alertas feitos por investigadores sobre riscos para a segurança pública.

Em julho de 2021, o governo havia anulado duas resoluções do Comitê Executivo de Gestão da Câmara do Comércio Exterior (GECEX) adotadas em 2001 e 2010 para minimizar

<sup>111</sup> Os valores das taxas cobradas pelo Exército e pela Polícia Federal variam no caso de registros de CACs (R\$ 100), autorização para compra de arma (R\$ 25) ou pedidos de posse (R\$90) ou porte (R\$1.500). Mas aqui há algo a ser considerado: parte das taxas não sofreu reajuste ao longo de 20 anos, o que cabe dizer que os valores arrecadados na gestão Bolsonaro seriam ainda maiores.

<sup>112</sup> Recursos previstos no orçamento de 2020 para a Agência Nacional de Águas (ANA), por exemplo, chegaram a R\$ 400 milhões.

o retorno de maneira ilegal de armamentos para facções criminosas no Brasil. É o "efeito bumerangue", um termo usado por investigadores para alertar sobre os riscos da compra de armas brasileiras por empresas estrangeiras localizadas em países com baixo nível de controle e fiscalização, como o Paraguai, por exemplo. Tal arsenal, segundo apurações policiais, retornava ao Brasil por meio do mercado ilegal municiando facções criminosas.

As resoluções adotadas nos governos Fernando Henrique Cardoso, em 2001, e Luiz Inácio Lula da Silva, em 2010, foram criadas como uma tentativa de frear esse artifício do "retorno dos armamentos" a partir do aumento do imposto de exportação para as Américas do Sul e Central. O "efeito bumerangue" se materializava com as raspagens dos números de série de revólveres, pistolas e fuzis, o que dificultava a identificação do caminho percorrido pelas armas desde a saída dos fabricantes.

Uma investigação da Polícia Federal deflagrada no final de 2023 mostrou como o "risco Paraguai" é alto. A operação Dakovo revelou que a organização criminosa transnacional liderada por Diego Hernan Dirisio teria traficado mais de 43 mil armas de países do leste europeu, via Paraguai, para o Brasil. Os armamentos eram comprados oficialmente da Croácia, Turquia, Eslovênia e República Tcheca. Empresas brasileiras não constam do esquema da operação Dakovo, mas o modus operandi é antigo, conforme revelou apuração da CPI do Tráfico de Armas de 2005, por isso o risco de "efeito bumerangue" apontado por investigadores ao próprio Ministério da Justiça.

A contradição: quando Bolsonaro revogou o imposto sobre a exportação de armas, em 2021, o PSB, partido do então ministro da Justiça Flávio Dino, entrou com uma petição (ADPF 875) no STF “a fim de que seja declarada incompatível com a Constituição a resolução do GECEX que revogou a alíquota de 150% do imposto sobre exportação de armas e munições para países da América do Sul e da América Central” (ADPF 875).

Segundo a petição, a chamada exportação bumerangue, problema latente na década de 1990, "somente se resolveu com a instituição do tributo sobre as exportações de armas aos países da América Latina, o que contribuiu decisivamente para a diminuição da circulação de armas ilegais no país e o abastecimento de organizações criminosas" (ADPF 875). O governo Lula, mesmo com o relato, não se mostrou tão rápido em mexer na resolução.

## **CAPÍTULO X - Os clubes de tiros e as pistas sobre quem se armou**

Um termômetro para medir o tamanho do comércio é a criação de clubes de tiros no Brasil. Na então escassa presença de elementos sobre o perfil de quem se armou durante os anos 2019-2022, os centros para treinamento de atiradores funcionaram também para indicar em qual das regiões militares brasileiras existiam mais entusiastas da política armamentista. Ambientes predominantemente masculinos<sup>113</sup>, com códigos cifrados para iniciados, os clubes ampliaram a presença no país até 2022. Mais de 60% deles receberam autorização para funcionar durante os anos de 2019 e 2022.

Dos 2.038 centros em funcionamento até então, 1.265 foram criados naquele quadriênio – em 2022, foram instaladas 424 dessas “escolas” no país, uma média de mais de uma por dia. Todas autorizadas pelo Exército a partir das regiões militares. Os clubes ganharam força com decretos e portarias criados pelo poder central.

Tabela 15 - Registros de entidades de tiro concedidos pelo Exército de 2019 a 2022

<b>Ano</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
<b>Total</b>	232	291	348	424

Fonte: Site SBT News com atualização própria a partir de dados do Exército obtidos via LAI

Assim, durante 2019-2022, a chance de montar o quebra-cabeça de quem estava se armando passava pelos clubes de tiros. A maior parte dos atiradores registrados era na região sul, nos estados do Paraná e de Santa Catarina, duas vezes mais do que São Paulo, por exemplo. Na DFPC, quase 500 militares são “treinados” oficialmente para catalogar informações, mas simplesmente ignoraram – ou eram orientados a ignorar – a tarefa de apresentar os atiradores<sup>114</sup>. Este autor pediu ao Exército dados básicos sobre o perfil dos CACs. Na resposta, a Força disse que “informações referentes a gênero e idade não são exigidas para o registro junto ao Exército, conforme Anexo B da Portaria nº 150 do COLOG, de 5.dez de 2019, que trata do requerimento para concessão de certificado de registro para atividades dos (CACs)”<sup>115</sup>.

<sup>113</sup> Em pesquisa em Campos (RJ), o Polícia Federal e pesquisador Roberto Uchoa mostrou que 88,7% dos frequentadores dos clubes de tiros no município eram do sexo masculino. O percentual se aproxima dos números de recadastramento da Polícia Federal feito ao longo de 2023 sobre o perfil nacional dos CACs.

<sup>114</sup> Cf. Nota oficial do próprio Exército sobre a capacitação dos militares. Disponível em: <http://www.dfpc.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/743-dfpc-investe-em-capacitacao-de-militares#:~:text=Em%202020%2C%20a%20DFPC%20capacitou,Nivelamento%20da%20Divis%C3%A3o%20de%20Controle.>

Acesso em: 12 fev. 2024.

<sup>115</sup> Informações enviadas por email.

E estabeleceram que, sendo assim, não havia como realizar o levantamento. “Com relação à informação referente a profissões, estes lançamentos são realizados na forma de preenchimento livre, ou seja, por extenso, o que inviabiliza a padronização das informações fornecidas pelos registrados”<sup>116</sup>, escreveram os militares. Na resposta em que mostra a dificuldade de reunir bases de informações, o Exército apresenta uma miríade de profissões, em ordem alfabética, que, na prática, servia pouco para identificar os grupos que estavam se armando: de açougueiro a advogado, passando por agricultor e desembargador, foram listadas 91 atividades profissionais. O principal controlador do comércio de armas no Brasil não tinha um cadastro eficiente que mostrasse quem estava se armando. O quadro só mudou com o recadastramento feito pela Polícia Federal em 2023. Ao todo, 486.350 CACs se recadastraram seguindo as normas do governo (**Tabela 16**).

Tabela 16 - Perfil de quem se armou entre 2019 e 2022

<b>Total de CACs</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Outros</b>	<b>Não informado</b>
486.350	467.842	17.625	571	312

Fonte: Elaboração própria a partir de informações da Polícia Federal obtidos por meio da LAI

Os números mostram que 96,1% dos CACs eram homens; 3,6%, mulheres; 0,1, outros; e 0,06 (não informado). Do total dos homens com armas recadastradas (486.350)<sup>117</sup>, 61% são casados e residem majoritariamente nas regiões Centro-Oeste e Sul – a partir da proporcionalidade do eleitorado, os cinco estados com mais armas por eleitores estão nas duas regiões: Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Logo depois aparecem Rondônia, Paraná e Distrito Federal (**Tabela 17**). Todos os oito primeiros com um índice acima de 1%, indicando uma arma a cada grupo de 100 eleitores.

<sup>116</sup> Idem.

<sup>117</sup> Cf. os dados completos neste link: <https://buscalai.cgu.gov.br/PedidosLai/DetalhePedido?id=5917552>. Acesso em: 26 jun. 2023.

Tabela 17 - Os estados que mais se armaram de 2019 a 2022 na proporção com o eleitorado

<b>Estado</b>	<b>Armas adquiridas</b>	<b>Armas/Eleitores</b>
1. Santa Catarina	83.483	1,5%
2. Goiás	75.787	1,5%
3. Mato Grosso do Sul	28.847	1,4%
4. Rio Grande do Sul	115.910	1,3%
5. Mato Grosso	32.868	1,3%
6. Rondônia	16.054	1,3%
7. Paraná	103.903	1,2%
8. Distrito Federal	26.195	1,1%
9. São Paulo	216.054	0,6%
10. Tocantins	7.644	0,6%
11. Minas Gerais	80.240	0,4%
12. Alagoas	8.154	0,3%
13. Amazonas	7.996	0,3%
14. Sergipe	2.191	0,3%
15. Acre	2.059	0,3%
16. Amapá	1.347	0,3%
17. Roraima	1.182	0,3%
18. Rio de Janeiro	25.802	0,2%
19. Bahia	25.153	0,2%
20. Pernambuco	18.302	0,2%
21. Pará	17.626	0,2%
22. Ceará	15.138	0,2%
23. Maranhão	10.211	0,2%
24. Paraíba	8.829	0,2%
25. Rio Grande do Norte	7.409	0,2
26. Espírito Santo	6.361	0,2
27. Piauí	3.190	0,1%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Polícia Federal obtidos por meio da LAI

Uma comparação inevitável é verificar os estados com mais armas adquiridas de 2019/2022 com as unidades da Federação onde Bolsonaro recebeu mais votos no segundo turno. A relação mais armas versus mais votos apareceu em sete de 10 estados<sup>118</sup> que deram mais apoio ao então presidente, candidato à reeleição: Rondônia (76,08% dos votos válidos),

<sup>118</sup> Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/100-das-secoes-totalizadas-confira-como-ficou-o-quadro-eleitoral-apos-o-2o-turno>. Acesso em: 13 mar. 2023.

Santa Catarina (69,27% dos votos válidos), Mato Grosso (65,08% dos votos válidos), Paraná (62,40%), Mato Grosso do Sul (59,49%), Distrito Federal (58,81%) e Goiás (58,71%).

Tal cenário eleitoral, mais do que revelar a geografia do sucesso do discurso armamentista, é um dos primeiros indícios<sup>119</sup> de que o então presidente pregou para convertidos. Por mais que os estados onde o político teve mais votos possam ser mais armamentistas – e, ao que tudo indica, são –, não é descabido pensar que o então candidato conseguisse mais votos mesmo que não tivesse estimulado a distribuição de armas.

Ainda, a partir do levantamento via LAI, 82,1% das armas adquiridas eram nacionais: Taurus/CBC (70,3% do total de armas adquiridas), Boito (5,1%), Rossi (4,4%) e Imbel (2,1%). O modelo de arma mais comprado foi a pistola 9mm, foram 231.404 (24%) das armas (24%), com preços que variavam de R\$ 4,5 mil a R\$ 15 mil, a depender da marca. A efeito de comparação, o clássico revólver .38 vendeu 107.300 (11%) unidades no período. Em relação à profissão, administradores eram os que mais tinham armas (13,6%), seguidos de comerciantes varejistas (7,5%) e produtores agropecuários (6,7%).

O alemão Norbert Elias (1897-1990) e o francês Pierre Bourdieu (1930-2002) tiveram 60 anos de coexistência e alguns pontos em comum, como por exemplo uma aproximação com o conceito de *habitus*, o saber social incorporado pelo indivíduo. A partir do diálogo entre Elias e Bourdieu é possível combinar a discussão teórica com dados sobre armamentos.

Na visão do sociólogo alemão, a estruturação do Estado europeu é fruto de uma união entre o soberano e a nobreza, que incorporam “hábitos civilizados”, contrários ao estilo de vida selvagem, no caso dos guerreiros. Mas para isso foi preciso instrumentalizar unidades de contenção, de controle. A partir de um resumo de ideias e todos os riscos incluídos na ação, o Estado passa a ter o monopólio da violência, justamente no momento de impor a “civilização”, e os antigos combatentes se transformam em cortesãos, sem contudo perder o “ethos guerreiro”.

O monopólio das armas e do poder militar passou de todo o estado nobre para as mãos de um único membro, o príncipe ou rei que, apoiado na renda tributária de toda a região, podia manter o maior exército. Por isso mesmo, a maior parte da nobreza mudou, de guerreiros ou cavaleiros relativamente

---

<sup>119</sup> Outros serão apresentados nos próximos capítulos, quando forem detalhadas as pesquisas eleitorais por gênero e religião; e a zero resistência da oposição ao governo Lula diante das mudanças nas regras de acesso a armas no início de 2023.

livres, para guerreiros ou oficiais assalariados a serviço do suserano (Elias, 1990, p.18).

O “ethos guerreiro”, que em determinado momento passa, a partir de Elias, a ser abordado como modelo Alba Zaluar, não deve ser totalmente aplicado ao cidadão brasileiro que se transformou em CAC. Zaluar se referia a adolescentes dos morros<sup>120</sup> cariocas envolvidos com o crime<sup>121</sup>. No caso dos quase meio milhão de homens que se armaram nos últimos anos no Brasil há a busca por referências militarizadas.

Tal comportamento, que antes poderia ser analisado como algo individualizado, teve o estímulo do Estado entre 2019 e 2022, transbordando em determinados grupos sociais. Os integrantes da caserna perceberam essa aproximação de apoiadores bolsonaristas com o “espírito militar”, ainda mais destacado pelo acesso às armas, e, de alguma maneira, se aproveitaram disso para ampliar a própria expectativa de poder.

Produto altamente rentável no mercado, a guerra também é sensacional. Ela consome armamento e tecnologia e vende cinema, novela, jornal, cultura para a massa. Imagens reais e fictícias. a guerra vende sensação. No fim, a guerra é do mesmo partido que a droga, o partido da sensação, ela promete o mesmo que a droga (Ramos, 2012, p. 20).

No Brasil, o espírito do militarismo se apropriou da violência simbólica (quando os fardados usam o capital para manter ou alterar a hierarquia de poder em determinado campo). O conceito de militarização como processo de interação de capital simbólico e cultural abordado por Bourdieu pode explicar o avanço do jogo de poder nos campos sociais e profissionais, considerando aqui as disputas em busca de honra, prestígio, status educacional e estilo de vida.

É importante aqui separar o militarismo do que Celso Castro chama de “espírito militar”. Integrante do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV, Castro trabalha com a ideia de instituição total, de Erving Goffman. Nessa ideia, os militares, fechados em escolas, recebem uma segunda pele, algo mais místico do que a própria farda. Mas isso também não vale para identificar o perfil do civil que compra armas.

---

<sup>120</sup> Não é o caso de se alongar no debate, mas vale o contraponto para Zaluar feito pela professora da UnB Beatriz Vargas Ramos. “Por que não discutir princípios de segurança em vez de alimentar o espetáculo produtor de ethos heroicos e guerreiros (...)? Não, isso não é um set de filmagem, isso é real (Ramos, 2012, p. 21).

<sup>121</sup> O “ethos da masculinidade” relacionado a armas voltou ao centro do debate no início de 2024. Uma das músicas mais ouvidas no aplicativo Spotify no Brasil foi “Baby eu tava na rua da Água”, um funk dos MCs TR e Menor do RV, de 13 anos. A letra cita a pistola *Glock* como um artefato fálico: “Baby, eu tava na Rua da Água/ de Glock, de radin/ cê me avistou do nada/ chegou com os papin/ achou que eu caio na lábia/ pediu pra sentar e sarrar na glockada.”

O maior diálogo seria, assim, com o conceito de militarismo na política, a partir da expansão de valores tradicionais ao meio militar, como cita Ana Penido.

Uma maneira de estudar os anos 2019-2022 é avaliar como tais valores militares – conservadores na essência – interferem nas políticas públicas, vide exemplo a gestão de um general em meio à pandemia<sup>122</sup>. Penido afirma que se estabelece um processo de militarização na sociedade. “Combinada com o elevado protagonismo militar em diferentes esferas com a promoção de valores, atitudes e marcos identitários, como centralização, uso de símbolos pátrios e da própria agressividade” (Penido, 2021, p. 7).

O que se pode referendar é que o ethos guerreiro dos CACs – ou melhor, o ethos do militarismo – transborda em determinados grupos sociais brasileiros a partir de filmes e da moda, em vestuários, acessórios, bens, serviços e jogos. Mesmo depois da redemocratização mais recente na história, os símbolos permaneceram.

A sociedade do que denominamos era moderna caracteriza-se, acima de tudo no Ocidente, por certo nível de monopolização. O livre emprego de armas militares é vedado ao indivíduo e reservado à autoridade central e de igual modo a tributação da propriedade ou renda de pessoas concentra-se nas suas mãos (Elias, 1990, p. 70).

Seguindo em Elias, é possível perceber que, com o poder centralizado, “ninguém podia mais usar armas, erigir fortificações ou recorrer à violência física de qualquer tipo sem permissão do governo central”. Avançando em uma das hipóteses para o caso brasileiro, é possível considerar que, ao liberar mais armas, militares poderiam estar abrindo mão do poder da força letal em troca do poder político. A realidade que se apresenta, entretanto, é que o Exército liberou mais armas, mas nem por isso pareceu ter perdido o controle, afinal tinha – e ainda tem – o poder de definir a demanda e a oferta, quando estabelece o poder sobre liberação de registros para CACs, armas e clubes de tiros. Os decretos e as portarias desmontaram o Estatuto do Desarmamento abrindo a possibilidade de o então presidente cumprir promessa de campanha e garantir às principais empresas brasileiras e estrangeiras a chance de atuarem sem amarras. Os militares sempre estiveram no jogo.

---

<sup>122</sup> O general Eduardo Pazuello foi ministro da Saúde de 1º de junho de 2021 a 7 de abril de 2022. Foi eleito deputado federal na última eleição pelo Rio de Janeiro.



## CAPÍTULO XI – Os senhores da morte<sup>123</sup> e o rompimento com a política

Filho de um general italiano, Piero Ruzzenenti desembarcou no Brasil em 1977. Tinha então 27 anos, alguma experiência militar – ele chegou ao posto de tenente-paraquedista – e o sonho de ganhar dinheiro com armamentos. Passados 47 anos, Ruzzenenti, ainda com forte sotaque natal, era um dos mais bem-sucedidos negociantes de armas do mundo. O ano: 2022. O homem que vive entre Roma e Rio de Janeiro foi o responsável por levar a Beretta, uma fábrica da Lombardia, fundada ainda em 1526, a vencer a maior licitação para a compra de 159.493 pistolas para forças brasileiras de segurança. A venda, confirmada em 2020, rendeu 40 milhões de euros – cerca de R\$ 238 milhões.

Durante o período desta investigação, desde a elaboração do projeto até a edição final do texto, foram identificadas 16 empresas de armas que, em menor ou maior escala, atuam ou atuaram no Brasil. A pesquisa envolveu processos licitatórios de órgãos federais e estaduais, apreensões de armas pelas polícias Civil e Federal e entrevistas com integrantes de forças de segurança e com empresários. Dessas companhias – duas delas, nacionais –, pelo menos 10 tinham ou têm representantes legais em território nacional. A conta é um tanto fluida, pois os lobistas mudam constantemente de companhia, a depender de uma série de circunstâncias, incluindo a própria disposição das fábricas em se manterem no mercado brasileiro.

Ao longo dos últimos dois anos, este autor entrevistou os principais lobistas de um negócio que triplicou a cada ano, especialmente no quadriênio 2019/2022, quando houve uma parceria não oficializada mas incisiva entre indústria e governo federal. Parte desses lobistas saiu das quartéis e das delegacias. E, dentro das corporações, esses personagens são conhecidos como mercadores da morte, uma alcunha dada pelos próprios companheiros de terno e de farda.

Na lista das empresas identificadas nas informações da LAI e dos contratos de licitação de venda de armas de 2019 a 2021 (**Tabela 18**), apareciam as nacionais Taurus, Boito, Rossi e Imbel, estatal vinculada ao Ministério da Defesa brasileiro. Entre as multinacionais, além da Beretta, estavam a *Israel Weapon Industries* (IWI), de Israel; a *Smith & Wesson*, a *Springfield Armory* e a *Strategic Armory Corps LLC*, dos EUA; a *Sig Sauer*, da

---

<sup>123</sup> Aqui há uma referência cruzada entre os nomes do filme *O senhor das armas* (2005), que tem como protagonista Nicolas Cage, e o texto “Os mercadores da morte”, elaborado por este autor durante uma pesquisa na FGV entre os meses de abril de 2016 e novembro de 2018. O que liga as duas narrativas é a forte presença de militares e policiais atuando no mercado de armas, seja de forma oculta, seja de maneira pública, como alguns que se expõem neste trabalho.

Alemanha; a *CZ*, da República Checa; a *Glock*, da Áustria; a *Canik* e a *Kale Kalip Makina*, da Turquia; a *Arex Defense*, da Eslovênia; e a *FN Herstal*, da Bélgica.

Tabela 18 - Armas vendidas por marca de 2019 a 2021 no Brasil

<b>Empresa</b>	<b>Quantidade</b>
Taurus	1.282.669
Beretta	161.424
Glock	100.024
Boito	52.190
Rossi	51.550
Imbel	50.032
CZ	13.559
SIG Sauer	7.628
Smith & Wesson	3.051
Strategic	1.983
FN Herstal	1.424
IWI	1.055
Arex	846
Kale Kalip	198
Springfield	93
Canik	9

Fonte: Elaboração própria com respostas obtidas por meio da LAI no Exército e na Polícia Federal

O trabalho do italiano Ruzzenenti no Brasil começou com uma associação a um general brasileiro ainda no final dos anos 1970. A relação de militares e policiais com os lobistas de armas é tão antiga quanto a DFPC, criada nos anos de 1930. O órgão do Exército é

o responsável por liberar autorizações para armas, munições, clubes de tiros e dos CACs. Na prática, os militares controlam a demanda e a oferta. Além disso, quando na reserva, parte deles – e também dos policiais – passa a atuar como lobistas das empresas. Esse grupo vê com naturalidade que representantes das empresas sejam originários das forças de segurança. É caso de Ubirajara Rosses<sup>124</sup>, que prestou consultoria para a Kale Kalip, uma fabricante de fuzis com sede na Turquia. O comerciante é militar da reserva da PM do Amazonas. A entrada da empresa no mercado brasileiro se deu pela venda de 248 armas – entre carabinas 5.56 e fuzis 7.62 – para a Polícia Militar do Distrito Federal, no início de 2020. O valor: R\$ 2,5 milhões.

Um dos pontos em comum entre comerciantes de armas era a defesa do então governo. Para Salesio Nuhs, presidente da brasileira Taurus, o tema da liberação das armas apareceu na própria campanha de 2018. Segundo o lobista, a população começou a entender que tinha o direito de comprar armas, mas os órgãos estatais (Exército e Polícia Federal) dificultavam ao máximo a compra. Salesio acreditava que Bolsonaro passou a devolver ao cidadão o direito à legítima defesa. A Taurus vende sete em cada grupo de 10 armas compradas por civis no país.

A chegada do capitão reformado ao poder trouxe o temor para as fábricas nacionais de que a indústria estrangeira engoliria o mercado por causa da suspensão de regras de monopólio, que favoreceu a Taurus durante as últimas duas décadas. Um decreto de 2000 proibia a importação de armamentos estrangeiros na hipótese de haver similar nacional, com desconfianças de interferência da própria empresa – a título de nota, a Taurus (e a CBC, que é a controladora) atuou solitária no lobby neste período, inclusive financiando campanhas de políticos. Além disso, as taxas de importação elevavam os preços das armas nacionais. Decretos federais, entretanto, quebraram tais restrições.

Se as empresas estrangeiras conseguiram avançar no mercado, os negócios aumentaram tanto que a Taurus foi no embalo. E disparou – sem trocadilhos – de 2019 para 2021. Se nos primeiros 12 meses do governo do capitão reformado foram vendidas 221.051 armas no mercado civil, em 2021 os números chegaram a 766 mil, segundo soma dos sistemas de controle da Polícia Federal e do Exército. Com tamanho crescimento, a empresa despejou no mercado nacional 22% da produção no período, contra 10% de anos anteriores.

A produção chegou a 9,6 mil armas/dia em 2021. A comemoração na época contrastava com o ano de 2014, quando começaram a vir à tona falhas em modelos de

---

<sup>124</sup> As entrevistas foram dadas a este autor em janeiro de 2021. Cf. Os senhores das armas no Brasil. SBT News, 12 fev. 2022. Disponível em: <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/brasil/196852-os-senhores-das-armas-no-brasil>

pistolas, que apresentavam problemas no gatilho, capazes de serem acionados com simples movimentos. Os fabricantes estrangeiros, como a austríaca *Glock*, aproveitaram a oportunidade e conseguiram autorização para participar de licitações de forças policiais e militares.

As empresas estrangeiras atuam no Brasil a partir de três estratégias próprias, segundo identificação deste autor:

- Venda para o mercado civil em lojas e importações diretas;
- Participação de pregões oferecidos por forças de segurança do Estado;
- Uma combinação entre os dois primeiros pontos.

A *Glock*, por exemplo, tem dupla atuação, mas o filão está nas licitações vencidas desde 2003. Na época, o Exército concedeu a licença à empresa austríaca comercializar produtos com o argumento de que uma pistola que seria usada pela Polícia Federal não tinha similar no Brasil. Nos outros certames, a partir daquele ano, as alegações foram problemas técnicos apresentados nos produtos da Taurus.

A onipresença da *Glock* nos pregões públicos foi interrompida poucas vezes, em uma delas justamente na licitação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) em que a Beretta levou a melhor. Representantes de empresas nacionais e estrangeiras acusavam a fábrica austríaca de usar um artifício para conseguir preços mais baixos a partir de uma representação no Uruguai, que diminuiria custos tributários na importação dos armamentos.

Ruzzenenti, da *Beretta*, chegou a acusar a austríaca de usar uma empresa situada no Uruguai, a *Glock América*, para vender armas no Brasil. Segundo ele, os editais brasileiros estabelecem que o vendedor tem que ser produtor da arma, e que a subcontratação é proibida. Com isso haveria uma quebra de contrato e uma carga menor de impostos. Há uma infinidade de guerras judiciais entre as empresas, em quase todos os pregões, como por exemplo um aberto para compra de armamentos para as polícias Militar e Civil de São Paulo.

O general de divisão Aderico Mattioli, na época que concedeu entrevista a este autor era diretor-presidente da Imbel<sup>125</sup> – uma estatal brasileira –, reclamou da falta de isonomia tributária entre as empresas nacionais e estrangeiras, e citou a *Glock* diretamente. "Armas entram no Brasil com desoneração de impostos federais e, em alguns casos, dos estaduais", afirmou Mattioli. A entrevista com o general foi feita por e-mail. "Já os fabricantes nacionais

---

<sup>125</sup> No momento da entrevista, em janeiro de 2022, Mattioli era presidente da empresa. Foi substituído quatro meses depois.

terão que recolher os impostos, fazendo com que o produto estrangeiro tenha considerável vantagem competitiva, pela ausência ou redução expressiva da carga tributária. Exemplo: pistolas *Glock* adquiridas pela Polícia Militar de São Paulo e por outras corporações."

A Imbel foi criada ainda em 1808 e hoje tem sede em Brasília e fábricas em Piquete (SP), Rio de Janeiro, Magé (RJ), Juiz de Fora (MG) e Itajubá (MG). Mais discreta e sob a sombra da letargia estatal, a companhia também cresceu na gestão de Bolsonaro. Nos registros da Polícia Federal, a Imbel comercializou 18.368 armas de 2019 a 2021. E conseguiu manter os números de venda entre caçadores, atiradores e colecionadores, fechando o ano de 2021 com 12.453 pistolas, carabinas e fuzis vendidos para esse grupo.

A *Glock* é representada no Brasil por Franco Giaffone, um empresário aficionado por corrida de carros. A empresa tem defendido em fóruns competentes que atende na integralidade as legislações do Brasil, do Uruguai e da Áustria. Apesar de várias tentativas de contato, Giaffone se recusou a dar entrevista a este autor.

Um dos comerciantes mais experientes no comércio de armas no Brasil é Luiz Antônio Horta, que foi presidente da *Glock* e representante da CBC e da *Taurus*, e, em 2022, chefiava o escritório brasileiro da Springfield Armory, uma empresa norte-americana criada em 1794. Com um número de armas pequeno vendido no Brasil, Horta acreditava na expansão do mercado com o então favoritismo de Bolsonaro.

Ex-atirador esportivo, ele foi o responsável pelo início da quebra de monopólio nos anos 2000, quando trabalhava na *Glock*, a partir das licitações abertas pelas polícias estaduais. A estratégia do lobby era emular grupos de estudos e trabalhos dentro das próprias polícias. Horta contou que desde 2004 levava policiais militares paulistas para conhecer fábricas no exterior. A estratégia dos convites para viagens internacionais é uma prática manjada entre os lobistas mas pouco ou nada regulada no serviço público. Este autor pediu ao Exército e à Polícia Federal a relação de viagens autorizadas de servidores entre 2012 e 2022.

No caso do Exército, a Força respondeu:

Prezado senhor, ao cumprimentá-lo, o Serviço de Informações ao Cidadão do Exército (SIC-EB) acusa o recebimento do pedido registrado com o protocolo nº 60143.004838/2023-74. O Departamento de Ciência e Tecnologia informou que o número de servidores do Sistema de Ciência e Tecnologia que nos últimos 10 anos participaram de eventos relacionados à indústria de defesa foram: ANO 2017: 8 militares participaram da LAAD - Defense and Security, na cidade do Rio; ANO 2019: 1 militar participou da LAAD - Defense and Security, na cidade do Rio de Janeiro; ANO 2023: 5 militares participaram da LAAD - Defense and Security, na cidade do Rio.<sup>126</sup>

---

<sup>126</sup> Dados obtidos por email a partir de pedido ao Serviço de Informações ao Cidadão do Exército, 2023

A Polícia Federal, por sua vez, disse que tal demanda não poderia ser respondida:

Em atenção ao pedido de acesso à informação registrado na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação-Fala.BR sob o nº 08198.033560/2023-97, informamos que a Polícia Federal não mantém controle ou registro consolidado das informações solicitadas, o que impossibilita o seu atendimento, nos termos dos incisos II (pedido desproporcional) e III (exigência de trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações) do Art. 13 do Decreto 7724/2012.<sup>127</sup>

Dada a carência de informações do Exército em outras demandas – provocada por também por falta de atuação mais contundente da Controladoria Geral da União (CGU) na cobrança de transparência–, a presença de apenas oito militares em eventos de armas é no mínimo questionável. A resposta da Polícia Federal é ainda mais desanimadora. Os policiais dizem não ter controle ou registro dos dados e alegam que a resposta é impossível, a partir da alegação de que o pedido é desproporcional e demandaria serviços adicionais

De volta ao comerciante Horta, uma das críticas mencionadas é a não vinculação a uma só empresa. Ele também critica representantes que não são vinculados a uma só empresa. "No mercado, esse cara é um multi-pirata, trabalha para diversas marcas. Porque para ele só vale vender o produto e ganhar a comissão dele".<sup>128</sup>

Os representantes das empresas – com exceção de Piero, da *Baretta* – defendiam abertamente a reeleição do chefe do Executivo como forma de crescimento do mercado. "Sem dúvida uma derrota do atual presidente vai frear os investimentos das companhias, incluindo a Taurus. Isso sem falar na demanda dos CACs, incluindo os empresários dos clubes de tiros. Todo esse mercado vai perder", disse Horta a este autor em janeiro de 2022<sup>129</sup>.

Ubirajara Rosses, da *Kale Kalip*, que fez campanha para Bolsonaro em 2018 e se candidatou ao cargo de vereador de Manaus em 2020, previa uma queda no mercado. "Existem grupos que querem o retrocesso, a volta do monopólio. Com a liberação das armas, abre-se possibilidades para vendas de acessórios e equipamentos"<sup>130</sup>. O general Mattioli, da Imbel, concordou que os anos bolsonaristas foram positivos para a indústria de armamentos:

<sup>127</sup> Dados obtidos por email pela Divisão de Informação ao Cidadão/Polícia Federal, 2023.

<sup>128</sup> CAVALCANTI, L; BASTOS, F; VINHAL, G; CAPPI, L. Os senhores das armas no Brasil. SBT News, 12 fev. 2022. Disponível em: <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/brasil/196852-os-senhores-das-armas-no-brasil>. Acesso em: 10 fev. 2023,

<sup>129</sup> Ibid.

<sup>130</sup> Ibid.

"Há um ambiente favorável para a consolidação e desenvolvimento do mercado, com reflexos positivos no Brasil"<sup>131</sup>. Ruzzenenti, da Beretta, afirmou que, para ele, pouco importava quem iria ganhar a eleição. "O governo facilitou a compra de armas, mas para mim é indiferente porque eu não participo desse mercado privado"<sup>132</sup>, disse o italiano, que só disputa concorrências abertas para compra de armas por forças policiais ou militares. "Os maiores programas militares foram iniciados no primeiro governo Lula", afirmou Ruzzenenti.

Todo esse mercado é – ou deveria ser – controlado pela Polícia Federal e pelo Exército, que, se em última análise deixa abertas as portas para o livre e irrestrito comércio, também atua diretamente no negócio. Parte dos representantes de empresas tem formação ou origem nas forças de segurança. O leque de atividades inclui o lobby de armas e a participação societária em clubes de tiros, além de treinamentos.

Desde 2017, a relação entre lobistas de armas e militares e policiais brasileiros se ampliou a partir do número da comercialização de armamentos e munições, sem qualquer regulação mais efetiva ou mesmo parâmetros mínimos para atuação dos servidores, seja determinações de mandatos e quarentenas para a atuação na DFPC ou na DARM. A ausência de tais elementos provoca a facilitação de acesso a militares recém-aposentados e contratados por empresas de armamentos ao bunker da DFPC. A porta giratória<sup>133</sup> aqui não tem qualquer trava para representantes do mercado.

Anitua fala de “interessantes transbordamentos” entre o político e público. “Quanto pior parecia estar a questão de segurança, melhor ficava a situação de empresas que ofereciam serviços desse tipo aos políticos que exigiam ‘mão de ferro’. O ‘medo parecia ser, outra vez, um bom negócio” (Anitua, 2006, p. 774). Tal “retirada” para as empresas privadas de um bem público, no caso a segurança, estabeleceu um paradigma:

E com essa despreocupação, e negação da culpa, apareceria a imposição da culpabilidades e de censuras a ‘outros’ o que, por sua vez, serviria igualmente de caldo de cultura para essas políticas insaciáveis de ‘mão de ferro’ em matéria penal e também para o surgimento do racismo e da xenofobia ( Anitua, 2006, p.774).

Anitua também se vale de um filme, *Tiros em Columbine* (2002), de Michael Moore, a falta de controle do comércio de armas:

---

<sup>131</sup> Ibid.

<sup>132</sup> Ibid.

<sup>133</sup> A expressão "porta giratória" (revolving door) é usada para descrever situações em que políticos ou servidores públicos assumem postos como lobistas ou consultores na área de sua atividade anterior no serviço público. Disponível em: [http://cetab.ensp.fiocruz.br/index.php/Porta\\_Girat%C3%B3ria](http://cetab.ensp.fiocruz.br/index.php/Porta_Girat%C3%B3ria). Acesso em: 7 ago. 2023.

No entanto, ainda que tudo se assemelhasse a um círculo em que alguém tivesse o controle – previsivelmente os geradores de medos e os ‘vendedores’ de seus remédios –, o medo e a ‘associalidade’ derivariam numa espiral de violência que, não casualmente, provocaria mortes ‘inexplicáveis com armas de fogo em diferentes escolas ou outros locais públicos ( Anita, 2006, p. 774) .

O que se estabelece é que o comércio de armas “em busca de inimigos” nunca foi algo novo nos Estados Unidos. No Brasil, entretanto, o fenômeno ganhou forma a partir de 2019. O incentivo para as pessoas se armarem vem de uma percepção segundo a qual cada um deve tomar conta da própria segurança. Isso significaria, em última análise, que o Estado contemporâneo está mesmo perdendo o monopólio da violência física legítima e não responderá mais pela segurança pública?

Trata-se de uma pergunta incômoda e que pode justamente ser o efeito mais desastroso do modelo econômico neoliberal que os armamentistas defendem, centrado numa política de privatizações. É isso que acontece quando esse modelo vai para a segurança pública. Basta olhar os movimentos da indústria da vigilância, de um lado, e a ação de uma máfia das armas do outro. São várias indústrias se afirmando: bancos e financeiras com o endividamento da população pobre negra (Wang, 2022), empresas de tecnologia e comunicações na vigilância (panóptico e sinóptico) e o mercado de armas e munições de novo, repaginado.

No momento em que o estado não quer mais fazer segurança pública, não quer mais administrar prisões, só resta o Poder Judiciário como garantidor, e não por acaso tem vivido sob ataques. Por mais difícil que seja identificar os mercadores da morte em atuação no Brasil e no mundo, há uma imensidão deles atuando no comércio de armamentos de armas leves e pesadas, com maior e menor grau de sofisticação tecnológica.

Uessler listou os principais negociadores do setor que estavam em atuação na primeira década dos anos 2000. “No universo bélico privado, os comerciantes de armas ocupam uma posição importante. Sem a sua atividade, as guerras seriam muito difíceis de serem conduzidas” (Uessler, 2008, p. 27). E o controle estatal, apesar de ser estabelecido logo depois da Segunda Guerra Mundial, ficou no papel. E, pior, perdeu o controle.



## CAPÍTULO XII – A calibragem dos discursos, a defesa pessoal e a “liberdade”

Por mais que Bolsonaro possa ter desempenhado um mesmo papel<sup>134</sup> ao longo dos anos no Congresso e no Palácio do Planalto, o discurso de acesso a armas mudou – ou pelo menos foi recalibrado – quando ele recebeu a faixa presidencial. Não que a falsa ideia sobre a eficiência de armamentos na defesa pessoal tenha sido totalmente abandonada no governo, mas, a partir dos primeiros meses de 2019, o político começou a emular “direitos e garantias de liberdade” previstos na Constituição<sup>135</sup> dos Estados Unidos para justificar a compra de pistolas, revólveres e fuzis. E, com o poder instituído como presidente, conseguiu mudar de maneira efetiva a política de armas.

O discurso uniu uma série de grupos de apoiadores – de áreas rurais a grandes cidades –, mas atingiu de maneira mais efetiva integrantes do agronegócio. Duas das declarações do então presidente servem como exemplo. A primeira é de 27 de agosto de 2021, quando o então presidente, durante conversa com os correligionários, no “cercadinho” do Palácio da Alvorada, afirmou que "tem que todo mundo comprar fuzil".

Ao ser questionado sobre “novidades” em relação aos CACs, o então presidente afirmou que fez tudo o que pôde por decreto ou portaria. "O CAC que é fazendeiro pode comprar um fuzil 7.62. Tem que todo mundo comprar fuzil, povo armado jamais será escravizado. O idiota lá quer comprar feijão, cara, não quer comprar fuzil não enche o saco de quem quer comprar", disse.

O fuzil semi-automático calibre 7.62 é uma arma com impacto superior a pelo menos cinco vezes a de um revólver .38. Criado por um empresa belga na década de 1950, trata-se de um armamento desenvolvido para campos de guerra, usado por soldados treinados, mas que passou a ser autorizado pelo Exército para os CACs a partir de novembro de 2019. No momento das declarações a arma seguia como sendo de uso restrito para quem buscasse a autorização pela Polícia Federal. Como os CACs passaram a ter acesso a esse tipo de armamento, eles tinham o direito de comprar não apenas um, mas até cinco fuzis.

Já naquela época era possível constatar o efeito das liberações de armas. De de 2019 a agosto de 2021, decretos do governo federal concederam o acesso a pelo menos 45 mil armas

---

<sup>134</sup> Se há algo que o eleitorado de Bolsonaro na eleição de 2018 não pode alegar é que foi surpreendido pelo tom ou mesmo teor dos discursos. Bolsonaro-deputado e Bolsonaro-presidente mudaram pouco ao cruzar os cerca de 300m que separam o Congresso do Palácio do Planalto. É possível pensar até mesmo que como presidente o político nunca deixou de ser deputado.

<sup>135</sup> A Segunda Emenda à Constituição dos EUA estabelece o direito da população à legítima defesa, a partir das armas. O texto é de 1791 e faz parte do conjunto de emendas constitucionais da Carta dos Direitos dos Estados Unidos.

pesadas, que, antes das regras, eram de uso exclusivo de forças policiais. Levantamento (Tabela 19) a partir de dados dos sistemas de armamentos da Polícia Federal e do Exército revelou que fuzis semi-automáticos exclusivos de exércitos russos e israelenses, rifles de precisão e pistolas de calibre mais pesado como a .45 foram compradas por civis com base nas resoluções editadas. A distribuição mudou a dinâmica das apreensões dos armamentos, como pôde ser visto nos capítulos anteriores.

Tabela 19 - Perfil das armas pesadas autorizadas para compra entre mai.2019 a ago.2021

<b>Tipo de arma</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço (em US\$)</b>
Carabina .357 mag	15.533	de 700 a 1.500
Fuzil 9x19mm	13.666	de 700 a 2.800
Metralhadora .40	9.644	de 1.500 a 2.300
Fuzil 5.56x45mm	3.677	de 2.100 a 2.700
Rifle 308 Winchester	2.263	de 3.000 a 3.700
Pistola .45	1.099	de 1.300 a 1.750
Fuzil 223rem	321	de 2.000 a 2.600
Fuzil 7.62x51mm nato	294	de 3.000 a 3.700
Revólver .44	37	de 1.300 a 1.750
Fuzil 7.62x39mm	33	de 3.000 a 4.000
Rifle 222rem	13	de 2.000 a 2.600
Carabina .30	7	de 1.800 a 2.400

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Exército e da Polícia Federal obtidos por meio da LAI. Preços: anúncios de vendedores

A segunda declaração foi dada em 10 de agosto de 2022, durante encontro promovido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Na época, o chefe do Executivo já havia sido oficializado candidato à reeleição pelo Partido Liberal (PL). Em campanha aberta, portanto, o então presidente defendeu os decretos que ampliaram o porte de armas a todo o perímetro da propriedade rural e implodiram com a “burocracia” – leia-se

maior controle – para os registros dos CACS. Era um discurso para ruralistas, mas que também apontava para uma ponte com os evangélicos, o grupo religioso com mais fidelidade eleitoral ao então presidente, mas que se fragmentou na questão das armas<sup>136</sup>. No evento da CNA<sup>137</sup>, o candidato à reeleição mistura, para uma plateia de ruralistas, religião e defesa do livre comércio das armas. Aqui, de maneira pontual, a narrativa estava consolidada entre “independência” e proteção individual.

Povo armado jamais será escravizado, comprem suas armas. Isso também está na bíblia, lá no ‘Pedrão’. Vendam suas capas e comprem espadas. Nós não somos cordeiros, não queremos ser lobos também, mas jamais seremos cordeiros de dois ou três. Vamos dizer que a nossa liberdade é sagrada e não tem limite. (Bolsonaro, 2022)<sup>138</sup>

Em retrospectiva, a partir das declarações no plenário da Câmara, onde o político passou 28 anos, é possível marcar a relação do político com os armamentos. Uma pesquisa feita por este autor nos discursos do então deputado a partir de 1999 mostra o argumento da defesa pessoal<sup>139</sup>. De maneira geral, o argumento foi o de que a arma protege o “cidadão de bem” contra o crime. Em meio aos pronunciamentos, ele buscava, quase como um lobista, agradar uma base eleitoral, formada na época por policiais e militares. Estridente nas

<sup>136</sup> Pesquisas de opinião no início do governo mostravam maior repúdio de evangélicos às armas. Ver <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/rejeicao-porte-de-armas-defendido-por-bolsonaro-maior-entre-evangelicos-23802031>. A rejeição desse eleitorado ao PT ao longo dos últimos anos no Brasil, entretanto, tornou difusa qualquer tentativa de análise sobre a relação armamento/religião. Mas é possível dizer que Bolsonaro sabia da dificuldade de ganhar corações e mentes de evangélicos.

<sup>137</sup> Cf. reportagem em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/08/5028253-bolsonaro-a-produtores-rurais-comprem-suas-armas-esta-na-biblia.html>. Disponível em: 20 mai. 2023.

<sup>138</sup> Bolsonaro aqui faz uma referência a São Pedro. A frase está no Evangelho de Lucas, a partir de uma orientação dada por Jesus aos discípulos. “Então lhes disse: Agora, porém, o que tem bolsa, tome-a, como também o alforje; e o que não tem dinheiro, venda a sua capa e compre espada.” (Lucas 22:36). O trecho tem várias interpretações, inclusive pode até mesmo ser considerado contraditório se comparado a outros escritos, como um em que Pedro é repreendido pelo próprio Jesus. “Embainha a tua espada; pois todos os que tomam a espada, morrerão à espada” (Mateus 26:52). Cf. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/08/5028253-bolsonaro-a-produtores-rurais-comprem-suas-armas-esta-na-biblia.html>. Acesso em: 20 mai. 2023.

<sup>139</sup> É preciso um alerta aqui: não existe a pretensão de invadir um campo próprio e com autores consagrados na análise do discurso, mas é impossível avaliar o impacto da política de armas na segurança pública sem apresentar a forma de implementação dessa ação, que passa em vários momentos pela tentativa de convencimento da população/eleitorado. Os discursos aqui apresentados se referem aos feitos em plenário, conforme mostra o link abaixo disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=bolsonaro&txPartido=&txUF=RJ&dtInicio=01%2F01%2F1991&dtFim=01%2F01%2F2019&txTexto=&txSumario=arma&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar#>. Acesso em: 10 jun. 2023.

declarações na tribuna, ainda estava em busca de visibilidade eleitoral no início dos anos 1990, algo que só conseguiu quase 30 anos depois.

Os indivíduos que agem dentro do campo político dependem crucialmente do poder simbólico para persuadir e influenciar outros e para articular o curso dos acontecimentos (...). E sua capacidade para exercer poder simbólico depende do prestígio acumulado, sua reputação e respeito (Thompson, 1988, p. 136).

Ainda sem as redes sociais e os programas populares de TV que impulsionaram a própria visibilidade a partir de 2013<sup>140</sup>, Bolsonaro era um político sem força para além da base eleitoral no Rio de Janeiro. Era evitado pelos repórteres e editores de jornais impressos, que o viam como alguém folclórico, distante de um debate mais “sério” sobre questões nacionais. Até meados de 2018, parte da imprensa chegou mesmo a acreditar que evitá-lo seria a melhor maneira de não estimular políticos da extrema direita. O parlamentar, entretanto, cresceu em pesquisas nacionais independentemente do tratamento recebido, apoiando-se em parte no conservadorismo enraizado e em parte no descrédito do eleitor com a política.<sup>141</sup>

Thompson trabalha com o conceito de visibilidade para explicar como escândalos são tratados pela mídia<sup>142</sup>. Quanto mais visível um político, mais chances de o escândalo se transformar em algo maior: “Algumas pessoas em virtude de suas posições, realizações ou responsabilidades são muito mais visíveis que outras” (Thompson, 1988, p.42). É possível por sua vez pensar em um conceito mais amplo a partir da atenção dada pela mídia a determinados personagens, que, com isso, têm mais chances de entrar no debate público como fontes de informação. Isso não ocorreu enquanto o capitão reformado era deputado.

Mesmo nos temas de segurança pública, Bolsonaro foi pouco ou nada solicitado para dar entrevistas, era uma espécie de parlamentar fantasma na arena política formal. O poder de um congressista está ligado também aos cargos ocupados no Legislativo, o que Thompson se refere a “posições, realizações ou responsabilidades”. Enquanto deputado, o futuro presidente

---

<sup>140</sup> Um ano crucial para a mudança na forma de fazer política no Brasil para parte dos políticos, que começaram a ver nas próprias redes a chance de furar o bloqueio nos debates nacionais de alguma maneira até então ditado também pelas redações.

<sup>141</sup> CAVALCANTI, Leonardo. Precisamos falar sobre Bolsonaro. Correio Braziliense, 27 mai. 2018. Disponível em: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/vicente/coluna-no-correio-precisamos-falar-sobre-bolsonaro/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

<sup>142</sup> “Do mesmo modo que algumas normas são mais sensíveis ao escândalo que outras, assim também algumas pessoas têm mais probabilidade de serem confrontadas pelo escândalo. Todos os cidadãos podem ser iguais diante da lei, mas nem todos os transgressores são iguais no tribunal do escândalo” (Thompson, 1998, p. 42).

não tinha assumido postos na burocracia legislativa e ficou distante de qualquer lista dos mais influentes do Congresso feitos por consultorias.<sup>143</sup>

No início dos anos 2000, ele se empenhou, na tribuna, em debater o Estatuto do Desarmamento. O texto, ao passar pelo Senado, chegou à Câmara em 2003. Em 14 de agosto daquele ano, por exemplo, ele se disse contra a aprovação de projeto de lei sobre proibição do porte e comercialização de “armamentos pela população civil”.

Quatorze dias depois, parabenizou o filho Flávio Bolsonaro, então deputado estadual, por ter obtido uma liminar contra a aprovação de um projeto de lei sobre reajuste do “imposto incidente sobre armas de fogo”. Uma pequena variação sobre o mesmo tema. As críticas ao Estatuto do Desarmamento seguiram nos pequenos expedientes, um espaço menor dentro do Legislativo, em que os parlamentares fazem breves comunicações.

O alvo principal naquela época era o relator do Estatuto do Desarmamento, Luiz Eduardo Greenhalgh, então deputado petista e advogado, com uma atuação mais ligada aos direitos humanos. Um dos motes dos embates era a licença de uso de armas por policiais e militares aposentados. O futuro presidente do Brasil já se utilizava da separação entre honrados e os desonrados, destrinchada por Anitua e estabelecida nos discursos de políticos conservadores, sobre quem deveria ter acesso a armamentos.

Sou favorável ao desarmamento do marginal, e não do homem de bem. Mentem aqueles (...) que dizem que o cidadão não será privado de ter arma dentro de casa, pois a quantidade de documentos exigidos para tê-la, bem como as pesadas taxas, fará com que só os mais abastados possam ter arma na residência. O restante do povo se comportará como cordeiro no pasto, à espera do lobo, torcendo para que ele não o escolha. Vale lembrar que Hitler desarmou o seu povo, e as consequências nós conhecemos. O povo brasileiro tem de se lembrar que o exército do PT não é nosso Exército verde-oliva, mas o MST. O Exército verde-oliva foi completamente desarmado. (Bolsonaro, 2003)<sup>144</sup>

---

<sup>143</sup> Uma das listas dos 100 congressistas mais influentes é feita anualmente, e desde 1994, pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). Bolsonaro nunca figurou no estudo.

<sup>144</sup> Ver discurso em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD24OUT2003.pdf#page=105>

### CAPÍTULO XIII – O esteio para as forças de segurança e o baixo orçamento

No Congresso, Bolsonaro começou a servir de esteio para o lobby de forças militares e de segurança, seja por reajuste de salário, benefícios ou mesmo supostas melhorias nos armamentos. Em março de 2005, o parlamentar – que na época estava filiado ao antigo PFL, mas em vias de se mudar para o PP – fez lobby para a adoção da pistola .40 pelas polícias. Na época, integrantes de forças de segurança acreditavam que o armamento seria mais eficaz para conter “criminosos fortemente armados” por causa do grau de letalidade dos tiros disparados pela arma, quase sem chances de sobrevivência para os alvos. No trecho do discurso, voltou a elogiar o filho Flávio, que havia se encontrado com o comandante do Exército.

O deputado Flávio Bolsonaro foi levar ao conhecimento do Comandante do Exército a liberação da .40 aos policiais militares e civis. É uma arma que impõe respeito no combate à criminalidade. O Comandante deu sinais mais do que claros de que, se Deus quiser, liberará a aquisição. (Bolsonaro, 2005)<sup>145</sup>

O deputado fazia uma relação entre mortes de policiais e “equipamentos” precários das forças de segurança. Parte do arsenal das polícias nos estados vinha de apreensões de armas de criminosos. Assim, as forças de segurança trabalhavam com vários modelos de armas, dificultando a manutenção e mesmo o treinamento. Ainda naquela década, os policiais militares e civis conseguiram a autorização do Exército para usar as pistolas .40. Com o passar dos anos, abandonaram pouco a pouco abandonando as pistolas que se mostraram inadequadas ao trabalho cotidiano por causa do forte impacto do chamado coice<sup>146</sup> recebido pelo atirador, o que dificultava a eficiência dos disparos seguintes.

Aqui o ponto mais crítico: a chance de “balas perdidas” – uma espécie de epidemia principalmente no Rio de Janeiro<sup>147</sup> aumentava consideravelmente. Tudo se tornava mais dramático com o grau de letalidade da arma. De acordo com dados oficiais, contabilizados de 2006 a 2013, quase 1,4 mil pessoas não diretamente envolvidas nos conflitos acabaram baleadas em todo o estado, com 103 mortes. Em 2013, ano do último levantamento realizado

---

<sup>145</sup> Ver discurso em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020150709001150000.PDF#page=43>.

<sup>146</sup> É um termo popular utilizado no Brasil para designar o recuo de uma arma depois de a bala ser disparada.

<sup>147</sup> Dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) de 2006 a 2013 mostram que mais de 1,3 mil pessoas foram atingidas por “balas perdidas” no Rio – ao todo, foram 103 mortes. O problema permanece. Levantamento do Instituto Fogo Cruzado mostrou uma alta de 75% nos registros de bala perdida na Região Metropolitana do Rio, nos quatro primeiros meses de 2023 em relação ao mesmo período do ano anterior – 47 pessoas foram feridas e 23 mortas.

pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), foram registrados 120 casos, com nove mortes. Em relação ao primeiro levantamento, realizado em 2006, que contabilizou 224 casos, sendo 19 fatais, percebe-se uma redução significativa do número de vítimas, influenciada pela primeira fase da política de pacificação de comunidades dominadas pelo tráfico.

Um aspecto a ser considerado entre os anos de Bolsonaro/deputado e Bolsonaro/presidente é o orçamento para a segurança. Até o início dos anos 2000 havia baixo investimento nas polícias. Um ano antes do início do primeiro governo Lula, em 2002, por exemplo, o dinheiro do Ministério da Justiça para rubricas como aparelhamento das polícias estaduais havia sido 33% menor do que o previsto no Orçamento da União de 2001. Um incremento para além da inflação só ocorreu de 2003 a 2009, segundo o 4º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública<sup>148</sup>, mesmo assim sem reflexos diretos nas quedas dos índices de criminalidade, puxados, a partir de análises da época, pelo tráfico de drogas<sup>149</sup>. Para efeito de comparação, no período 2019-2022, gastos com segurança não tiveram incremento<sup>150</sup>.

O discurso do senso comum, do bandido fortemente armado contra policiais desprotegidos voltou a ser apresentado pela bancada da bala. E atingiu dois públicos: os integrantes das forças de segurança, que queriam mais poder de fogo, e o “cidadão de bem”, que buscava na suposta ineficiência da polícia o argumento para se armar. A contradição nunca o preocupou. Mais armas em circulação sempre foi um problema para os policiais que atuam na ponta das políticas de segurança.

Ainda no Congresso, ele avançou sobre pautas que agradavam ruralistas ao criticar o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Em julho de 2005, o então deputado, ao atacar a urgência da votação do Estatuto do Desarmamento, disse que o MST é o “verdadeiro Exército” do PT. “Eles estão melhor armados do que os militares das Forças Armadas. Isso facilitará a invasão no campo. Estão fazendo o jogo do ‘MSTeto’, que facilitará a invasão da área urbana em nosso país.” (Bolsonaro, 2005)

E aparece mais uma vez a relação da arma como uma maneira supostamente eficaz de defesa pessoal. “Estão fazendo o jogo também dos assaltantes, dos ladrões de cargas, dos

---

<sup>148</sup> A partir dos números totais compilados pelo Fórum dos valores gastos pela União, estados e municípios, entre 2003 e 2009, os investimentos com segurança saltaram de R\$ 22,5 bilhões para R\$ 47,6 bilhões. Ver em: [https://forumseguranca.org.br/storage/4\\_anuario\\_2010.pdf](https://forumseguranca.org.br/storage/4_anuario_2010.pdf).

<sup>149</sup> Em 2010, o governo Lula lançou o Plano de Enfrentamento do Crack e Outras Drogas. A ação limitou o acesso da maioria dos municípios – somente cidades com mais 20 mil habitantes podiam participar do plano, menos de 30% do país.

<sup>150</sup> Cf. análise dos investimentos do governo Bolsonaro em segurança pública na edição 2023 do Anuário do FBSP. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/08/anuario-2023-texto-12-apesar-de-crescimento-das-de-spesas-proporcao-de-gastos-com-seguranca-publica-cai-na-maioria-dos-estados-e-na-uniao.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.



sequestradores, da horda de bandidos do nosso país. E por quê? Porque vão ficar à vontade sabendo que o cidadão estará desarmado como um cordeiro. E mais ainda: vão começar a usar o disque-denúncia para mostrar que na casa do cidadão de bem existe uma arma.” Naquela época, pesquisas já mostravam a elevação de riscos para quem andasse armado e reagisse a um assalto, como aponta Bruno Langeani no livro *Armas de fogo no Brasil: gatilho da violência*.

Em 2000, os professores Renato Sérgio de Lima e Jacqueline Sinhoretto publicaram um artigo intitulado ‘Também morre quem atira’. O estudo trouxe elementos que reforçam a comprovada ineficácia da arma de fogo para defesa pessoal (Langeani, 2021, p. 96).

Lima e Sinhoretto pesquisaram roubos seguidos de mortes na capital de São Paulo em 1998. Listaram 450 vítimas de tentativas e latrocínios<sup>151</sup> consumados. Entre as conclusões a partir de boletins de ocorrência, a mais emblemática é que a reação com arma de fogo a um roubo aumenta em 56% as chances da vítima armada acabar morta. Não é só. Sete em cada 10 pessoas que reagiram com uma arma receberam tiros. “Outro dado revelado foi a consequência para terceiros nos casos de reação armada (...) Nos casos de reação armada, o número médio de vítimas foi de 2,2 por ocorrência, enquanto que nos casos sem reação, o número cai para 1,5” (Langeani, 2021, p. 98).

Os números da elevação do risco das reações apenas se confirmaram com o passar dos anos. É o que mostra a pesquisa detalhada no livro de Langeani, onde o autor apresenta os estudos que confrontam armamentos com uma suposta eficiência na defesa pessoal. Um dos mais recentes, de 2020 – o segundo ano de Bolsonaro no Palácio do Planalto –, produzido pela organização norte-americana sem fins lucrativos *Violence Policy Center*, revela uma limitação nos casos em que uma reação armada resultou na morte do agressor inicial. O levantamento foi feito a partir do banco de dados do Federal Bureau of Investigation (FBI)<sup>152</sup> que trata do “homicídio justificado”. De um total de 10,3 mil vítimas de homicídios com armas em 2017, apenas 298 eram agressores iniciais (menos de 3%).

O político sempre negou tais números. É o que mostra trecho de um discurso de julho de 2005, quando ele tenta travar um debate com o então deputado pernambucano Raul Jungmann, que, 11 anos depois assumiu os ministérios da Defesa e da Segurança Pública no

---

<sup>151</sup> Forma qualificada do crime de roubo, com aumento de pena, quando a violência empregada resulta em morte. Está enquadrado no artigo 157, §3, II do Código Penal.

<sup>152</sup> Firearm Justifiable Homicides and Non-Fatal Self-Defense Gun Use An Analysis of Federal Bureau of Investigation” (2020, p. 4).



curto governo de Michel Temer. Na época, o parlamentar defendia a aprovação de projeto sobre a realização de referendo ao Estatuto do Desarmamento.

É preciso desmistificar a questão das armas de fogo. Hoje – e isso já está comprovado em todas as estatísticas – quem dispõe de arma de fogo está mais inseguro do que seguro. Quem possui arma de fogo em casa tem 4 vezes mais chances de conviver com homicídios, suicídios, ferimentos e lesões. (Jungmann, 2005)<sup>153</sup>

Os números apresentados à época, segundo o discurso do deputado Jungmann, mostravam gastos de R\$ 250 milhões do Sistema Único de Saúde (SUS) para tratar feridos. “O indivíduo que porta arma de fogo tem 60% de chances a mais de morrer porque reagiu a um assalto do que aquele que não possui uma”, continuou Jungmann. “Não é possível que o Brasil continue a conviver com a barbárie dos crimes fúteis, cometidos por motivos aleatórios, como é o caso que se dá nos finais de semana, por causa de bebida, jogo, disputa ou outro tipo de conflito.” Além de tentar quebrar o argumento da bancada da bala com as estatísticas, Jungmann, ao falar de “bebida e jogo”, se aproximava dos evangélicos – um grupo fundamental para entender o pré-governo, o governo e pós-governo Bolsonaro.

Ao responder a Jungmann, o militar ignorou todos os argumentos e dados. Preferiu repetir por três vezes que não tem “sangue de barata” para não reagir a “bandidos”.

Nobre deputado Raul Jungmann, ouvi muito bem V.Exa. quando, por duas vezes, ocupou a tribuna. Primeiro, V.Exa. disse que quem reage acaba, indubitavelmente, sendo prejudicado ou morrendo – palavras suas. Digo-lhe que não tenho sangue de barata. Prefiro morrer tentando defender a honra da minha família a ver um marginal esculachá-la e eu me comportar como um rato ou como uma barata e não fazer nada.

---

<sup>153</sup> Discurso disponível em:  
<https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020150910001520000.PDF#page=116>

## CAPÍTULO XIV – Os evangélicos e a dificuldade eleitoral com as mulheres

Os religiosos passaram a ser um ponto importante nos discursos de Bolsonaro, como naquele 10 de agosto de 2022, quando o então presidente se referiu a São Pedro por um improvável apelido de “Pedrão”. Mas vale notar que a disputa pelo campo religioso só apareceu anos depois, de certa forma combinando com o crescimento de igrejas evangélicas e a força política de pastores. Em discurso proferido na Câmara em 23 de outubro de 2003, ele reagiu a um deputado evangélico que não está identificado no discurso na Câmara. O parlamentar à época misturava recuperação de presos, direitos humanos e impostos sobre armas.

Há aqueles que pensam como um deputado evangélico do Rio que ontem, na Comissão, me criticou, dizendo que acredita na recuperação do homem. Eu dou uma sugestão àqueles que também defendem os direitos humanos: se forem às portas dos presídios, constatarão que, todos os dias, presos estão sendo postos em liberdade.<sup>154</sup>

A equação evangélicos/armas não é simples de ser resolvida por três motivos principais. O primeiro por causa da atuação de religiosos durante a campanha do desarmamento, ainda em 2004. Parte dos postos para entregas de armas funcionou por exemplo em templos pentecostais e católicos a partir da estratégia de envolver setores sociais na campanha<sup>155</sup>. No livro “Armas para quê”, Antônio Rangel Bandeira lembra que o maior respaldo à aprovação do Estatuto foram as igrejas católicas e evangélicas e os espíritas.

O segundo ponto é a profusão de lideranças evangélicas que se posicionaram e ainda se posicionam de maneira individualizada sobre o comércio de armamentos<sup>156</sup>. A última questão é a geleia da direita no Congresso, que aglutinou parlamentares de três frentes, a

<sup>154</sup> Discurso proferido na Câmara dos Deputados em 23 de outubro de 2003. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=238.1.52.O&nuQuarto=17&nuOrador=3&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:32&sgFaseSessao=BC%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=23/10/2003&txApelido=JAIR%20BOLSONARO&txFaseSessao=Breves%20Comunica%C3%A7%C3%B5es%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&dtHoraQuarto=09:32&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>. Acesso em: 30 nov. 2023.

<sup>155</sup> “Em outubro de 2004, foram abertos postos de coleta de armas, com monitoramento do Viva Rio e apoio da Polícia Civil, em igrejas e entidades religiosas. O resultado estimulou lideranças tanto evangélicas quanto católicas a abrir postos em diferentes localidades” (Conrado, 2006, p. 77).

<sup>156</sup> Na campanha de 2022, por exemplo, marqueteiros petistas identificaram tal divisão e pagaram por anúncios no youtube para impulsionar um vídeo em que o pastor Silas Malafaia, apoiador de Bolsonaro, mostra-se contrário à revisão do Estatuto do Desarmamento. O religioso pede para que deputados evangélicos votem contra o projeto. Ver em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/campanha-de-lula-usa-malafaia-antiarmas-contra-bolsonaro.shtml>. Acessado em: 27 set. 2023.

BBB: Bíblia, Bala e Boi<sup>157</sup>. A ponto de quebrar em um único caso a lógica de impor a política de armas por decretos e portarias.

Em novembro de 2019, os evangélicos foram decisivos para a aprovação na Câmara do projeto de lei que flexibilizava o Estatuto do Desarmamento. Votaram a favor 112 deputados da Frente Parlamentar Evangélica enquanto 28 se posicionaram contra. Quando a polícia não pudesse cumprir o seu papel, caberia ao cidadão defender a si próprio eliminando o bandido. Os pentecostais chegavam à política com o espírito armado, estimulados por lideranças que bradavam a fúria de um Deus vingativo. O Jesus fraterno e pacifista havia sido silenciado e cancelado (Manso, 2023, p. 72).

É possível dizer que é um exagero considerar que no debate sobre o comércio de revólveres e pistolas os pentecostais chegaram com o “espírito armado”. Não foi a tônica. A maior prova é o vazio das críticas das frentes evangélicas tanto da Câmara quanto do Senado em relação às medidas do terceiro governo Lula para neutralizar os decretos sobre comércio de armas. Aqui vale observar que a pauta se aproximava mais do então presidente e dos lobistas de armamentos do que da bancada de evangélicos, por mais complexo que se possa avaliar o apoio dos religiosos ao tema.

De uma maneira geral, Bolsonaro, derrotado na reeleição, talvez não tivesse conseguido levar a pauta tão longe para deixá-la mais presente entre evangélicos, como ocorreu por exemplo em outra circunstância nos Estados Unidos<sup>158</sup>. É preciso considerar, entretanto, que a dinâmica do Congresso brasileiro começou a mudar no segundo ano do terceiro governo, um tema que será abordado nas considerações finais deste texto.

A partir das levantamentos da Quaest Pesquisa e Consultoria, Felipe Nunes e Thomas Traumann no livro *Biografia do abismo* defendem que a pauta enfática em relação às armas atrapalhou o avanço de votos no eleitorado feminino – e, por tabela, evangélico<sup>159</sup> –, ajudando assim a vitória do petista Luiz Inácio Lula da Silva em 2022<sup>160</sup>. A participação feminina já

<sup>157</sup> “No Congresso, deputados da bancada da bala passaram a andar de mãos dadas com os representantes da bancada da bíblia, todos concentrados nos mesmos partidos do Centrão. Réplicas de armas gigantes de armas de fogo surgiram nas Marchas para Cristo e pastores adotaram gestos de arminhas nos púlpitos” (Manso, 2023, p.72).

<sup>158</sup> “É realmente intrigante quando em outros contextos, como o norte-americano, as resistências ao controle de armas são fortíssimas entre as igrejas, sobretudo protestantes, muitas das quais com ligações com a Associação Nacional de Riles, a NRA” (Conrado, 2006, p. 83).

<sup>159</sup> Nas igrejas evangélicas, mulheres passam a ser obstáculo para Bolsonaro. O Globo, 09 ago. 2022. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2022/08/nas-igrejas-evangelicas-mulheres-passam-a-ser-obstaculo-para-bolsonaro-veja-numeros-do-datafolha.ghtml>. Acesso em: 10 mai. 2023.

<sup>160</sup> “Os surveys mostram que a enfática defesa de Bolsonaro em facilitar o porte e a posse de armas virou uma fronteira que abriu espaço para o avanço de Lula em uma pequena faixa de mulheres, antes bolsonaristas” (Nunes; Traumann, 2023, p. 27).

havia sido verificada na própria aprovação do Estatuto do Desarmamento no início dos anos 2000:

As mulheres foram apoio extraordinariamente importante, tanto em casa como se manifestando nas ruas. Levaram emoção ao Congresso, expondo fotos dos filhos mortos e fazendo um apelo à paz. (Bandeira, 2019, p. 216)

De volta a Bolsonaro como deputado, em junho de 2015, ele vai para cima de Dilma Rousseff. O parlamentar misturou o Tratado sobre o Comércio de Armas (TCA, em português, ou *Arms Trade Treaty*, em inglês) com o Estatuto do Desarmamento.

O governo da Sra. Dilma, em 2013, assinou acordo de armas na ONU que vai colocar por terra todo o trabalho do Deputado Peninha no Estatuto do Desarmamento. Esse acordo está cheio de cláusulas dúbias, que poderão inviabilizar o comércio de armas. Deixo bem claro que países como EUA, China e Rússia assinaram, votaram, mas não vão ratificar. Se o Brasil o ratificar, vai valer para nós. Estaremos fadados, nós os cidadãos de bem do país, a não possuir mais armas de fogo. É o projeto comunista do PT.<sup>161</sup>

O tratado está longe de ser algo comunista. Foi algo discutido nos mais altos fóruns das Nações Unidas durante anos na tentativa de montar um primeiro acordo internacional para regular o mercado de armas, acabando com uma lacuna no direito internacional, com mais regras sobre comércio de bananas do que de armas<sup>162</sup>. O tratado entrou em vigor em 2014. Quem o promulgou curiosamente foi o próprio Bolsonaro, em 2022. Na prática, não vale nada sem a participação dos Estados Unidos, o maior exportador de armas do mundo<sup>163</sup>. No Brasil, a ausência de fiscalização efetiva do Exército — e da Polícia Federal em escala menor e menos dramática — torna o debate ainda mais nonsense.

Parte dos discursos no Congresso mostrava um político sindicalista, um lobista dos integrantes do campo da segurança. Vide as propostas para estender portes para agentes penitenciários ou reivindicar gratificações a PMs. Tais ações fortaleceram a relação entre as forças policiais e militares, uma pauta sempre distante de integrantes de partidos de parte da esquerda, que olham a categoria com desconfiança. Foi preciso a derrota eleitoral em 2018

---

<sup>161</sup> Discurso disponível em:

<https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020150709001150000.PDF#page=43>

<sup>162</sup> Olabuenaga, Pablo Arrocha. Why the arms trade treaty matters and why it matters that the us is walking away. Disponível em: <https://www.justsecurity.org/63968/why-the-arms-trade-treaty-matters-and-why-it-matters-that-the-us-is-walkin-g-away/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

<sup>163</sup>Estados Unidos dominam vendas globais de armas. Poder 360. Disponível em 18 mar. 2023. <https://www.poder360.com.br/internacional/estados-unidos-dominam-vendas-globais-de-armas/#:~:text=Estado s%20Unidos%20dominam%20vendas%20globais%20de%20armas>

para o PT dar atenção para policiais e militares, uma das tarefas mais árduas, com desconfianças de ambos os lados e poucos interlocutores comuns. Mesmo na oposição e fora do governo, Bolsonaro e os principais apoiadores (no campo dos executivos estaduais e do Congresso) continuaram a participar de eventos e solenidades das forças de segurança, como cerimônias militares e enterros de policiais.

Um levantamento apresentado no livro *Poder camuflado: os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro*, do jornalista Fábio Victor, oferece mais um elemento da relação entre o político e os fardados durante o período dele como parlamentar. Mais de 50% do total de emendas conquistadas pelo deputado de 1995 a 2018 foram destinadas a órgãos militares<sup>164</sup>. O capitão reformado tentou durante anos reforçar os laços com os integrantes das forças militares. Tinha um bom motivo para manter a relação depois de ser julgado e condenado em 1998 por um tribunal administrativo militar.<sup>165</sup>

Se no início o deputado buscava o apoio dos praças e do pessoal de baixas patentes, ao longo dos anos caiu nos braços dos oficiais, um laço consolidado com a posse no Planalto e a formação dos ministérios. Foi num governo abarrotado de militares e policiais que o capitão reformado fez a mudança do discurso entre defesa pessoal e defesa da liberdade.

Um dos episódios marcantes da mudança pode ser verificado em 22.abril de 2020<sup>166</sup>, durante reunião no Planalto, divulgada<sup>167</sup> um mês depois por decisão<sup>168</sup> do ministro Celso de Mello, do STF. Ali, da boca do então presidente, o direito à arma assume outro patamar: não é apenas a defesa pessoal, mas o direito à liberdade. Estimulado por um discurso confuso anterior do então ministro da Educação Abraham Weintraub, o então presidente afirmou:

O que esses filhos de uma égua (querem) é a nossa liberdade. Como é fácil impor uma ditadura no Brasil. Por isso que eu quero, ministro da Justiça e ministro da Defesa, que o povo se arme, que é a garantia de não ter um filho da puta para aparecer e impor uma ditadura. É fácil impor uma ditadura aqui, fácilimo. Um bosta de um prefeito faz um bosta de um decreto, algema e deixa todo mundo dentro de casa, se ele tivesse armado iria para a rua. Se eu fosse ditador eu queria desarmar a população, como todos fizeram no

<sup>164</sup> A maioria, segundo Victor, foi para a área de saúde das instituições. Em valores nominais, tal valor chegou a quase R\$ 198 milhões.

<sup>165</sup> Como conta o livro *Poder camuflado*, o então deputado acaba sendo absolvido logo depois pelo Superior Tribunal Militar (STM), em uma decisão até hoje controversa.

<sup>166</sup> A reunião ocorreu 40 dias depois de a Organização Mundial de Saúde (OMS) caracterizar a Covid-19 como uma pandemia.

<sup>167</sup> A gravação era parte de um inquérito que apurava a suposta interferência de Bolsonaro na Polícia Federal, alegada por Sérgio Moro. Dois anos depois, um relatório da Polícia Federal enviado ao STF concluiu não haver elementos de crime na conduta do então presidente. Em setembro de 2022, o STF arquivou o pedido definitivamente.

<sup>168</sup> Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6cg5AAciv4>

passado. Então eu quero que o Fernando (Azevedo) e (Sérgio) Moro<sup>169</sup> assinem essa portaria que eu quero dar um recado para esses bostas, porque eu estou armando o povo, que eu não quero uma ditadura, não dá para segurar mais. Quem não aceitar as minhas bandeiras, Damares, família, Deus, Brasil, armamento, liberdade de expressão, livre mercado está no governo errado. Espere para 2022 Álvaro Dias, espere o Alckmin, espere o Haddad ou talvez o Lula e vai ser feliz com eles. No meu governo é escancarar a questão do armamento aqui, quero todo mundo armado, pois o povo armado jamais será escravizado.<sup>170</sup>

É neste ponto em que o político deixa mais evidente a mudança de rumo dos discursos, com ênfase na liberdade, algo que o aproxima da direita global. O mesmo discurso serve a temas como vacina ou regulação de redes sociais, propostas que rondaram os anos de Bolsonaro no Planalto na pandemia da covid-19, e permanecem em alta no cenário político.

Quando Bolsonaro lança o tema de campanha em 2018, o mote é “Deus, pátria e família”. No início da pandemia, em resposta a medidas para conter a propagação do vírus, ele modifica o lema para “Deus, pátria, família e liberdade”. Autoridades estariam ali impondo limites ao direito de ir e vir, de não usar máscara, de não tomar vacina. O tema “Deus” mobiliza um grupo religioso, “Pátria” é local, “Família” é moral, falam para grupos. “Liberdade” é transnacional, faz com que a extrema direita se internacionalize.<sup>171</sup>

No caso das armas, um dos exemplos é o do ativista Alex Jones<sup>172</sup>. O influenciador utilizou o site InfoWars para questionar um massacre de 20 crianças e seis adultos na escola de Sandy Hook, em Connecticut (EUA), em 2012. Jones disse que o atentado era uma encenação daqueles que são contra o livre comércio de armas. Chegou a acusar os pais de crianças de serem atores. Acabou condenado a pagar US\$ 1 bilhão em multas.

À medida que os líderes de extrema direita passam a ser punidos em disseminação de teorias conspiratórias e conteúdo danoso à sociedade, o discurso dessas lideranças é que elas estão sendo privadas da sua liberdade de expressão.<sup>173</sup>

<sup>169</sup> Ver <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/moro-diz-que-assinou-portaria-que-aumentou-muni-coes-por-pressao-de-bolsonaro/>. Acesso em: 27 jan. 2024.

<sup>170</sup> Cf. Grilo, Marco. 'Eu quero todo mundo armado!', disse Bolsonaro em cobrança a Sergio Moro. O Globo. 22 mai. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eu-quero-todo-mundo-armado-disse-bolsonaro-em-cobranca-sergio-moro-24441599>. Acesso em: 20 jan. 2023.

<sup>171</sup> A ideia de liberdade de expressão e o caso Musk versus Moraes. Entrevistada: Isabela Kalil. 10 de jan. 2024. Café da Manhã, Folha de S.Paulo. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1ZV36zg8akXMwhKzpSsAEW>. Acesso em: 12.abr de 2024.

<sup>172</sup> Ver em: <https://www.nytimes.com/2022/09/22/us/politics/heres-what-jones-has-said-about-sandy-hook.html>

<sup>173</sup> A ideia de liberdade de expressão e o caso Musk versus Moraes. Entrevistada: Isabela Kalil. 10 de jan. 2024. Café da Manhã, Folha de S.Paulo. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1ZV36zg8akXMwhKzpSsAEW>. Acesso em: 12.abr de 2024.

## CAPÍTULO XV – O rastilho dos discursos de ódio e a armadilha eleitoral

Entre a longa temporada de 28 anos como deputado federal e o período como presidente, Bolsonaro calibrou o discurso pró-armamentos na tentativa de estabelecer uma unidade entre apoiadores. Mais importante do que a defesa pessoal, argumento usado nos tempos de Congresso, as armas passaram a ser um símbolo da defesa da liberdade. Assim, é preciso desaprisionar a ação armamentista do capitão reformado no tempo e no espaço.

A partir dessa perspectiva, ao longo da campanha ao Planalto e na Presidência, o político buscou o recrutamento de aliados com discursos públicos e nas redes sociais. As imagens das armas estavam ali, fossem elas simuladas com os dedos, fossem empunhadas em estandes de clubes de tiros. A ação foi marcada por políticos apoiadores em maior ou menor grau, incluindo os ligados às igrejas evangélicas.

Este capítulo e os dois próximos são divididos em partes que se relacionam. A primeira é o quanto o discurso e as ações armamentistas podem ter mobilizado a atenção do eleitor de maneira negativa. Para isso é preciso ter na memória que, em 2018, quando da primeira campanha do capitão reformado ao Planalto, a defesa do comércio de armas ajudou na campanha de parlamentares da bancada da bala.

Quatro anos depois, entretanto, a vinculação de Bolsonaro a apoiadores armados contribuiu de maneira significativa para a derrota do então presidente. Vide o ataque do petebista Roberto Jefferson a policiais federais, uma semana antes do segundo turno das eleições; e a perseguição armada da deputada Carla Zambelli a um homem negro pelas ruas de São Paulo.

A segunda parte mostra como o então presidente valorizou ao longo do exercício do mandato o discurso pró-armas. O capitão reformado acreditou na ação como uma janela eleitoral. O que se vê é a partir das interações, entretanto, é que o político conseguiu mobilizar uma parte importante dos apoiadores, mas em perspectiva o tema “armas” esteve longe de ser uma preocupação marcante do eleitorado em geral.

Na primeira parte se utilizou o Google Trends, uma ferramenta gratuita que permite acompanhar a evolução de buscas por palavras-chave em determinado período. Os números representam o interesse de pesquisa relativo ao ponto mais alto no gráfico. Cem é o ápice da popularidade – 50, metade da popularidade. Na segunda parte, foi feita uma mineração<sup>174</sup> de

---

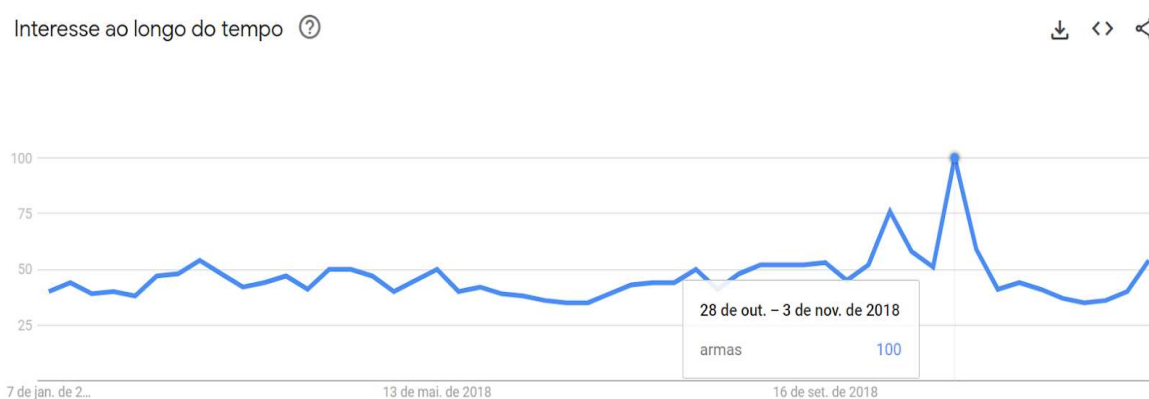
<sup>174</sup> Neste caso, a partir da coleta, tratou-se da limpeza dos dados em busca das postagens pró-armas.



dados a partir de uma ampla base de dados relacionados a todas as postagens de 2019 a 2022 no Instagram, X (ex-Twitter) e Facebook.

Ainda em 2018, ano da primeira campanha ao Planalto, a audiência referente às armas aumenta à medida que se aproxima a campanha de outubro, como se vê na imagem 1, capturada no Google Trends<sup>175</sup>. Naquele período, a busca pelo termo “arma” apresenta dois picos, principalmente nos primeiros e segundos turnos da eleição.

Figura 3 - Gráfico do Trends referente à busca da palavra “arma” durante 2018



Fonte: busca feita por este autor na base do Trends em 10 de dezembro de 2023

Apenas a partir do Google Trends não é possível fazer uma relação entre as buscas à palavra “arma” com a vitória de Bolsonaro naquele ano. Mas o gráfico mostra como o nível de interesse pelo menos não atrapalhou o então candidato e os aliados que disputaram cargos nos executivos estaduais e em todas as esferas dos legislativos. Bolsonaro se elegeu com 8,5 milhões de votos a mais do primeiro para o segundo turno das eleições. As buscas nos dias que antecederam o segundo turno estiveram concentradas em estados com baixa densidade demográfica, com pouca influência no resultado eleitoral, alguns deles inclusive com eleitorado mais próximo ao PT. Na sequência das buscas, Roraima foi o que mais apresentou interesse pela palavra “armas”, seguido do Piauí, Acre, Paraíba e Amapá.

Em 2022, a busca pela palavra “armas” voltou a registrar aumento no primeiro e no segundo turnos (**Figura 4**). Sete estados com mais interesse pelo termo no final de semana da eleição estavam entre os cinco onde o político recebeu mais votos proporcionalmente: Roraima (69%), Rondônia (64%), Santa Catarina (62%), Mato Grosso (59%), Paraná (55%), Mato Grosso do Sul (52%), Goiás (52%) e Distrito Federal (51%).

<sup>175</sup> A busca se limitou ao interesse pela palavra “armas” em 2018.



Figura 4 - Gráfico do Trends referente à busca da palavra “arma” durante 2022



Fonte: Busca feita por este autor no Trends em 10 de dezembro de 2023

Entre o primeiro e o segundo de 2022, há comportamentos diversos em relação à busca do termo armas e ao próprio crescimento de votos de Bolsonaro, o que mostra a importância dos eventos protagonizados por Roberto Jefferson e Carla Zambelli. Nos ganhos de uma etapa para a outra da eleição, o candidato do PL recebeu 17% votos a menos se comparado com o mesmo período de 2018 – ou seja, apesar de ganhar 7 milhões entre o primeiro e segundo turno, o número total foi menor do que na eleição anterior.<sup>176</sup>

A busca pelos termos “Roberto Jefferson” e Carla Zambelli mostra picos de interesse justamente na véspera e no dia do segundo turno. Em relação à deputada federal reeleita em 2022, a imagem captada pelo Google Trends é atípica para uma campanha proporcional, afinal a eleição para os cargos ao Congresso ocorre no primeiro turno, onde o interesse por ela deveria ter aparecido com mais força. Na busca pela palavra “Roberto Jefferson” os estados com maior interesse não representam aqueles onde o aliado presidencial teve um maior número de votos proporcionalmente.

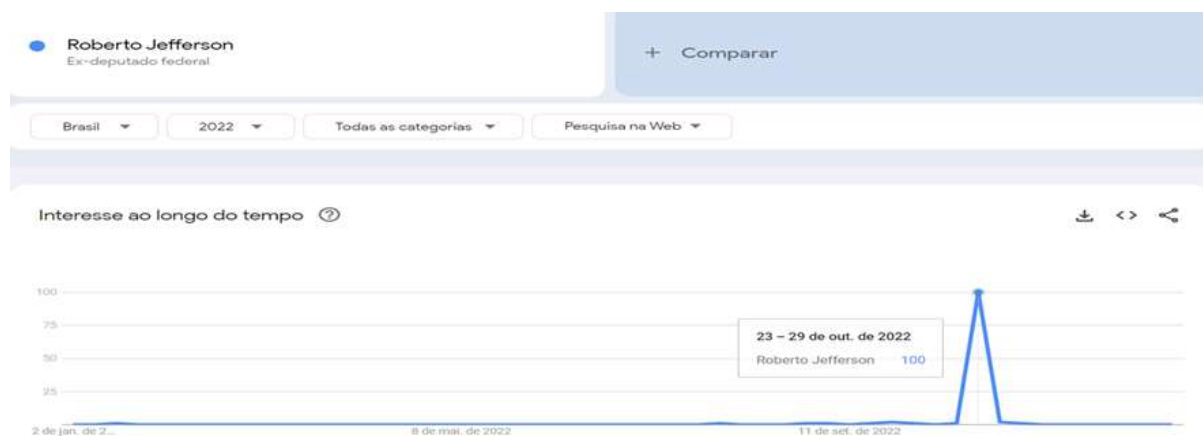
No primeiro caso, “Roberto Jefferson” (**Figura 5**), o ápice das pesquisas ocorreu de 23 a 29 de outubro de 2022. Na manhã de domingo, dia 23, o ex-deputado disparou 50 tiros de fuzil contra policiais federais que foram cumprir ordem judicial do STF. Jefferson feriu uma agente com estilhaços de bala.

A ação de Jefferson, note-se, foi filmada por ele mesmo e postada nas redes sociais, no primeiro momento para uma base política mais próxima de eleitores bolsonaristas, mas

<sup>176</sup> Vale notar que a abstenção caiu pela primeira vez entre o primeiro e o segundo turno desde a redemocratização. Ver: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63421487.amp>.

que, ao longo do tempo, ganhou as plataformas dos principais jornais e TVs do país. A audiência permaneceu não apenas na manhã de domingo, mas continuou por mais de oito horas, enquanto Bolsonaro e a cúpula da Polícia Federal estiveram mobilizados para buscar a rendição do aliado de primeira hora.

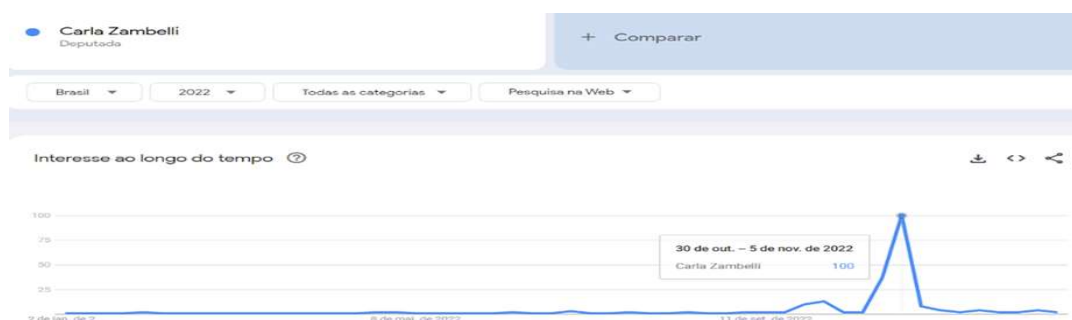
Figura 5 - Imagem do Trends referente à busca da palavra “Roberto Jefferson” no ano de 2022



Fonte: busca feita por este autor no Trends em 10 dezembro de 2023

Uma semana depois, no dia 29, Zambelli já eleita e armada protagonizou a perseguição a um eleitor petista pelas ruas de São Paulo. Assim, como mostra a **Figura 6**, há um interesse desproporcional pelo nome da deputada. Em Brasília, políticos da esquerda e da direita avaliaram o evento como algo negativo para Bolsonaro pela ligação com a deputada.

Figura 6 - Imagem do Trends referente à busca da palavra “Carla Zambelli” no ano de 2022



Fonte: busca feita por este autor no Trends em 10 dezembro de 2023

Entre os dois eventos, o que trouxe mais interesse e ao que tudo indica mais estrago na campanha foram os tiros de Jefferson contra a polícia (**Figura 7**). Enquanto o nome dele chegou a 100% das buscas de 23 a 29 de outubro, o dela bateu os 54%, de 30 de outubro a 5 de novembro.

Figura 7 - Imagem do Trends referente à comparação de buscas de “Zambelli” e “Jefferson”



Fonte: busca feita por este autor no Trends em 10 dezembro de 2023

Eventos com armas durante o governo não se resumiram a Jefferson e Zambelli. Ações de aliados do ex-presidente estiveram presentes nos acampamentos bolsonaristas ao longo da vigência do mandato. Ainda em maio de 2020, a militante Sara Winter, à época porta-voz de um grupo em defesa do ocupante do Palácio do Planalto, revelou a existência de armas entre os apoiadores<sup>177</sup>. A declaração era uma afronta ao artigo 5º da Constituição: “Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público”<sup>178</sup>. A ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático é crime inafiançável<sup>179</sup>, segundo o mesmo artigo.

Dois anos depois, o que se viu foi a volta dos acampamentos, dessa vez em frente ao Quartel General do Exército, aquele construído em 1971 e que abriga a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC). Um dos mais importantes órgãos da

<sup>177</sup> Ver reportagem em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52634816>

<sup>178</sup> XVI — todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

<sup>179</sup> XLIV — constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

burocracia militar ocupa um grande corredor do quarto andar do Forte Apache. É na DFPC onde são autorizadas as armas e munições para Caçadores, Atiradores e Colecionadores.

A partir da análise de mensagens interceptadas pela Polícia Civil do Distrito Federal é possível também perceber a presença armada entre os manifestantes do quartel<sup>180</sup>. Pelo menos dois deles encomendaram uma carabina e uma pistola a George Washington de Oliveira Sousa, condenado por tentar explodir o aeroporto de Brasília, em 24 de dezembro de 2022, véspera de Natal. O evento apenas foi contido porque o motorista do caminhão de combustível – inocentado no episódio – acionou a Polícia Militar do Distrito Federal.

---

<sup>180</sup> Ver reportagem em:  
<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/07/24/da-pra-comecar-uma-guerra-os-pedidos-por-armas-no-qg-bolsonarista-no-df.htm>

## CAPÍTULO XVI – Weaponization, o celular como arma e a auto-incriminação

Os rastros digitais dos apoiadores de Bolsonaro se encaixam no que o jurista francês Antonie Garapon chama de “evidencialização”, por mais que tal termo possa a ser usado de formas antagônicas, tanto para interceptar atos criminosos quanto para aprisionar o indivíduo. No processo de “evidencialização” Garapon avança sobre outro conceito, o de weaponization<sup>181</sup> (em português, “arsenalização”), a “transformação de tudo em armas”.

Com as tecnologias, todos os signos – sejam de produtos ou ideias – são transformados em armas e usados para qualquer finalidade. Garapon aborda a “evidencialização” na Ucrânia, quando Volodymyr Zelensky convocou a população a usar o celular como “arma” na tentativa de coletar “provas” contra russos. E aqui ele cita diretamente uma investigação visual do *New York Times* sobre atentados em Bucha.<sup>182</sup>

Para Garapon, tal efeito é positivo. Outra reportagem também produzida pela mesma equipe de investigação visual do *New York Times* mostrou em detalhes, minuto a minuto, como ocorreu a invasão do Capitólio<sup>183</sup> em 6 de janeiro de 2021. O material serve para contrapor os argumentos de Donald Trump de que não estimulou a barbárie. A história de anônimos – a partir de óticas e relatos próprios – é uma fonte inicial das apurações, e que ganha novos contornos com a tecnologia e as redes sociais. Mas que também deixa rastros. E compõem a apuração contra os próprios indivíduos.

No Brasil, telefones celulares foram usados para emular o discurso da “liberdade”. E, sem precisar forçar uma relação com os EUA, pôde ser vista na ação de golpistas no 8 de janeiro de 2023. Tanto as investigações da Polícia Civil do DF, que interceptou as mensagens das encomendas de armas, quanto de peritos criminais evidenciam como os próprios manifestantes se incriminaram nos atos golpistas.

Na busca pela identificação dos responsáveis pela destruição de bens históricos durante os atos antidemocráticos no dia 8 de janeiro, peritos recorreram à inteligência artificial. Softwares foram utilizados para cruzar imagens e vestígios de DNA. As

---

<sup>181</sup> Ver palestra de Garapon no VIII Encontro de Pesquisas em Administração de Conflitos do PPGD/UVA, em agosto de 2023, em <https://www.youtube.com/watch?v=3vnjwK6Zipk>.

<sup>182</sup> Reportagem disponível em:

<https://www.nytimes.com/2022/12/22/video/russia-ukraine-bucha-massacre-takeaways.html>

<sup>183</sup> WILLIS, Haley. *Day of Rage: How Trump Supporters Took the U.S. Capitol | Visual Investigations*. *The New York Times*. 1 de jul. de 2021. <https://youtu.be/jWJVMoe7OY0>.

investigações levaram cerca de 1.500 pessoas acusadas de tentativa de golpe para a prisão e foram divididas em 3 partes por peritos da Polícia Federal<sup>184</sup>.

A primeira delas foi a montagem virtual de 360° de todo cenário da Praça dos Três Poderes, incluindo a arquitetura interna dos prédios. Na "maquete computadorizada" feita a partir de imagens captadas no dia 8 de janeiro, inclusive feitas por drones, é possível, por exemplo, fazer um tour a partir dos vestígios da barbárie do gramado do Congresso até a tela "As mulatas" (1962), de Di Cavalcanti, disposta no terceiro andar do Palácio do Planalto. A obra, avaliada em R\$ 8 milhões, foi golpeada cinco vezes.

Cem peritos criminais federais começaram o trabalho ainda na noite do domingo, 8 de janeiro. Recolheram máscaras, óculos de proteção, além de objetos usados como armas pelos golpistas. Ao longo de 48h, mostras de DNA foram capturadas, formando um grande banco de vestígios biológicos, encontrados em objetos na Esplanada foram cruzados com o material do Banco Nacional de Perfis Genéticos e com as informações dos DNAs obtidos dos detidos pela polícia - tudo com autorização judicial.

Para a identificação visual, os policiais contaram com uma ferramenta, a Peritus, desenvolvida no Instituto Nacional de Criminalística (INC) e lançada pela Polícia Federal há quatro anos e em desenvolvimento contínuo. A plataforma analisa conteúdo de vídeo (públicos e dos próprios celulares dos golpistas), comparação facial e fotogrametria forense, além de reconhecimentos de padrões de movimentos e até mesmo comparação de alturas. Mesmo com máscaras ou balaclavas, golpistas foram identificados.

Ao falar da iniciativa de Zelensky, Garapon, apesar de ressalvas, é otimista em relação à "evidencialização":

Todos esses rastros serão capturados, explorados e lidos em qualquer sentido que quisermos. Lidos para encontrar alvos comerciais, para vender produtos. Lidos para entender comportamentos (...), mas que podem ser usados para o bem, claro que tanto para o bem quanto para o mal.<sup>185</sup>

Não deixa de ser curioso que os bolsonaristas e os trumpistas foram capturados pelas informações deixadas em celulares e redes sociais. "Todos os rastros servem de provas contra nós mesmos, portanto há uma visão kafkiana do espaço", diz Garapon. Garapon estabelece uma divisão entre o indivíduo e os *crowds*, as multidões recrutadas por políticos populistas.

---

<sup>184</sup> O trabalho dos peritos criminais federais foi apresentado na Conferência Internacional de Ciências Forenses, que ocorreu de 28 a 31 de agosto de 2023, em Brasília.

<sup>185</sup> Ver palestra de Garapon no VIII Encontro de Pesquisas em Administração de Conflitos do PPGD/UVA, em agosto de 2023, em <https://www.youtube.com/watch?v=3vnjwK6Zipk>.

Tudo sob o olhar complacente das big techs, nada afeitas a apelações ou recursos, fechando a referência à Franz Kafka.

É possível avançar nessa ideia a partir do filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, autor do livro “Infocracia, digitalização e crise da democracia”. Em alguns momentos parece mais pessimista do que Garapon, mas isso não os contrapõem em relação à importância dos rastros digitais na sociedade atual. “O smartphone se revela como um informante eficiente, que nos submete a uma vigilância duradoura” (Han, 2022, posição 119).

Para ele, a sociedade é regida pelo dataísmo, que estabelece uma crise da verdade. “Esse novo niilismo não implica que a mentira se faça passar como verdade ou que a verdade seja difamada como mentira. Em vez disso, a própria diferenciação entre a verdade e a mentira é que foi anulada” (Han, 2022, posição 736).

Vale pensar em Trump, mas também em Bolsonaro, que de alguma forma se move pelas reações dos apoiadores nas redes sociais, não sendo os dois “mentirosos clássicos”, que sabem onde está a verdade mas a negam. “Ao contrário, é indiferente à verdade dos fatos”, acredita o autor, considerando que em relação a Trump – e por que não Bolsonaro – há um risco maior do que o próprio mentiroso. “Fake news não é uma mentira. Elas atacam a própria facticidade. Desfactizam a realidade” (Han, 2022, posição 736).

Mensagens trocadas por meio de aplicativos entre Bolsonaro e um empresário – e interceptadas pela Polícia Federal com autorização judicial – reforçariam a ação do então presidente em divulgar mensagens falsas sobre as urnas eletrônicas e estimular ameaças em caso de derrota eleitoral. A investigação da Polícia Federal, combinada com a apuração da Polícia Civil do DF, levou o ex-presidente para o centro dos atos golpistas de 8 de janeiro.

Em uma dessas conversas, de 21 de junho de 2022, o então presidente compartilhou mensagens que traziam referências a uma possível “guerra civil” em caso de derrota nas eleições. A avaliação de investigadores que acompanharam o caso foi a de que a ação do capitão reformado o vinculou diretamente aos atos de 8 de janeiro de 2023. No decorrer das mensagens trocadas com o empresário, o político compartilhou um vídeo do ministro do STF Alexandre de Moraes sobre a lisura das urnas.

Neste vídeo, uma voz em “off” dizia: “A ESTRATÉGIA, O PODER, A QUALQUER CUSTO. O POVO TÁ ESPERTO. Compartilhem. PF precisa ver isso. TEREMOS SANGUE!!! GUERRA CIVIL”<sup>186</sup>. Na sequência, Bolsonaro escreve: “Eis o enredo das

---

<sup>186</sup> Ver reportagem em:

<https://noticias.uol.com.br/colunas/aguirre-talento/2023/08/23/as-mensagens-de-bolsonaro-a-dono-da-tecnisa-ataques-a-stf-e-guerra-civil.htm>

eleições 2022. Você confia nos 3 min (ministros) do TSE/STF?". O vídeo, segundo a Polícia Federal, foi encaminhado pelo empresário amigo para dois grupos de WhatsApp pelo menos.

O mesmo teor de conversas ocorreu em 8 de agosto de 2022, com informações atestadamente falsas sobre a Suprema Corte. Mais uma vez foram repassadas pelo empresário a grupos e contatos. O computador identificado como utilizado pelo então presidente disparou alertas com ataques ao sistema eletrônico de votação e às vacinas desenvolvidas para combate à covid. Não parece surpresa a unidade dos discursos contra a imunização diante da pandemia, à suposta fraude eleitoral e às armas, que de uma maneira ou de outra estiveram presentes ao longo do governo.

O capitão reformado se mostrou um oportunista em tentar ganhos eleitorais a partir de discursos truncados, por mais assustador que isso possa parecer, como mostra Byun Chul Han: “Decisiva não é a facticidade da verdade factual, mas a coerência narrativa que a torna fidedigna. Teorias da conspiração contam excluindo a contingência e complexidade tão onerosas especialmente em uma situação de crise (Han, posição 862)”. Situações de crises podem aparecer numa pandemia, numa suposta fraude eleitoral ou no combate à violência.

Na crise pandêmica, números puros como os números de casos ou a incidência aumentam a insegurança fundamental, pois não esclarecem nada. A simples contagem de números desperta uma necessidade por narrativas. É por isso que a crise pandêmica é um caldo de cultivo para teorias da conspiração. Com sua explicação total ou a mentira total, aniquilam abruptamente a insegurança e incertezas onerosas (Han, 2022, posição 867).

No caso das armas, Bolsonaro se valeu de dois expedientes, ambos para confundir, ambos falsos. O primeiro foi tentar uma relação entre o aumento da distribuição de armas com a queda no número de homicídios durante o governo, algo que já estava precificado mesmo antes da campanha de 2018. O segundo foi editar reportagens e manipular dados para atribuir ganhos a uma política. Como observou Chul Han, a simples contagem de números desperta uma necessidade por narrativas. A audiência verificada nas postagens, como se verá, revela como o político foi longe, atropelando números e retorcendo informações – e, em alguns casos, suprimindo análises em reportagens.



## CAPÍTULO XVII – O impacto das armas nas 24.274 postagens nas redes sociais

Levantamento feito por este autor na base de dados originalmente produzida pela Bites Consultoria sobre as interações em 24.274 posts relacionadas ao mandato de Bolsonaro nas redes sociais<sup>187</sup> revela o impacto dos discursos relacionados às armas. De 2019 a 2022, o perfil “Jair Bolsonaro” foi responsável por 84 postagens específicas sobre armamentos. É importante relativizar os números, porém. Por mais audiência que as postagens relacionadas a armas possam ter tido, elas estão distantes das mais populares feitas pelo presidente<sup>188</sup>. Assim, por mais que os discursos tenham engajamento entre determinados grupos, o que se percebe é uma dificuldade de ampliar o tema “defesa das armas”.

A primeira postagem verificável do político como presidente ocorreu em 17 de janeiro de 2019. E já apresenta o expressivo número de 485.737 interações no Instagram e 39 mil na rede X:

Muitas falácias sendo usadas a respeito da posse de armas. A pior delas conclui que a iniciativa não resolve o problema da segurança pública. Ignorando o principal propósito, que é “iniciar ” o processo de assegurar o direito inviolável à legítima defesa. - Para a infelicidade dos que torcem contra, isso está longe de ser tudo que será feito. Medidas eficientes para segurança pública ainda serão tomadas e propostas. Os problemas são profundos, principalmente pelo abandono dos governos anteriores. Mal dá pra resolver tudo em 4 anos, quem dirá em 15 dias de governo.<sup>189</sup>

Em 7 de maio de 2019, o então presidente iniciou a calibragem do discurso sobre armas com uma postagem nas redes sociais. A partir dali a defesa pessoal deixou de ser o único argumento para o político, sendo adicionado um de valor mais ascético: o direito à liberdade. “Hoje demos mais um passo importante em direção à liberdade e direitos individuais de nossa Nação.” O então presidente comemorava a assinatura de decreto para diminuir as amarras para os CACs adquirirem armas.

<sup>187</sup> O levantamento original da Bites foi feito a partir de posts no Facebook, X (antigo Twitter) e Instagram.

<sup>188</sup> O recorde das interações sobre postagens envolvendo armas é de fevereiro de 2021, no Instagram. Foram 558.845 interações. O número, entretanto, está entre os 700 com mais interações entre as 24 mil postagens do então presidente. O post com mais interações chegou a 6.813.457. Tratava-se de um apelo para que manifestantes contra a eleição de Lula desobstruíssem as rodovias no país.

<sup>189</sup> Bolsonaro, J. [@jairbolsonaro]. (17 jan. 2019). [Post]. Rede X. Disponível em: [https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1085895519463981056?ref\\_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1085895905771905025%7Ctwgr%5E9ad16ae942089afee05f6c379a61ce1c697b464%7Ctwcon%5Es2\\_&ref\\_url=https%3A%2F%2Fistoe.com.br%2Fdecreto-sobre-armas-ajuda-a-assegurar-direito-a-legitima-defesa-diz-bolsonaro%2F](https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1085895519463981056?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1085895905771905025%7Ctwgr%5E9ad16ae942089afee05f6c379a61ce1c697b464%7Ctwcon%5Es2_&ref_url=https%3A%2F%2Fistoe.com.br%2Fdecreto-sobre-armas-ajuda-a-assegurar-direito-a-legitima-defesa-diz-bolsonaro%2F). Acesso em: 10 nov. 2023.

Na caneta, mudou o limite de compra de cartuchos, de 50 para 1.000 por ano; permitiu que proprietário rural utilizasse a arma em todo o perímetro da propriedade; quebrou o monopólio da importação de armas; garantiu o direito para colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs) se deslocarem de casa ao local de tiro com a arma com munição; e estabeleceu o porte para praças das Forças Armadas com dez anos ou mais de experiência. Apenas no Instagram a postagem recebeu 199.085 interações (**Figura 8**). A menção aos proprietários rurais está relacionada a confrontos, como se verá.

Figura 8 - Postagem de Bolsonaro no Instagram sobre o Decreto dos CACs



**Fonte:** postagem de Bolsonaro que aparece na mineração feita por este autor na base de dados da Bites

Em 18 de junho de 2019, Bolsonaro vai para o Facebook reclamar da derrota no Senado do texto do decreto que tratava de CACs e posse de armas de fogo. “Esperamos que a Câmara não siga o Senado, mantendo a validade do nosso decreto, respeitando o Referendo de 2005 e o legítimo direito à defesa.” Ao todo, 142.640 interações. Não satisfeito, em 20 de junho daquele ano, girou a metralhadora contra a então senadora Kátia Abreu, que votou contra o decreto: “Ela votou contra o Presidente da República ou contra sua própria consciência? E por quê?”. Foram mais 199.431 interações, um número considerável para uma crítica a uma parlamentar.

A dois dias do final de 2019, o capitão reformado, usando uma foto antiga (**Figura 9**) dele como se liderasse um batalhão, atinge 365.378 interações ao tratar de registros de armas. Inicia ali o falso relato entre multiplicação de armas e diminuição de mortes.

Figura 9- Postagem de Bolsonaro no Instagram sobre o crescimento de registro de armas em 2019



**Fonte:** postagem de Bolsonaro que aparece na mineração feita por este autor na base de dados da Bites

Em 17 de abril de 2020, o então presidente se dirige diretamente aos atiradores e colecionadores para informar que determinou a revogação de portarias que tratavam do rastreamento, identificação e marcação de armas e munições e “demais produtos controlados (explosivos, por exemplo), por não se adequarem às minhas diretrizes definidas em decretos”. Número de interações: 330.701. A revogação favoreceu companhias estrangeiras que não estabelecem regras de identificação. O ato presidencial, como se pode intuir, enfraqueceu o trabalho de investigadores.

Mesmo com a fragilidade notória de fiscalização do Exército, Bolsonaro sempre insistiu na burocracia militar em detrimento ao controle da Polícia Federal. Em 11 de setembro de 2020, no Instagram, o capitão reformado anunciou um ato da Polícia Federal que dispensava instrutores de tiro registrados como CACs da necessidade de protocolar no Sistema Nacional de Armas (SINARM), da corporação policial, armamentos. O argumento é que os instrutores já estavam registrados no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA). Resultado da postagem: 263.889.

A sanha pela distribuição de armas importadas e as altas taxas de interações voltaram a se repetir em 9 de dezembro de 2020, quando Bolsonaro anunciou que a Camex zerou a alíquota do imposto de importação de armas (revólveres e pistolas). A validade da

resolução ocorreu em 1ª de janeiro do ano seguinte, 2021. Com as postagens, o então presidente conseguiu 273.547 interações.

Desde a campanha ao Planalto, em 2018, Bolsonaro elegeu a imprensa como um dos principais inimigos, indicando um alvo para o ataque dos seguidores. Tal postura pode ser vista na postagem do dia 20 de fevereiro de 2022, quando o presidente contestou uma reportagem do jornal *O Globo* intitulada “Licença para atirador abastece o crime organizado no país”. Para o capitão reformado, “o Brasil (tem) 600 mil CACs, logo, 25 (deles) representam 0,00083% de todos que compraram legalmente usa armas, quase zero (...) Estamos no caminho certo”. A postagem, que recebeu 247 mil interações, foi exaltada por apoiadores, que partiram para cima do veículo jornalístico: “Mais uma notícia irresponsável da @globonews direto da lixeira e dos esgotos da comunicação”, escreveu um simpatizante identificado por @feranaesquadria.

O recorde das interações veio em fevereiro de 2021, no Instagram. Ao citar a publicação de mais quatro decretos sobre atiradores e liberação de armas, Bolsonaro aparece empunhando uma escopeta (**Figura 10**). Foram 558.845 interações. Bolsonaro fez uma referência ao referendo sobre o comércio de armas de fogo no Brasil.

Figura 10 - Postagem de Bolsonaro no Instagram sobre o Referendo de Armas de 2005



**Fonte:** postagem de Bolsonaro que aparece na mineração feita por este autor na base de dados da Bites

A seguir na **Tabela 20** estão sintetizadas as 12 postagens que mais receberam interações durante o mandato de Bolsonaro (no período de 2019 a 2022):



Tabela 20 - Postagens de Bolsonaro sobre armas com mais interações

Data	Hora	Rede	Interação	Link
13/02/2021	8h50	Instagram	558.855	<a href="https://www.instagram.com/p/CLO0LJohdM9/">https://www.instagram.com/p/CLO0LJohdM9/</a>
17/01/2019	10h49	Instagram	485.737	<a href="https://www.instagram.com/p/BsvOoT3Ame1/">https://www.instagram.com/p/BsvOoT3Ame1/</a>
29/12/2019	9h50	Instagram	365.378	<a href="https://www.instagram.com/p/B6qC578Bmbo/">https://www.instagram.com/p/B6qC578Bmbo/</a>
17/04/2020	13h23	Instagram	330.701	<a href="https://www.instagram.com/p/B_FqtdvnaZj/">https://www.instagram.com/p/B_FqtdvnaZj/</a>
09/03/2022	20h41	Instagram	286.971	<a href="https://www.instagram.com/p/Ca5uJHErQW4/">https://www.instagram.com/p/Ca5uJHErQW4/</a>
09/12/2020	8h34	Instagram	273.547	<a href="https://www.instagram.com/p/CIk1Lo7hevp/">https://www.instagram.com/p/CIk1Lo7hevp/</a>
11/09/2020	21h17	Instagram	263.889	<a href="https://www.instagram.com/p/CFBB2cnBFgJ/">https://www.instagram.com/p/CFBB2cnBFgJ/</a>
20/02/2022	12h41	Instagram	247.021	<a href="https://www.instagram.com/p/CaNFpIxLMiu/">https://www.instagram.com/p/CaNFpIxLMiu/</a>
24/08/2021	8h35	Instagram	228.432	<a href="https://www.instagram.com/tv/CS9KVADDocV/">https://www.instagram.com/tv/CS9KVADDocV/</a>
20/06/2019	5h15	Facebook	199.431	<a href="https://www.facebook.com/211857482296579/posts/1494511614031153/">https://www.facebook.com/211857482296579/posts/1494511614031153/</a>
07/05/2019	21h22	Instagram	199.085	<a href="https://www.instagram.com/p/BxLmfhGHv8p/">https://www.instagram.com/p/BxLmfhGHv8p/</a>
15/04/2019	21h01	Instagram	181.331	<a href="https://www.instagram.com/p/BwS6nLdHnBe/">https://www.instagram.com/p/BwS6nLdHnBe/</a>

Fonte: Base de todas as postagens de Bolsonaro durante o mandato feita pela Bites Consultoria e minerada por este autor

Em 15 de abril de 2019, Bolsonaro parte para o enfrentamento com o MST. No Instagram, a postagem teve 181.331 interações:

Invasões de terra caem após início de nossa gestão: Inkra registra só 1 invasão no 1º trimestre diante 43 ações no mesmo período de 2018. O MST está mais fraco pela facilitação da posse de armas, iniciativa que ainda terá derivações pelo governo, falta de financiamento do setor público e de ONGs, algo que não ocorria nos governos do PT.<sup>190</sup>

O MST é a parte mais visível do rastro de ódio quando o tema é arma nos discursos e nas postagens de Bolsonaro. Cris Guimarães Cirino da Silva, na dissertação intitulada “O

<sup>190</sup> Postagem de Bolsonaro no Instagram em 15 abr. de 2019. Cf Bolsonaro diz que MST ‘está mais fraco’ após facilitação da posse de arma. Poder 360, 1 abr. 2019. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-mst-esta-mais-fraco-apos-facilitacao-da-posse-de-arma/>. Acesso em: 08 out. 2023.

bolsonarismo da esfera pública”, cita Byung Chul Han para falar sobre as formas de violência e ódio nos dias atuais: “A comunicação está debilitada como nunca: a comunicação global e 57 dos likes 27 só tolera os iguais; o igual não dói. As relações são substituídas pelas conexões iguais” (SILVA, 2020 p. 57). Bolsonaro tenta unir o agronegócio, que tem entre integrantes, grandes consumidores de armas, para lutar contra os trabalhadores sem-terra.

Quem odeia não gosta de odiar sozinho. Quem odeia se sente conduzido a levar os outros a odiar. Os grupos de ódio formam identidades coletivas com manifestações e palavras de ordem, e por meio de símbolos, rituais e mitos que, quanto mais degradam os odiados, mais engrandecem os membros. O ódio é especialmente grave quando, além de mudar pensamentos e emoções, proclama e prega a condenação moral e a desumanização dos odiados (Silva, 2020, p. 57).

Cris Silva acabou como objeto da própria pesquisa ao ser atacada por apoiadores do então presidente Bolsonaro. Tudo começou depois que o deputado federal Eduardo Bolsonaro, em março de 2019, compartilhou nas redes sociais uma foto da pesquisadora. Em seu tuíte, Eduardo Bolsonaro afirmou: “Alguém me diga que isso é mentira... Não sei se dou risada ou se choro.” Correligionários do político publicaram nos comentários do post ataques à então mestrandia e às universidades federais.

Numa escala infinitamente menor, uma reportagem do autor desta dissertação também acabou alvo do então presidente. O caso não está relacionado ao discurso de ódio propriamente, mas à máquina de desinformação. Em 24 de agosto de 2021, o perfil público de Bolsonaro no Instagram editou e divulgou uma reportagem do SBT. O material jornalístico era crítico à política do então presidente ao mostrar que o número de CACs autorizados pelo governo já era maior do que o total dos integrantes das Forças Armadas. Foram 228.432 interações ao todo.

Na edição de Bolsonaro, os dados apareceram como algo positivo, pois há a exclusão de uma parte fundamental para o entendimento do contexto: o risco para a população de os CACs serem cada vez mais numerosos, ultrapassando inclusive os próprios militares da ativa. De mentiras a discursos de ódio, Bolsonaro passou parte do mandato na presidência com uma obsessão: armar a população – ou melhor, armar apoiadores.

A oferta armamentista aos CACs acabou no voto do ministro Alexandre de Moraes, do STF, para determinar a condenação de golpistas presos no ato de 8 de janeiro<sup>191</sup>.

---

<sup>191</sup> O voto de Moraes cita trecho da acusação do Ministério Público Federal em desfavor de Aécio Lúcio Costa Pereira. O documento faz referência a um Relatório de Inteligência nº 06/2023/30/SI/SSP/DF, do dia 6 de

“Relatórios de inteligência indicavam que CACs estavam sendo convocados para sitiar Brasília, especificamente no dia 8 de janeiro de 2023, e que havia uma mobilização pela presença de adultos em boa condição física.”

Em 2022, o tema dos armamentos polarizou o debate, mas estabeleceu também um teto principalmente entre mulheres. Os episódios de Carla Zambelli e Roberto Jefferson, pelo que foi demonstrado no início deste artigo, a partir dos picos de audiência, apenas reforçaram a dificuldade de avanço bolsonarista, como se o candidato ao Planalto tivesse caído na própria armadilha.

Assim e por fim, é possível dizer que Bolsonaro conseguiu entender o processo de “evidencialização” como poucos políticos. Percebeu o potencial das redes sociais para se movimentar nas franjas do debate institucionalizado pela imprensa quando deputado. A ação foi cristalizada no Planalto, como demonstrado pelas publicações nas redes sociais. Mas é possível perceber também o grau de desgaste do político e dos apoiadores com o discurso pró-armamento, que vaza para as próprias ações mais agressivas.

---

janeiro de 2023 – anexo 11 do Relatório de Intervenção Federal. Ver a manifestação do MP em [https://www.mPolícia\\_Federal.mp.br/pgr/arquivos/2023/sustentacao-oral-apn-1060-df-1](https://www.mPolícia_Federal.mp.br/pgr/arquivos/2023/sustentacao-oral-apn-1060-df-1). Ver o voto de Alexandre de Moraes disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/09/voto-moraes-ap-1060.pdf>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O historiador João Fragoso nos livros *A sociedade perfeita e Arcaísmo como projeto* – este em parceria com Manolo Florentino – afirma que no campo da cultura política, as elites brasileiras inscreveram a pobreza no mundo da natureza:

O que não as insta a postular seu fim e as faz sentir-se absolutamente isentas de qualquer responsabilidade. Além disso, em circunstâncias-limite, associam quase que ontologicamente os pobres ao crime, surgindo a coerção como o único paliativo. (Fragoso; Florentino, 2001, p. 236).

Ao tratar da desigualdade histórica brasileira, Fragoso volta à Europa do século XVI, onde o acesso à terra era feito “mediante o reconhecimento da autoridade política e jurídica de um nobre por parte do lavrador”. Na relação entre o camponês e o senhor, a tarefa do primeiro era sustentar a casa senhorial e a do segundo, garantir proteção militar e acesso à terra ao lavrador. Uma das respostas para a não-reação estava na forma em que o camponês naturalizava a tradição da desigualdade, na fé cristã e nas armas.

A violência da aristocracia sobre as aldeias existia e era legitimada. Em outras palavras, os camponeses consideravam tal violência possível e justificável, pois, aos seus olhos, estava ancorada pela tradição (...). A superioridade dos homens decorria da natureza, pois assim Deus determinou. (Fragoso, 2024, p.21)

Séculos depois, no Brasil, a distribuição de armas pelo Estado brasileiro para um grupo específico de pessoas, como demonstrado nos capítulos anteriores, é um retrocesso histórico, algo que a desigualdade insistente explica. Pesquisar o controle das instituições é, assim, tratar da marginalização social, dos desmandos e da captura de corporações pelo governo, que, nos 2019-2022, paradoxalmente deu como falida a própria capacidade de oferecer segurança à sociedade e entregou armas para combater um inimigo interno, “não-patriota”, “invasor de propriedades de terras” e que se aproveitaria de uma eleição fraudada para “escravizar o cidadão de bem”.

Em entrevista a este autor, em janeiro de 2024, Anitua tratou sobre os pontos dos quais a criminologia deve se ocupar para avançar em tal debate:

- Questionar a “etiquetagem” de quem pode ou não usar armas;
- Informar quem usa as armas e contra quem;



- Alertar para os perigos do comércio legal e ilegal de armas;
- Expor os dados possíveis sobre políticas armamentistas;
- Estabelecer um discurso de não-violência e a favor da redução das mortes;
- Ampliar o debate sobre a responsabilização de empresas e do Estado;
- Analisar criticamente os modelos de privatização da segurança;
- Avaliar modelos de controle do Estado sobre as armas.

Esta dissertação se enredou em tais pontos, numa tentativa constante de não se afastar do olhar da criminologia crítica, a mais ampla e adequada das ciências para se avaliar a recente política armamentista. Ao mirar nas duas instituições que controlam as armas no Brasil, o que sobrou foi a captura. No caso do Exército, pela incapacidade de controle e pela expectativa de avanço de poder nos cargos da Esplanada. No caso da Polícia Federal, pelo adesismo de ministros da Justiça, diretores-gerais e da parte da categoria, mesmo que possa se verificar aqui e ali resistências de delegados e agentes a um projeto político.

É preciso considerar também a discrepância de bases relacionadas às Forças Armadas, principalmente pela ausência de normas e classificação<sup>192</sup>. Nas próprias respostas da LAI tal fato já se mostrava relevante, mas isso ficou ainda mais claro com o fim do governo Bolsonaro, quando a Polícia Federal centralizou as contas dos Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs) e de armas liberadas, em setembro de 2023, depois de um acordo de cooperação entre os ministérios da Justiça e da Defesa<sup>193</sup>. Mas isso não explica tudo. Um furto de 21 metralhadoras em Barueri (SP), em outubro de 2023, expôs uma das pontas do desregramento dos dados dos militares. Dois pedidos de informações via LAI feitos pelo Instituto Sou da Paz apontam para informações divergentes prestadas pelo Exército em pelo menos cinco anos<sup>194</sup>.

O exemplo é de um quadro pouco eficaz na prestação de contas para a sociedade, evidenciando a ausência de banco mais confiável. O mesmo ocorre quando as informações são pedidas à Justiça Militar. Números sobrepostos ou imprecisos no tema furtos de armas

---

<sup>192</sup> Em uma resposta dada para este autor sobre negros, mulheres e indígenas, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica apresentaram classificações diversas, mostrando a ausência de padrão e critérios, o que dificulta pesquisas acadêmicas e investigações jornalísticas.

<sup>193</sup> BOLGUE, Henrique. Governo limita compras de pistolas e divide poder do exército com Polícia Federal. SBT News, 21 de julho de 2023. Disponível em: <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/governo/253802-governo-limita-compras-de-pistolas-e-divide-poder-do-exercito-com-Polícia-Federal>. Acesso em: 14 ago. 2023.

<sup>194</sup> Em 2020, a resposta do Exército à organização não-governamental mostrava três armas furtadas em 2015, oito em 2016, duas em 2017, seis em 2018 e quatro em 2019. Com o novo pedido, em 2023, os militares apresentaram o furto de oito armas em 2015, 23 em 2016, cinco em 2017, nove em 2018 e 10 em 2019.

podem ser verificados numa resposta do Superior Tribunal Militar (STM)<sup>195</sup>, por exemplo. Em sete anos, de 2017 a 2023, a primeira instância da Justiça militar julgou 20 casos, segundo resposta oficial da Corte. Os próprios integrantes do tribunal admitem uma subnotificação dos dados, entretanto.

De maneira efetiva, como se viu, houve uma intencionalidade em armar um grupo específico de pessoas com um perfil sócio-econômico definido, primeiro pelo preço do arsenal, depois pelo perfil predominante dos CACs: homens escolarizados (com ensino médio completo ou superior completo) das regiões Sul e Centro-Oeste do país. Os dados mostram que pouco se avaliou os futuros impactos dessa ação para a segurança pública, algo que ainda será objeto de estudo por um longo período na história do país. Os números iniciais sobre crimes no Distrito Federal já revelam, entretanto, a mudança dos calibres e os riscos cada vez maiores para mulheres, principalmente.

O resultado da fragilidade no controle foi a liberação de mais de 1,5 milhão de armas no período, um impacto ainda difícil de mensurar, dada a ausência efetiva de políticas para tirar os armamentos de circulação. As leituras de Luhmann, Machado e Carvalho Netto – apresentadas nos capítulos anteriores e confrontadas com os dados e a política armamentista de Bolsonaro – mostram a necessidade de discutir o controle social sobre o mercado de armas leves. Se Luhmann e Carvalho Netto nos levam a questionar a falta de comunicação entre os poderes, Machado, mesmo que indiretamente, apresenta a disfuncionalidade das instituições.

Uma das saídas, ainda distante de qualquer ação, seria a criação de agência com comando civil e regras próprias – com mandatos e quarentena para os integrantes do órgão regulador – para estabelecer uma efetiva e permanente fiscalização sobre o controle de armas. O que se desenhava até meados de 2024 era o controle pela Polícia Federal, ainda sem estrutura adequada para a tarefa. A ideia seria criar delegacias nas superintendências regionais vinculadas a uma coordenação-geral, em Brasília<sup>196</sup>. Para a tarefa, segundo cálculos preliminares, seriam necessários mais 2.000 servidores para fiscalizar CACs e clubes de tiro. Em uma das respostas a esse autor, o Exército disse ter 1.200 militares para fazer o trabalho,

---

<sup>195</sup> CAVALCANTI, Leonardo. Em sete anos, Justiça Militar julgou 7,6 mil crimes no país em 1ª instância e no Superior Tribunal Militar (STM). SBTNews, 2 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/politica/em-sete-anos-justica-militar-julgou-7-6-mil-crimes-no-pais-em-1-instancia-e-no-stm>. Acesso em: 10 mar. 2024.

<sup>196</sup> Vinícius, Caio. PF deve criar delegacias de controle de armas em cada Estado. Poder 360, 19 set. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/seguranca-publica/pf-deve-criar-delegacias-de-controle-de-armas-em-cada-estado/>. Acesso em: 13 abri. 2024.

que se mostrou inadequado. O debate sobre a criação de uma agência civil permanece em aberto, pois – principalmente diante da captura nos últimos anos.

Os modelos de privatização da segurança foram tratados a partir dos próprios discursos de Bolsonaro que sempre apontaram contraditoriamente para a falência do combate estatal da violência e a necessidade de armas para parte específica da população, sem avaliar riscos ou qualquer análise de impacto. É abrindo mão de uma responsabilidade, a de garantir a segurança pública, que o Estado se aproxima de empresas, em um ciclo comercial de vigilância patrimonial e de presos e por extensão nos armamentos, provocando a insegurança para o cidadão e por extensão para os integrantes das forças policiais e militares.

Na apresentação para a edição brasileira de *A cultura do controle – crime e ordem social na sociedade contemporânea*, André Nascimento cita Zaffaroni. O argentino diz que a reprodução de práticas e políticas de países centrais apresenta o inconveniente de gerar resultados imprevisíveis. As variáveis são tamanhas, como nível de renda, desemprego e preços de produtos, por exemplo.

O que Zaffaroni estabelece é que a importação de políticas penais e penitenciárias para países periféricos como os da América Latina podem ser ainda mais danosas do que as originais. Assim, estabelecer modelos mais rígidos ou mais soltos de controle de armas a partir de experiências de outros países é, antes de tudo, um risco a ser enfrentado, principalmente diante da criminalização da pobreza.

Por aqui, os discursos de “lei e ordem” ganharam ressonância, todos com amparos de programas de televisão policiaiscos. Mas o que é pior, com uma desigualdade de renda superior. Se a pena, como diz Nilo Batista, virou um rito sagrado para a solução de conflitos, a posse e o porte de armas foi a maneira encontrada pelo governo Bolsonaro para alimentar um grupo de radicais distantes das noções básicas e humanitárias de políticas públicas de segurança. O comando de tal grupo se entranhou na burocracia do Executivo e do Legislativo com o avanço do lobby e dos discursos de parlamentares na história recente do país.

Com uma democracia ainda fragilizada, o poder no Brasil é instituído a partir de uma série de circunstâncias, ou melhor, de arranjos. Os modelos podem ser vistos ao longo da história, passando principalmente por golpes de Estado (ou pelas tentativas). A ditadura de 1964 foi instituída a partir da combinação empresarial nacional e da chancela dos Estados Unidos com a agressividade militar brasileira. O poder do voto, assim, é relativo, vide o impeachment de Dilma Rousseff. A combinação de apoios à queda, com participação direta de setores financeiros e da comunicação, mostra que resultados eleitorais podem ser

desconsiderados quando governantes se enfraquecem, por incompetência ou desalinho com o restante de uma classe política – ou pelos dois motivos em conjunto.

A questão é que, quando o poder é instituído, o arranjo avança. Deve-se a esse movimento a fácil captura das instituições, que precisam se fortalecer para não se curvar ao poder central. Se de alguma maneira a política de armamentos voltou a ser melhor controlada com a saída de Bolsonaro do poder, nada garante que arranjos futuros reabilitem personagens e decisões para, mais uma vez, afrouxar a regulação de armamentos.

De alguma maneira a pauta conservadora tem avançado no Congresso no terceiro mandato do governo Lula. É o caso do Projeto de Lei Complementar (PLP 108/23)<sup>197</sup> que dá poder aos estados de legislar sobre armas, que no final do mês de abril de 2024 avançou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Mesmo com maior desconfiança da bancada evangélica, o receio do Planalto era o de que a tramitação repetisse o caso do projeto que restringiu as saídas temporárias, quando até mesmo congressistas da base votaram a favor.

O estímulo à arma é antes de tudo um rompimento incisivo com as políticas de segurança e com uma noção de Justiça, a partir do estabelecimento de regras e penas próprias. Quando isso tem origem nos próprios integrantes do poder constituído, como são, no caso, o Parlamento e o Executivo, o alcance político e social, além da simbologia de tais decisões no âmbito cultural, é ainda mais preocupante. É como se o Estado dissesse ao cidadão: resolva seus próprios conflitos, você pode definir os culpados e executar a sentença.

A responsabilização de empresas e dos agentes do Estado deve ser buscada mesmo como debate inicial, seja com sanções administrativas, seja com o avanço de punições criminais, por mais distante que tal discussão possa estar do cenário político no país. Sousa Júnior, ao citar Roberto Lyra Filho, fundador do campo da criminologia crítica na UnB, mostra que é possível abrir caminhos de corresponsabilidade por determinados crimes cometidos pelo dono da arma.

Não podemos esquecer que a letalidade conseqüente ao comércio de armas, diferentemente do que sucede, por exemplo, no comércio de drogas, conduz a uma atividade que pode considerar-se “com vítima“, porque não se trata apenas de autodestruição física ou moral, que não afronta a tutela penal. Por isso mesmo, nos Estados Unidos, hoje, juízes têm condenado como co-autor de homicídio o fabricante que põe à disposição do mercado armas cuja letalidade exceda a auto-defesa razoável. O problema não é só técnico, é

---

<sup>197</sup> Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2272247](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2272247). Acesso em; 10 mar. 2024.

também político e, em última razão uma questão que desafia o processo democrático.<sup>198</sup>

A responsabilidade se aplica a partir de um estímulo da ameaça, que, como mostra Wilfred Hassemer, não é mero reflexo de ações reais, mas também consequência da intranquilidade social (Zackseski, 2004, p. 1538). A insegurança é uma representação política, a segurança também. Nesse sentido, discursos de movimentos reacionários, emulados por políticos, se espalham por outras camadas da população, que confiam nas armas como elementos de defesa. O inimigo está lá fora ou ao meu lado na rua. E a de defesa é a arma, que se transforma nas instâncias políticas de segurança e de justiça.

---

<sup>198</sup> Sousa Júnior, José Geraldo de. Lido para você / Estado de Direito. Disponível em: <https://estadodedireito.com.br/arquitetura-do-controle-de-armas-no-brasil-um-estudo-criminologico-sobre-a-atuacao-do-exercito-e-da-policia-federal-no-mercado-da-morte/> Acessado em: 27 de maio de, 2024.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Roberto Armando R. de; ZACKSESKI, Cristina; VIEIRA, Carolina Luiza Sarkis. A Construção simbólica da democracia e da segurança pública: Concepção, execução e consequências do referendo do desarmamento. In. *Cadernos C&D*, maio, 2006. Disponível em: <https://constituicaoedemocracia.com.br/2020/09/30/cd-constituicao-democracia-no-4-maio-de-2006-judiciario-e-democracia>. Acesso em: 31 jul. 2022.
- ANITUA, Gabriel Ignácio. *Histórias dos pensamentos criminológicos*. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2008.
- ARENDRT, Hannah. “A mentira na política”, In *Crises da República*. Trad. José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 3a ed., p. 9-48, 2017.
- BANDEIRA, Antonio Rangel. *Armas para quê? O uso de armas de fogo por civis no Brasil e no mundo, e o que isso tem a ver com segurança pública e privada*. São Paulo: LeYa, 2019.
- BARKAN, Steven E. *Criminology - a sociological understanding*. University of Maine, New Jersey, 1997.
- BATISTA, Vera Malaguti (org.) Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2012.
- BECKER, Howard S. *Evidências: sobre o bom uso de dados em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- BECKER, Howard S. *Outsiders*. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BECKER, Howard. *Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus. 1996.
- BRANDÃO, Priscila Carlos. Homens cordiais, filhotes da ditadura: uma leitura da escalada do poder dos delegados da Polícia Federal na virada do século XX para o XXI. *Saeculum Revista de História*, v. 27, n. 47, p. 284-305, 2022.
- BUENO, Luciano. *Controle de armas: um estudo comparativo de políticas públicas entre Grã-Bretanha, EUA, Canadá, Austrália e Brasil*. Dissertação (mestrado). Pós-Graduação em Políticas de Governo, FGV/ESPI, São Paulo, 2001.
- CALAZANS, Márcia Esteves de; CASTRO, Mary Garcia; PIÑEIRO, Emília (orgs.). *América Latina: corpos, trânsitos e resistências (vol 2)*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.
- CAPELLER, Wanda. Control social in: Tratado latinoamericano de sociología jurídica. Bogotá: Instituto Latinoamericano de Altos Estudios, 2023.

CARVALHO NETTO, Menelick de. A contribuição do direito administrativo enfocada da ótica do administrado: para uma reflexão acerca dos fundamentos do controle de constitucionalidade das Leis no Brasil. Um pequeno exercício de Teoria da Constituição. Fórum Administrativo, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 11-20, 2001.

CARVALHO NETTO, Menelick de. *A sanção no processo legislativo*. Belo Horizonte: Conhecimento Editora, 2022.

CASTRO, Celso *et al.* (orgs). *Forças Armadas na segurança pública: a visão militar*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2023.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.

CAVALCANTI MAGALHÃES, José Leonardo. Mercadores da morte: a descrição do lobby armado no Brasil. Trabalho de conclusão do MBA em Economia e Gestão. Brasília: FGV, 2018.

CAVALCANTI, L; BASTOS, F; VINHAL, G; CAPPI, L. Os senhores das armas no Brasil: Comerciantes revelam disputas, trocam acusações e contam bastidores de um mercado que triplica a cada ano. SBT News, Brasília, 12 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.sbtnews.com.br/noticia/brasil/196852-os-senhores-das-armas-no-brasil>

CEPIK, Marco. *Espionagem e democracia - agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência*. Rio de Janeiro, FGV: 2003.

CERQUEIRA, D. R. C.; COELHO, D. S. C. Mapa das armas de fogo nas microrregiões brasileiras In BOUERI, R.; COSTA, M. A. (Ed.) *Brasil em Desenvolvimento*. Estado, Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, v. 3, pp. 899-913, 2013.

CONRADO, Flávio Cesar. Quem crê em Cristo, diz sim à vida? As igrejas e o desarmamento in Referendo, do sim ao não, uma experiência da democracia brasileira. *Comunicações do Iser* n° 62, Rio de Janeiro, 2006.

COOK, P. J., LUDWIG, J. (2002). The effects of gun prevalence on burglary: deterrence vs Inducement. National Bureau of Economic Research, (May), pp. 1-48. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/5196898>.

COSTA, Arthur Trindade M. A Polícia Militar e seus dilemas identitários. *Contemporânea Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 1, jan.- abril 2021.

DREYFUS, Pablo; LESSING, Benjamin; PURCENA, Júlio Cesar: A Indústria Brasileira de Armas Leves e de Pequeno Porte: Produção e Comércio. In: Fernandes, Rubem César (Coordenador) *Brasil: As Armas e as Vítimas Rio de Janeiro*. Ed. Sete Letras, Rio de Janeiro, 2005.

- ECO, Umberto. *Construir o inimigo e outros escritos ocasionais*. Rio de Janeiro: Record, 2021.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FELTRAN, Gabriel. *Irmãos: a história do PCC*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- FIGUEIREDO, Lucas. *O ministério do silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, em 2001.
- FONSECA, F. et al. O Sistema Nacional de Armas (Sinarm) como Sistema de Gerenciamento do Estoque Legal de Armas no Brasil: uma contribuição às políticas públicas. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, V. 11, n. 48 - jan/junho 2006.
- FRAGOSO, João. *A sociedade perfeita: as origens da desigualdade social no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2024.
- GARAPON, Antonie. *Justice digitale*. Antoine Garapon (Institut des hautes études sur la justice). Youtube, setembro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3vnjwK6Zipk>. Acesso em 20 de setembro de 2023.
- GARLAND, David. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Revan, 2017.
- GLENNY, Misha. *Mercado sombrio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- GONÇALVES, Francisco Eduardo. *A Lei de Acesso à Informação como ferramenta de apuração: uma análise do uso da LAI por jornalistas*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Faculdade de Comunicação da UnB. Brasília, 2019.
- HAN, Byun Chul. *Infocracia - digitalização e crise na democracia*. São Paulo: Vozes, 2022.
- HECLO, Hugh, *Issue networks and the executive establishment* in Richard J. Stillman, , *Public Administration Concepts and Cases*. Fifth Edition, Boston: Houghton Mifflin Company, p. 429-439, 1992.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.
- HURST, C. E. *Social inequality: forms, causes, and consequences*. Needham Heights: Ally & Bacon Company, 1995.
- KAHN, Túlio. *Cidades blindadas- ensaios de criminologia*. São Paulo: Brasiliano & Associados, Sicurezza, 2002.



- LANGANI, Bruno. *Arma de fogo no Brasil: gatilho da violência*. Rio de Janeiro: Telha, 2021.
- LANGANI, Bruno. *Civil society participation in firearms collection and destruction in non-conflict scenarios*. IANSA, briefing paper, 2022
- LIMA, R.S e SINHORETTO, J. Também morre quem atira. *Revista Brasileira de Ciências Criminais* v.8, n.29, jan./mar. 2000.
- LUHMANN, Niklas. *El derecho de la sociedad*. Trad. Javier Torres Nafarrate. Cidade do México: Herder. 2005.
- LUHMANN, Niklas. *La sociedad de la sociedad*. Trad. Javier Torres Nafarrate. Cidade do México: Herder, 2007.
- LUHMANN, Niklas. *Organización y decisión: autopoiesis, acción y entendimiento comunicativo*. Tradução Dario Rodríguez Mansilla. Barcelona: Anthropos, 1997.
- LUHMANN, Niklas. *Sistemi sociali: Fondamenti de una teoria generale*. Trad. Alberto Febrajo e Reinhard Schmidt. Bolonha: Il Mulino, 1990.
- MACHADO, Bruno Amaral. *Justiça criminal: diferenciação funcional, interações organizacionais e decisões*. São Paulo: Marcial Pons, 2014.
- MANCUSO, W. P. & GOZETTO, A. C. Oliveira. Lobby: instrumento democrático de representação de interesses? *Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas*. Ano 8. Nº 14. 1º semestre/2011.
- MANSO, Bruno Paes. *A fé e o fuzil - crime e religião no Brasil do século XXI*. São Paulo: Todavia, 2023.
- MORISCOT, A., Miyabara, E.H., Langeani, B. *et al.* Firearms-related skeletal muscle trauma: pathophysiology and novel approaches for regeneration. *npj Regen Med* 6, 17, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41536-021-00127-1>
- NUNES, Felipe e TRAUMANN, Thomas. *Biografia do abismo - como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil*. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2023.
- OLIVEIRA, Adriano e ZAVERUCHA, Jorge. A dinâmica da criminalidade organizada no Brasil a partir das operações da Polícia Federal: origem, atores e escolha institucional. Dilemas: *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* - Vol. 5 - no 3 - JUL/AGO/SET 2012.
- PENIDO, A; FREDERICO, C; e JANOT, M. Forças Armadas no Brasil: profissão e intervenção política. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v.96, p. 1-22, 2021.

PILAU, Lucas. *O poder político na Polícia Federal: entre a burocracia estatal e a política partidária (2002-2022)*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

RAMOS, Beatriz Vargas. *Direito ao Dissenso*. Paz Armada. Rio de Janeiro: Revan-ICC, 2012.

RECONDO, Felipe e WEBER, Luiz. *O tribunal - como o Supremo se uniu ante a ameaça autoritária*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

RODRIGUEZ, Júlio e CEPIK, Marco. Controle Democrático e segurança nacional in *Varia História*, Belo Horizonte, v. 39, n. 81, set./dez. 2023

SANTOS, Luiz Alberto. Políticas e experiências de gestão e fortalecimento da gestão pública: a experiência brasileira com a regulamentação e as transformações na função regulatória do Estado. *VIII Congreso del CLAD sobre la reforma del Estado y de la Administración Pública*, Panamá, 2003.

SANTOS, Roberto Uchôa de Oliveira. *Armas para quem? A busca por armas de fogo*. Belo Horizonte: Dialética, 2021.

Sousa Júnior, José Geraldo de; Silva Filho, José Carlos Moreira; Carvalho, Salo de (organizadores e autores). *Criminologia dialética: um diálogo com o legado de Roberto Lyra Filho*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

Scorzafave, L. G., Soares, M. K., & Dorigan, T. A. *Vale a pena pagar para desarmar? Uma avaliação do impacto da campanha de entrega voluntária de armas sobre as mortes com armas de fogo*. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 45(3), 475–497, 2015.

SHERMAN, Lawrence. Public regulation of private crime. In: *Reaction to crime and violence*, The annal of the American Academy of Political and Social Science. New York: Sage Publications, 1995.

SILVA, Cris Guimarães Cirino da. *O bolsonarismo da esfera pública: uma análise foucaultiana sobre os conceitos de pós-verdade, fake news e discurso de ódio presentes nas falas de Bolsonaro*. Dissertação (Letras), Universidade Federal do Amazonas, 2020.

SILVA CORRÊA, Diogo. *Anjos de fuzil: uma etnografia das relações entre pentecostais e a vida do crime na favela Cidade de Deus*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2023.

SILVA, Antônio José Moreira da. *Fogo amigo: as disputas internas na Polícia Federal analisadas no contexto do debate sobre a reforma das instituições policiais e da investigação criminal no Brasil*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Erechim-RS, 2018.

- SILVA, Cris Guimarães Cirino da. *O bolsonarismo da esfera pública: uma análise foucaultiana sobre os conceitos de pós-verdade, fake news e discurso de ódio presentes nas falas de Bolsonaro*. Dissertação em Letras, Universidade Federal do Amazonas, 2020.
- SPITZER, R.J. *The politics of gun control*. New Jersey : Chatham House Publisher, 1995.
- SUNDFELD, Carlos Ari. Introdução às Agências Reguladoras. In SUNDFELD, Carlos Ari (org.) *Direito Administrativo Econômico*. São Paulo: Malheiros, 2006.
- THOMPSON, John B. *O Escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- UESSELER, Rolf. *Guerra como prestação de serviços: a destruição da democracia pelas empresas militares privadas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.
- VICTOR, Fábio. *Poder camuflado: os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- WANG, Jackie. *Capitalismo carcerário*. São Paulo: Igrá Kniga, 2022.
- WATSON, Andrea Saldanha da Gama. *O Brasil e as restrições às exportações*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2016.
- WENDT, Alexander; BARNETT, Michael. Dependent state formation and Third World militarization. *Review of International Studies*, 19, 321-347 Printed in Great Britain, 1993.
- WOODWARD, Bob. *Veil: as guerras secretas da CIA*. São Paulo: Best Seller, 1987.
- ZACKSESKI, Cristina. *Serta in Memoriam Alexandri Baratta*. Barcelona: Aquilafuente: Ediciones Universidad Salamanca, 2004.
- ZACKSESKI, Cristina; DUARTE, Evandro Piza. *Criminologia & Cinema: Perspectivas sobre o Controle Social*. Brasília: Uniceub, 2012.
- ZACKSESKI, Cristina; Machado, Bruno Amaral; Costa, Arthur Trindade. Aproximações Teórico-Methodológicas entre a Criminologia e a Sociologia da Violência: a pesquisa sobre homicídios na área metropolitana de Brasília. *Critica Penal y Poder*, v. 20, p. 177-210, 2020.
- ZACKSESKI, Cristina; Machado, Bruno Amaral; Costa, Arthur Trindade (orgs). *A investigação e a persecução penal da corrupção e dos delitos econômicos: uma pesquisa empírica no sistema de justiça federal: Tomos I e II*. Brasília : ESMPU, 2016.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A questão criminal*. Rio de Janeiro: Revan, 2013.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal*. Buenos Aires, Editora Revan, 1999.
- ZAFFARONI, Eugenio Raul; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de direito penal brasileiro: parte geral*. 2ª Ed. Rev. E. atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

**Podcasts:**

Café da manhã Podcast, Folha de São Paulo. A história do GSI e as suspeitas do governo sobre o órgão. Entrevistado: Lucas Figueiredo. <https://open.spotify.com/episode/7CaibOA4adSRGm4wzlZBfi>. Acesso em: 12.abr de 2024.

Viracasacas Podcast: Os militares e o 8 de janeiro. Entrevistada: Ana Penido. Entrevistadores: Carapanã, Felipe Abal e Gabriel Divan: 24.jan.2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4HxxpOjHZSgTW9k50qpd4G>. Acesso em: 8 abr. de 2024.

Crisp entrevista Podcast: O que explica a adesão dos militares ao governo Bolsonaro e aos atos antidemocráticos. Entrevistado: Celso Castro. Entrevistadores: Ludmila Ribeiro, Valéria Oliveira e Rafael Rocha: 10.fev.2023. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6NFKM4RfkZkLu6YysB0wdW?si=31873f0e1c4b4654&nd=1>. Acesso em: 20. mar. de 2024.

Café da manhã Podcast, Folha de São Paulo. A ideia de liberdade de expressão e o caso Musk versus Moraes. Entrevistada: Isabela Kalil. 10 de jan. 2024. Café da Manhã, Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1ZV36zg8akXMwhKzpSsAEW>. Acesso em: 12.abr de 2024.

**Filmografia:**

*Lord of war*. Direção: Andrew Niccol, Produção: Andrew Niccol, Chris Roberts e Nicolas Cage. EUA, Alemanha e França. Entertainment Manufacturing Company, 2005.

*Men against fire*. Black Mirror episode (season 3, episode 5). Direção: Jakob Verbruggen. Autor: Charlie Brooker, Inglaterra, outubro de 2016.

*Miss Sloane*. Direção: John Madden, Produção: Ariel Zeitoun, Ben Browning e Kris Thykier. EUA e França. FilmNation Entertainment, 2016.

*Shadow world*. Direção: Johan Grimonpez, Produção: Joslyn Barnes, Anadil Hossain. Bélgica e Dinamarca. Dillywood, Final Cut for Real, Louverture Films See 2016.

**Links de interesse:**

BAILEY, Chelsea. Como fuzil AR-15 se tornou popular nos EUA (e nos massacres). BBC News, 17 abril 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxxrx9r0ew3o>. Acesso em: 18 mai. 2023.

HANDLEY, Paul. Liberdade ou medo: a cultura pró-armas letal que assentou as bases dos EUA. GZH mundo, 23 jun. 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2022/06/liberdade-ou-medo-a-cultura-pro-armas-letal-que-assentou-as-bases-dos-eua-cl4rf6el0000b01coe37barw8.html>. Acesso em: 20 mar. 2023.

O poderoso grupo de lobby da indústria de armas nos EUA. BBC News Brasil, 13 abri. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cyx0d67pzy3o>. Acesso em: 07 ago. 2023.

CAVALCANTI, Leonardo; VICTOR, Natan. Bolsonaro mais que dobrou o contingente de militares no governo, aponta TCU. Poder 360, Brasília, 17.jul.2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-mais-que-dobrou-contingente-de-militares-no-governo-aponta-tcu/>. Acesso em: 15 out. 2023.